

ADILSON TADEU BASQUEROTE
(Organizador)

CIÊNCIAS HUMANAS:

Como impedir que a sociedade
seja tragada pela ignorância

?

Atena
Editora
Ano 2023

ADILSON TADEU BASQUEROTE
(Organizador)

CIÊNCIAS HUMANAS:

Como impedir que a sociedade
seja tragada pela ignorância

?

Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Fernanda Jasinski

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de LisboaProf. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProfª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Gross
 aProfª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências humanas: como impedir que a sociedade seja tragada pela ignorância?

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	<p>Ciências humanas: como impedir que a sociedade seja tragada pela ignorância? / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1264-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.649230603</p> <p>1. Ciências humanas. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 101</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.







A obra: **“Ciências humanas: Como impedir que a sociedade seja tragada pela ignorância?”**, apresenta estudos que se debruçam sobre a compreensão das Ciências Humanas em suas variadas dimensões tendo a o entendimento social como eixo norteador das reflexões. Composto por relevantes estudos que debatem temáticas que envolvem atualidades que possibilitam olhares interdisciplinares sobre a sociedade e possibilitam vislumbrar as tendências e compreender grupos e comportamentos, observar as mudanças históricas da vida em sociedade e projetar que organização social queremos para o futuro.

Partindo desse entendimento, o livro composto por 10 capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, de distintos pesquisadores de diferentes instituições e regiões brasileiras e uma peruana, apresenta pesquisas que interrelacionam Ciências Humanas às pessoas e as relações sociais no centro da observação, da teoria, da pesquisa e do ensino. Entre os temas abordados, predominam análises de ações cívicas, simbólicas e de crenças, formação continuada, reflexão estética de Arthur C. Danto, estudo sobre o filme Frida, História, memória e oralidade quilombolas do samba de cumbuca, ensino de história, relações étnico-raciais, invasão biológica e biodiversidade, práticas artísticas no contexto prisional, relações de poder, cultura brasileira, entre outros.

Para mais, destacamos a importância da socialização dos temas apresentados, como forma de visibilizar os estudos realizados sob dissemelhantes perspectivas. Nesse sentido, a Atena Editora, se configura como uma instituição que possibilita a divulgação científica de forma qualificada e segura.

Que a leitura seja convidativa!


Adilson Tadeu Basquerote

CAPÍTULO 1	1
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SONO: UM ESTUDO COM PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO	
Amanda Soares Nunes Gilmar Antoniassi Junior Saulo Gonçalves Pereira Hugo Christiano Soares Melo Adilson Tadeu Basquerote	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6492306031	
CAPÍTULO 2	13
DA CONTEMPLAÇÃO AO DEBATE CRÍTICO, A PARTIR DO PENSAMENTO DE ARTHUR C. DANTO	
Rodrigo Mantoan Cavalcante Muniz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6492306032	
CAPÍTULO 3	21
A FESTA CARNAVALESCA EM SÃO LUÍS E OS BLOCOS TRADICIONAIS	
Euclides Barbosa Moreira Neto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6492306033	
CAPÍTULO 4	33
ESTUDO DO FORMANTE CROMÁTICO DO FILME “FRIDA”: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA	
Gabriela de Souza Foganholi Claudia Regina Garcia Vicentini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6492306034	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, MEMÓRIA E ORALIDADE: REMINISCÊNCIAS QUILOMBOLAS DO SAMBA DE CUMBUÇA	
Francisco Helton de Araújo Oliveira Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6492306035	
CAPÍTULO 6	61
MAYOR PRESUPUESTO NO GENERA CELERIDAD PROCESAL Y PLAZO RAZONABLE EN EL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, PERÚ, 1999-2020	
Javier Pedro Flores Arocutipa Delfin Bermejo Peralta Ruth Daysi Cohaila Quispe Karen Coayla Quispe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6492306036	
CAPÍTULO 7	85
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO E A	

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICOS – RACIAIS

Márcia Ferreira da Costa

Cristiane Maria Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6492306037>

CAPÍTULO 896


O QUE É INVASÃO BIOLÓGICA E QUAIS IMPACTOS NA BIODIVERSIDADE?
VENHA APRENDER JOGANDO!

Isabela Lombardo Meniz

Maria Tereza Grombone Guaratini

Magda Medhat Pechliye

Vânia Regina Pivello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6492306038>

CAPÍTULO 9112

PRÁTICAS ARTÍSTICAS NO CONTEXTO PRISIONAL: UM OLHAR DA
PEDAGOGIA DAS ARTES PARA ALÉM DAS GRADES QUE NOS SEPARAM

Gleice Kely Aparecida da Silva

Verônica Veloso


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6492306039>

CAPÍTULO 10..... 124

PRÁTICAS E GOSTOS CULTURAIS NO BRASIL

Carlos Augusto Araújo da Costa

Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64923060310>

SOBRE O ORGANIZADOR 134

ÍNDICE REMISSIVO 135

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SONO: UM ESTUDO COM PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Data de aceite: 01/03/2023

Amanda Soares Nunes

Biomédica pela Faculdade Patos de Minas

Gilmar Antoniassi Junior

Doutor em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Professor titular na Faculdade Patos de Minas

Saulo Gonçalves Pereira

Doutor em Ciências Veterinárias pela Universidade federal de Uberlândia. Professor titular na Faculdade Patos de Minas

Hugo Christiano Soares Melo

Doutor em Genética e Bioquímica pela Universidade federal de Uberlândia. Professor titular na Faculdade Patos de Minas

Adilson Tadeu Basquerote

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi)

RESUMO: O sono é de extrema importância para todas as pessoas e é fundamental para o bem estar e manutenção da vida. Quando a sua qualidade é ruim, consequências

adversas podem interferir negativamente na saúde mental e motora dos indivíduos. Para os professores, as baixas horas de sono atribuem prejudicialmente no descanso e podem afetar significativamente o trabalho e a vida pessoal desses profissionais. O objetivo desse trabalho foi avaliar a qualidade do sono em professores do Ensino Médio de distintas regiões brasileiras e identificar os problemas que decorrem desse fenômeno. Nele, participaram cinquenta e um professores do Ensino Médio de escolas públicas e privadas de brasileiras, maiores de vinte e um anos, que possuem mais de dois anos consecutivos na prática da docência. Para tal, utilizou-se a Escala de Pittsburgh para fornecer a medida da qualidade do sono padronizada. Como resultado, os dados indicaram que a qualidade do sono possibilita aos professores melhor qualidade de vida e melhoria positiva no sono. Para mais, proporciona melhores condições de vivencia no trabalho, sem executá-lo de forma tão exaustiva. Ademais, comprovou-se que problemas com o sono podem conduzir os sujeitos a outros problemas como o consumo excessivo de álcool.

PALAVRAS-CHAVE: Sono, Professores, Promoção da Saúde, Ansiedade, Qualidade

de Vida.

ASSESSMENT OF SLEEP QUALITY IN HIGH SCHOOL TEACHERS

ABSTRACT: Sleep is extremely important for everyone and is fundamental for the well-being and maintenance of life. When its quality is poor, adverse consequences can negatively interfere with the mental and motor health of individuals. For teachers, low hours of sleep are detrimental to rest and can significantly affect the work and personal lives of these professionals. The objective of this work was to evaluate the quality of sleep in high school teachers from different Brazilian regions and to identify the problems that result from this phenomenon. Fifty-one high school teachers from public and private Brazilian schools, over twenty-one years old, who have more than two consecutive years in teaching practice participated in it. To this end, the Pittsburgh Scale was used to provide a standardized measure of sleep quality. As a result, the data indicated that sleep quality provides teachers with a better quality of life and positive improvement in sleep. Furthermore, it provides better conditions for experiencing work, without carrying it out so exhaustively. Furthermore, it has been proven that sleep problems can lead subjects to other problems such as excessive alcohol consumption.

KEYWORDS: Sleep, Faculty, Health Promotion, anxiety, Quality of Life.

1 | INTRODUÇÃO

O sono é um processo valioso para o corpo, que ajuda e monitora o descanso e a vigília do mesmo e nesse sentido, é fisiologicamente importante para a sobrevivência humana. Quando alterado, ele pode acarretar problemas para a saúde do indivíduo, como alterações intelectuais e comportamentais, além de aumentar significativamente o estresse, o desânimo, queixas de dor e outras complicações adversas à qualidade de vida (FREITAS *et al.*, 2021).

Araújo *et al.* (2015), defende que há várias doenças relacionadas com a qualidade de sono ruim, como obesidade e hipertensão. De forma oposta, ter uma boa noite de sono, leva aos indivíduos uma melhor disposição para realizar as tarefas do dia, seja em casa ou no trabalho (BORGES, ALVES, GUIMARÃES, 2021). Compreender e estudar a qualidade do sono e suas variações é importante pra todos os indivíduos, sobretudo para professores do Ensino Médio, pois problemas nesse sentido, acarretam em consequências físicas e mentais negativas e que podem intervir na vida cotidiana desses profissionais. (CREPALDI; CARVALHAIS, 2020).

O artigo em questão, está fundamentado em estudos publicados em revistas e jornais, e dissertações, disponíveis também no acesso eletrônico. Nele, objetivou-se avaliar a qualidade do sono dos professores do Ensino Médio, de distintas regiões brasileiras e identificar os problemas que decorrem desse fenômeno.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de quantitativo descritivo desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sobre o sono e a sua importância na qualidade de vida dos professores do Ensino Médio e os fatores que interferem neste. Nele, participaram cinquenta e um professores do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas de distintas cidades brasileiras, maiores de vinte e um anos e que estão a mais de dois anos consecutivos na prática da docência.

Para realização da pesquisa, foi utilizada a Escala de Pittsburgh, que é um instrumento que tem como objetivo fornecer uma medida de qualidade do sono padronizada. Sua escolha, advém da facilidade de ser interpretada e respondida e ao mesmo tempo, oferece a possibilidade de discriminar os pacientes entre “bem dormidos” ou “maus dormidos”. Além disso, se configura como clinicamente válido na avaliação de vários transtornos do sono que podem afetar a sua qualidade.

Para coleta de dados, foi elaborado um questionário que consiste em dezenove questões auto administradas respondidas pelos professores e cinco questões para os companheiros de quarto, por meio do *google* formulários, sendo essas últimas, utilizadas apenas para compreensão clínica. As dezenove questões são agrupadas em sete componentes, com pesos distribuídos numa escala de 0 a 3 (BUYSSE *et al.*, 1989; BERTOLAZI, 2008).

As pontuações dos componentes foram então adicionadas para produzirem um escore global, que varia de 0 a 21, onde, quanto maior a pontuação, pior a qualidade do sono. Um escore global do PSQI > 5 indica que o indivíduo está apresentando muitas dificuldades pelo menos 2 componentes, ou dificuldades moderadas em mais de 3 componentes (BUYSSE *et al.*, 1989; BERTOLAZI, 2008).

A coleta de dados da Escala de Pittsburgh foi realizada pela plataforma de pesquisa do *Google Formulários* e procedido pela análise no software *SPSS Statistics* (versão 25.0). No que concerne ao Índice da Qualidade do Sono de Pittsburgh (BUYSSE *et al.*, 1989), ele é composto por 19 itens, que são unidos em sete componentes, cada qual pontuado em uma escala de 0 a 3 (BERTOLAZI, 2008).

Por sua vez, os componentes são respectivamente: (1) a qualidade subjetiva do sono; (2) a latência do sono; (3) a duração do sono; (4) a eficiência habitual do sono; (5) as alterações do sono; (6) o uso de medicações para o sono; e (7) a disfunção diurna. Os escores dos sete componentes são somados para conferir uma pontuação global do teste, a qual varia de 0 a 21. Pontuações de 0-4 indicam boa qualidade do sono, de 5-10 demonstram qualidade ruim e acima de 10, distúrbio do sono (BERTOLAZI, 2008).

Para mais, destaca-se que a pesquisa foi aprovada pelo sistema CEP/CONEP conforme parecer nº 2.543. formado pela Conep (instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos).

3 | UMA VISÃO GERAL SOBRE O SONO

O sono é um estágio de recuperação, que auxilia na conservação da saúde mental e física dos indivíduos (VERRI *et al.*, 2008) e ele possui em geral, relação com o tempo de descanso do indivíduo. Assim, um corpo cansado, tende a ter uma pré disposição à certas doenças. Nesse sentido, a pesquisa de Araújo *et al.* (2015), atesta que há diversos estudos que relaciona a má qualidade de sono, com doenças cardiovasculares, obesidade e também a hipertensão.

Araújo *et al.* (2015), expõe que o contexto atual, permeado pelas tendências da modernidade, têm ocasionado a redução das horas de sono, e como resultado, a insônia e sonolência diária. Acredita-se que 30% a 50% da população sofre com insônia, onde tal transtorno prejudica consideravelmente as atividades diárias e pode interferir significativamente desempenho cognitivo e assim levar os indivíduos a serem menos “ambiciosos” e produtivos (CARDOSO *et al.* 2009).

De acordo com Chellappa *et al.* (2007), cerca de 80% dos pacientes com transtornos depressivos, desenvolvem mudanças na qualidade do sono, acarretando na diminuição entre o tempo dormir e o despertar. Nessa direção, com sono desregulado, pode-se até observar um início de depressão em indivíduos que até então, não apresentavam indícios de tal doença. Portanto, torna-se cada vez mais relevante, relacionar alterações no sono, com indivíduos em estágios depressivos e com as variações neurológicas recorrentes.

No contexto da docências, entre os estudos basilares para a pesquisa em tela, está o de Azevedo (2018), que destaca que os professores do Ensino Médio dormem menos do que é recomendado em dias de trabalho. Segundo ele, 51% deles, relatam uma má qualidade de sono e 46% apresentam sonolência durante o dia. Entre as possíveis causas das alterações no sono, está o alto índice de demanda de trabalhado, que é adensada nas semanas de prova, acarretando no pico de estresse desses professores. Com isso, há um cansaço psicológico, que promove consequências negativas para esse profissional e possibilita a presença de erros nas suas atividades.

Entender o tempo de sono que o corpo de cada indivíduo necessita, se dá pelo autoconhecimento. Porém, em alguns casos, onde envolvem há longas jornadas de trabalho, muitos deixam de descansar para poder manter os compromissos em dia (FREITAS *et al.*, 2021). Em contexto semelhante, Rocha e Sarriera (2006) avalizam que quanto maior o tempo que o professor permanece na escola ou em sala de aula, os seus níveis de Saúde Geral e Distúrbio do Sono pioram. Assim, intensas horas de trabalho e pouco tempo de descanso, interferem diretamente na vida cotidiana, promovendo desgaste e cansaço.

Azevedo (2018), destaca que para o profissionais da educação, há uma maior cobrança em relação ao trabalho que executa, tendo em vista que eles devem atuar na formação de cidadãos capazes de conhecer seu próprio papel na sociedade. Segundo o autor, isso prejudica em diversos aspectos o pensamento desses profissionais, acarretando

em uma maior cobrança desses profissionais, que resulta em mais no trabalho e também promovendo a sensação de culpa, frente a frustração vinda dos estudantes.

Nesse sentido, Freitas *et al.* (2021), menciona que professores, no decorrer dos anos de trabalho, apresentam um cansaço físico e mental, que pode gerar diminuição das horas de sono e também possuir períodos de insônia. Para o autor, quando isso acontece, atividades simples que eles realizam no seu cotidiano, podem se tornar grandes desafios, que podem ocasionar baixa autoestima.

Segundo Pascotto *et al.* (2013), os professores do Ensino Médio estão mais propensos a desenvolver insônia, devido ao excesso de trabalho e a necessidade de desenvolver uma série de atividades em um período menor de tempo e também, por atuar na fase final da escolarização básica, o que tende a resultar, em maior responsabilidade na vida tanto acadêmica quanto profissional e pessoal dos seus estudantes e turmas.

Nesse sentido, Cardoso *et al.* (2009), destaca que o funcionamento físico, social e intelectual é diretamente ligado a qualidade de sono, ao relacioná-lo como importante e considerável nas alterações biológicas cerebrais, podendo assim prejudicar ou até diminuir o desempenho esperado de tal profissional, quando não se tem um tempo de descanso relevante. Assim, quando analisada a qualidade do sono de profissionais da educação, percebe-se que sua funcionalidade e desempenho diminuem quando não há uma regularidade de descanso promovida pelo sono, o que pode aumentar as chances de atuação menos expressiva e dificultar as funções de relacionamento.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Distintos estudos revelam o sexo, peso e ansiedade podem estar diretamente ligados a qualidade de sono. dentre eles os de Pascotto *et al.* (2013), Azevedo (2018), Crispim *et al.* (2007), Crepaldi e Carvalhais (2020), Sanchez *et al.* (2019), Cardoso *et al.* (2009), Verri *et al.* (2008), Wong, Brower e Zucker (2009), Antunes e Costa (2019) e Freitas *et al.* (2021). Diante disso, em relação ao espaço empírico, os respondentes indicaram sua percepção em relação qualidade do próprio sono, e tais dados foram analisados seguindo os princípios da Escala de Pittsburgh, como exposto na Figura 1.

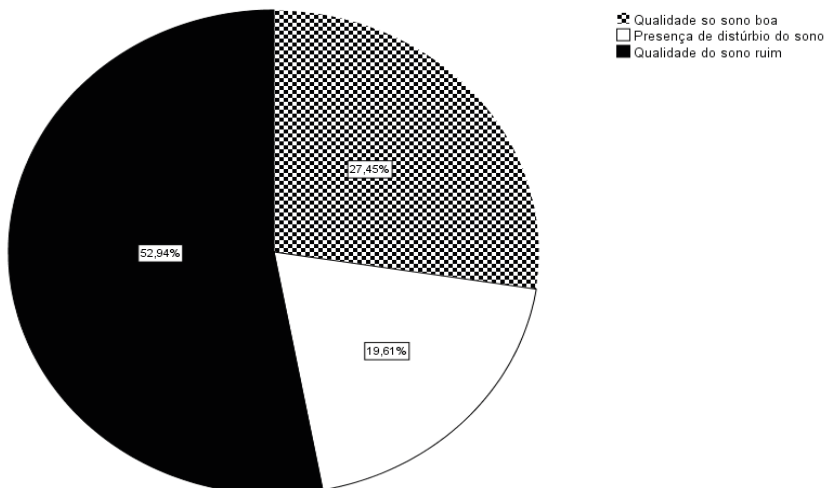


Figura 1. Qualidade sono pela escala de Pittsburgh na população estudada.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A análise da Figura 1, evidencia que 72% dos professores do Ensino Médio apresentam variação no seu sono e destes, aproximadamente 53% apresentam qualidade ruim. Em contexto semelhante, Sanchez *et al.* (2019), asseveram que a má qualidade do sono de professores, pode ocasionar doenças e entre as causas desse problema, está alta demanda profissional e exigências no trabalho. Para mais, Freitas *et al.* (2021), revelam que a alta demanda de trabalho, responsabilidade e altas exigências fazem com os docentes alterem suas habilidades sociais e que modifiquem sua rotina, para conseguir desenvolver seu trabalho e não comprometer as habilidades inerentes à sua profissão, como raciocínio lógico, boa memória, reflexão crítica e cognição. Nesse contexto, o sono é extrema importância para quem opera tal tipo de trabalho (PASCOTTO *et al.*, 2013).

Noutra perspectiva, o estudo de Crispim *et al.* (2007), relaciona a problemática dos distúrbios do sono ao aumento da fome e desenvolvimento e doenças relacionadas ao peso, afetando assim funções endócrinas e metabólicas dos sujeitos. Assim, a Tabela 1, apresenta a relação entre a impressão pessoal do peso e qualidade do sono, avaliado pelo índice de Pittsburgh.

	Qualidade do sono boa	Qualidade do sono ruim	Presença de distúrbio do sono
Acima do peso	7	21	4
	21,9%	65,6%	12,5%
Abaixo do peso	1	0	1
	50,0%	0,0%	50,0%
Em forma	6	6	5
	35,3%	35,3%	29,4%
^a Qui-quadrado de Pearson com significância de 0,595			

Tabela 1 – Relação entre a impressão pessoal do peso e qualidade do sono medido pelo índice de Pittsburgh.^a

Fonte: Dados pesquisa (2021).

Como pode ser observado na Tabela 1, o sono ruim pode estar ligado a impressão pessoal do peso de cada pessoa. Esta análise não é referente ao peso dos participantes em si, mas sim, sobre a autoimagem que cada possui, o que de certa forma pode representar o peso atual dos mesmos. Apesar da análise estatística apontar que não há correlação entre a impressão pessoal do peso dos participantes e à qualidade do sono, a análise dos resíduos, apontou que há uma tendência dos indivíduos que se percebem acima do peso em ter uma qualidade do sono ruim.

Embora não seja o objeto dessa pesquisa, sabe-se que com o estilo de vida moderno, em que o tempo livre parece cada vez menor, é crescente o número de pessoas que buscam por redes de comidas rápidas, as famosas “*fast food’s*”, (ROCHA, *et al*, 2017). Nesse sentido, os dados apresentados na tabela1, indicam que o sobrepeso está ligado a qualidade do sono, pois os sujeitos que se consideram a cima do peso, tendem a ter a qualidade do sono ruim.

Noutra perspectiva, e embora não há correlação entre a presença do sentimento de ansiedade e a qualidade do sono, os resíduos apontam uma tendência (ainda que leve) dos indivíduos que não se sentem ansiosos em terem a presença de distúrbio do sono e daqueles que se sentem ansiosos, em terem uma qualidade do sono boa. Embora a princípio este achado pareça estranho, o achado de padrões alterados de sono é notável na maioria dos transtornos psiquiátricos, como apresenta a Tabela 2.

	Qualidade do sono boa	Qualidade do sono ruim	Presença de distúrbio do sono
Presença de ansiedade	3	9	4
	18,8%	56,5%	25%
Ausência de ansiedade	11	18	6
	31,4%	51,4%	17,1%
* Qui-quadrado de Pearson com significância de 0,595			

Tabela 2. Relação entre ansiedade e qualidade do sono medido pelo índice de Pittsburgh.

Fonte: Dados pesquisa (2021).

Em termos quantitativos a Tabela 2, indica que há alteração, mesmo pequena, na qualidade do sono em pessoas com ansiedade. Lucchesi *et al.* (2005), afiança que os pacientes com Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG.) têm mencionado com grande frequência, que não conseguem relaxar ou parar de se preocupar com seus problemas quando estão no leito. Assim, o distúrbio de sono que mais se associa a situações de ansiedade generalizada é a insônia de manutenção do sono e também a dificuldade de iniciar o sono (insônia inicial) (LUCCHESI *et al.*, 2005). Portanto, entender e estudar a relação da qualidade do sono e o emocional do profissional, mostra-se necessário, pois pode interferir entre outros aspectos no desempenho profissional e na qualidade de vida (BORGES; ALVES; GUIMARÃES, 2021).

Assim sendo, Almondes e Araujo (2003) destacam que o funcionamento físico, social e intelectual está diretamente ligado a uma boa qualidade de sono. Assim, deve-se buscar uma melhoria para diminuir as chances de ocorrer erros no trabalho, mas também levar uma vida saudável física e mentalmente. Por outro lado, os respondentes foram inqueridos sobre a relação entre ingestão de álcool e qualidade do sono, cujos resultados foram expressos na Tabela 3.

	Qualidade do sono boa	Qualidade do sono ruim	Presença de distúrbio do sono
Não faz ingestão de álcool	5	12	4
	23,8%	57,1%	19,0%
Ingere álcool menos de uma vez por semana	4	10	4
	22,2%	55,6%	22,2%
Ingere álcool mais de uma vez por semana	5	5	2
	41,7%	41,7%	16,7%
* Qui-quadrado de Pearson com significância de 0,797			

Tabela 3 – Relação entre comportamento de ingestão de álcool e qualidade do sono medido pelo índice de Pittsburgh ^a

Fonte: Dados pesquisa (2021).

Os dados da Tabela 3, evidenciam que há uma prevalência dos indivíduos que fazem ingestão de bebida alcoólica, em mais de uma vez por semana em ter a qualidade de sono boa. Novamente, apesar dos dados não apontarem correlação estatística significativa entre o consumo de álcool e a qualidade do sono, a análise dos resíduos apontam uma forte tendência dos indivíduos que fazem consumo de bebida alcoólica, por mais de uma vez por semana possuir qualidade do sono boa. O álcool tem uma substância que atua semelhantemente como sedativo, que interage com neurotransmissores essenciais na regulação do sono.

Entretanto, o estudo de Antunes e Costa, (2019), aponta que a exposição da pessoa a tipos de drogas, como o álcool, pode considerar-se um problema comportamental, social e farmacológico. Assim, um indivíduo exposto a tal substância, produz mudanças agudas e permanentes no ritmo circadiano e no sono. Na mesma direção, o estudo realizado por Wong, Brower e Zucker (2009), comprovou que aumento de consumo de tais substâncias, afetam significativamente a qualidade do sono. Ademais, quando o álcool é administrado em grandes quantidades antes de dormir, leva a latência do sono a diminuir, com isso, pode possibilitar má qualidade do sono a noite (ANTUNES; COSTA, 2019).

Para mais, os dados evidenciaram que diversos professores apresentam sintomas como dores de cabeça permanentes, desconforto gástrico, náuseas, dificuldade de concentração, ansiedade, angústia e essencialmente insônia, o que modifica negativamente a vida desses profissionais, como já apontado por Crepaldi e Carvalhais (2020).

Além disso, devido ao baixo ganho salarial que os professores estão submetidos, é comum os docentes buscarem vários outros turnos ou até mesmo buscar outras áreas de atuação para aumentar sua renda mensal (CREPALDI; CARVALHAIS, 2020). Com isso, é possível relacionar a incidência de inúmeros professores que relataram estar a cima do peso, devido à má alimentação causada pelo reduzido tempo, que os mesmos possuem para a dedicar-se a uma alimentação saudável ou até mesmo a prática de esporte. Para mais, Crispim *et al.* (2007), ressalta que distúrbios do sono, estão relacionados ao aumento da fome e desenvolvimento e doenças relacionadas ao peso, afetando assim funções endócrinas e metabólicas

Os dados de Rocha; Sarriera (2006) demonstram que quanto maior é tempo que o docente permanece na escola ou em sala de aula, com os níveis de Saúde Geral e Distúrbio do Sono pioram. Acatar intensas horas de trabalho e ter pouco tempo de descanso pode interferir diretamente na vida cotidiana, trazendo desgaste e cansaço.

Em contexto semelhante, Schattan (2017) avaliou professores do Ensino Superior e relatou a elevada prevalência da qualidade de sono ruim e de insônia. A fadiga que se refere ao trabalho e ao sedentarismo manifesta como um dos fatores associados ao sintoma de insônia. Isso confirma que a fadiga relacionada ao trabalho e aos aspectos de saúde está ligada de forma ruim ao sono dos professores. O estudo destaca a ausência de políticas públicas de saúde voltadas para essa classe profissional, indispensável em qualquer

sociedade que valorize a educação. Mostra também a necessidade de maiores estudos sobre a saúde mental e física destes indivíduos, que podem guiar para o desenvolvimento e aplicação de políticas que auxiliem a uma maior qualidade de vida aos mesmos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que a qualidade do sono dos professores do Ensino Médio, correlacionando com fatores que podem interferir na sua qualidade e trazer podem auxiliar na melhoria da qualidade de vida e de sono dos professores. Com base nos dados, evidencia-se que estes professores do Ensino Médio sofrem com uma qualidade de sono ruim e que existem relações com a má qualidade do sono, com outros fatores subjacentes, como ansiedade e a ingestão de álcool, que podem ocasionar pior qualidade de vida.

Observou-se que a prevalência de qualidade de sono ruim nos docentes pesquisados, foi de mais de 60%, indicando a relevância dos aspectos presentes neste estudo. Assim, revelou-se que a má qualidade do sono pode levar à vários outros problemas de saúde e até mesmos psicológicos.

Verificou-se que a má qualidade do sono, pode estar ligar diretamente com os inúmeros professores que relataram estar a cima do peso, devido à densa agenda de trabalho e de responsabilidade. Para mais, evidenciou-se que a má alimentação, está relacionada ao reduzido tempo que eles possuem, para dedicar-se a ingerir produtos saudáveis ou até mesmo a prática de atividades físicas ou de esporte, podem interferir na qualidade do sono.

Por fim, aponta-se a necessidade de ampliar o estudo a fim de verificar se os problemas estão presentes em outros professores de outras regiões do país ou que convivem em outras realidades.

REFERÊNCIAS

ALMONDES, Katie Moraes de; ARAÚJO, John Fontenele de. Padrão do ciclo sono-vigília e sua relação com a ansiedade em estudantes universitários. **Estudos de Psicologia (Natal)**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 37-43, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2003000100005>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ANTUNES, Andreia; COSTA, Eleonora C. V. Sono, agressividade e comportamentos de risco em indivíduos dependentes de drogas e de álcool. **Análise Psicológica**, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 1-14, 11, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14417/ap.1390>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

ARAUJO, Pablo Antonio Bertasso de; STIES, Sabrina Weiss; WITTKOPF, Priscilla Geraldine; NETTO, Almir Schmitt; GONZÁLES, Ana Inês; LIMA, Daiane Pereira; GUIMARÃES, Samantha Nahas; ARANHA, Eduardo Eugenio; ANDRADE, Alexandre; CARVALHO, Tales de. Índice da qualidade do sono de pittsburgh para uso na reabilitação cardiopulmonar e metabólica. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [S.L.], v. 21, n. 6, p. 472-475, dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1517-869220152106147561>>. Acesso em: 30 fev. 2021.

AZEVEDO, Ádilla Conceição Brito de. **Avaliação do contexto de trabalho, qualidade de sono e sonolência diurna de professores do ensino médio de escolas públicas no Rio Grande do Norte**. Rio Grande do Norte, v 01, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/25201/1/AdillaConceicaoBritoDeAzevedo_DISSERT.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

BARROSO, Taianah Almeida et al. Associação entre a obesidade central e a incidência de doenças e fatores de risco cardiovascular. **International Journal of Cardiovascular Sciences**, v. 30, p. 416-424, 2017. Disponível em:<<https://www.scielo.br/ijcs/a/8s8L4ZMZT4pyKDr5LP5vybT/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BERTOLAZI, Alessandra Naimaier. **Tradução, adaptação cultural e validação de dois instrumentos de avaliação do sono: Escala de Sonolência de Epworth e Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh**. Repositório digital universidade federal do rio grande do Sul. Rio Grande do Sul v.1 pag 1-93, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14041>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BORGES, Maurilo Aparecido; ALVES, Débora Almeida Galdino; GUIMARÃES, Laiz Helena de Castro Toledo. Qualidade do sono e sua relação com qualidade de vida e estado emocional em professores universitários. **Revista Neurociências**, [S.L.], v. 29, p. 1-16, 2021. <Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34024/rnc.2021.v29.12290>>. Acesso em: 10 out. 2021.

BUYSSE, Daniel J. et al. O Índice de Qualidade do Sono de Pittsburgh: um novo instrumento para a prática e pesquisa psiquiátrica. **Pesquisa em psiquiatria**, v. 28, n. 2, pág. 193-213, 1989. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0165178189900474>>. Acesso em: 17 set. 2021.

CARDOSO, Hígor Chagas; BUENO, Fernanda Carla de Castro; MATA, Jaqueline Cardoso da; ALVES, Ana Paula Rodrigues; JOCHIMS, Isadora; VAZ FILHO, Ivan Henrique Ranulfo; HANNA, Marcelo Michel. Avaliação da qualidade do sono em estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [S.L.], v. 33, n. 3, p. 349-355, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0100-55022009000300005>>. Acesso em: 20 fev.2021.

CHELLAPPA, Sarah Laxhmi; ARAUJO, John Fontenele. Qualidade subjetiva do sono em pacientes com transtorno depressivo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, [S.L.], v. 12, n. 3, p. 269-274, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2007000300009>. Acesso em: 03 fev. 2021.

CREPALDI, Tânia Oliveira Mendes; CARVALHAIS, José Domingos de Jesus. A contribuição da má qualidade do sono na qualidade de vida no trabalho de professores: uma revisão / the contribution of bad sleeping quality on professors' work life. **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 6, n. 10, p. 75044-75057, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n10-070>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CRISPIM, Cibele Aparecida; ZALCMAN, Ioná; DÁTILLO, Murilo; PADILHA, Heloisa Guarita; TUFIK, Sérgio; MELLO, Marco Túlio de. Relação entre sono e obesidade: uma revisão da literatura. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, [S.L.], v. 51, n. 7, p. 1041-1049, out. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0004-27302007000700004>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

FREITAS, Aline Macedo Carvalho; ARAUJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Souza; SOUSA, Camila Carvalho; OLIVEIRA, Paula Caroline Santos; SOUZA, Fernanda de Oliveira. Qualidade do sono e fatores associados entre docentes de educação superior. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 1-10. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000018919>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LUCCHESI, Ligia Mendonça; PRADELLA-HALLINAN, Marcia; LUCCHESI, Mauricio; MORAES, Walter André dos Santos. O sono em transtornos psiquiátricos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 27-32, maio 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1516-44462005000500006>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

PASCOTTO, Ana Carolina; SANTOS, Brigitte Rieckmann Martins dos. Avaliação da qualidade de sono em estudantes de ciências da saúde. **J Health Sci Inst**, v. 31, n. 3, pág. 306-10, 2013. . Disponível em: <http://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/2020/12/V31_n3_2013_p306a310.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

ROCHA, Kátia Bones; SARRIERA, Jorge Castellá. Saúde percebida em professores universitários: gênero, religião e condições de trabalho. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 10, p. 187-196, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/c3jQVSr5tgfQF6D44yDsRmp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SANCHEZ, Hugo Machado et al. Impacto da saúde na qualidade de vida e trabalho de docentes universitários de diferentes áreas de conhecimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4111-4123, 2019. . Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n11/4111-4123/pt>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SCHATTAN, Rosângela Bampa et al. Fatores associados ao sono de docentes universitários. [S.L.] v.0 pg 1-171. 2017. Disponível em: <<https://tede.unisantos.br/handle/tede/4421>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

VERRI, Fellippo Ramos *et al.* Avaliação da Qualidade do Sono em Grupos com Diferentes Níveis de Desordem Temporomandibular. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 165-169, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4034/1519.0501.2008.0082.0006>>. Acesso em: 15 Jan. 2021.

WONG, Maria M.; BROWER, Kirk J.; ZUCKER, Robert A. Problemas de sono na infância, início precoce do uso de substâncias e problemas de comportamento na adolescência. **Remédio para dormir**, v. 10, n. 7, pág. 787-796, 2009. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1389945708002694>>. Acesso em: 07 out. 2021.

CAPÍTULO 2

DA CONTEMPLAÇÃO AO DEBATE CRÍTICO, A PARTIR DO PENSAMENTO DE ARTHUR C. DANTO

Data de submissão: 16/01/2023

Data de aceite: 01/03/2023

Rodrigo Mantoan Cavalcante Muniz

Faculdade de Filosofia da Universidade de
São Paulo (FFLCH-USP)
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/1887282825800517>

RESUMO: O presente artigo examina a forma de contemplação da obra de arte na contemporaneidade a partir da reflexão estética de Arthur C. Danto. Mostra que para Danto a interpretação do que é arte na sociedade sofreu uma transformação a partir da produção dos *ready-mades* de Marcel Duchamp e da *pop-art* de Andy Warhol, que exige do espectador uma transformação da percepção que se dá através da reeducação dos seus sentidos. Partindo desse diagnóstico, o texto conjectura se nessa sociedade tomada pela dinâmica do capital, é possível, ainda passar do estado de contemplação de uma obra de arte, para o debate crítico de uma obra, partindo da sua subjetividade até que se rompa o horizonte do provável. Nessa direção, analisamos os textos de Arthur C. Danto sobre Estética e História da Arte, Peter Bürger que versa sobre a teoria da vanguarda, do poeta e crítico de arte Octavio Paz; além das

produções artísticas de Marcel Duchamp e Andy Warhol. Procuramos mostrar em suma, que as obras desses artistas constituem uma nova forma de abordagem da arte, exigindo uma presença ativa do fruidor para que a obra passe a existir, questão que está no centro da reflexão estética contemporânea. Concebem-se assim, a fruição dessas obras de arte em um contexto museológico, entendido como lugar que prove a reeducação estética necessária para desenvolver essa tensão entre arte e crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Arthur Danto – Marcel Duchamp – Andy Warhol - ready-made – museu.

FROM CONTEMPLATION TO CRITICAL DEBATE, BASED ON THE THINKING OF ARTHUR C. DANTO

ABSTRACT: This article examines the way of contemplating the work of art in contemporary times from the aesthetic reflection of Arthur C. Danto. It shows that for Danto the interpretation of what is art in society underwent a transformation from the production of Marcel Duchamp's ready-mades and Andy Warhol's pop-art, which demands from the spectator a transformation

of the perception that takes place through the re-education of your senses. Starting from this diagnosis, the text conjectures whether, in this society taken by the dynamics of capital, it is still possible to move from the state of contemplation of a work of art, to the critical debate of a work, starting from its subjectivity until the horizon of the likely. In this direction, we analyze the texts of Arthur C. Danto on Aesthetics and History of Art, Peter Bürger that deals with the theory of the avant-garde, of the poet and art critic Octavio Paz, in addition to the artistic productions of Marcel Duchamp and Andy Warhol. We try to show, in short, that the works of these artists constitute a new way of approaching art, requiring an active presence of the viewer for the work to come into existence, an issue that is at the center of contemporary static reflection. Thus, the fruition of these works of art is conceived in a museological context, understood as a place that provides the necessary aesthetic re-education to develop this tension between art and criticism.

KEYWORDS: Arthur Danto – Marcel Duchamp – Andy Warhol - ready-made - museum.

1 | INTRODUÇÃO

É de amplo conhecimento que a natureza dos museus e das instituições de arte é de difundir a arte para a sociedade. No entanto, com os ready-mades e a Pop-Art, a Estética e a Filosofia da arte voltaram os seus pensamentos para a autonomia da arte a sua função na sociedade. Dessa forma, se houve por parte das instituições que norteiam o mundo da arte uma intenção de ampliar o debate crítico da sociedade, o que vemos hoje é a espetacularização da vida e uma aceleração do cotidiano que anestesiou o indivíduo. Neste contexto, essas vanguardas artísticas que mudaram a percepção do observador para produção artística do século XX e as relações socioculturais que envolveram esse fenômeno são os temas dessa Iniciação Científica.

2 | OBJETIVO GERAL

O objetivo desse projeto é investigar, a partir da obra de Arthur C. Danto, a relação entre a sociedade e as instituições de arte, após o advento dos *ready-mades* do artista francês Marcel Duchamp, em particular a partir de 1912, ano da exposição de seu primeiro ready-made: Roda de Bicicleta (1912). Este recorte justifica-se precisamente por pertencer à fase intermediária de sua trajetória artística, marcada pela diversificação e intensificação de sua produção conceitual. Com isso, pretende-se jogar luz à contribuição intelectual de Arthur Danto no debate sobre a função dos museus, a partir de sua (re)leitura da obra de Marcel Duchamp e das formulações contemporâneas em torno dessa temática.

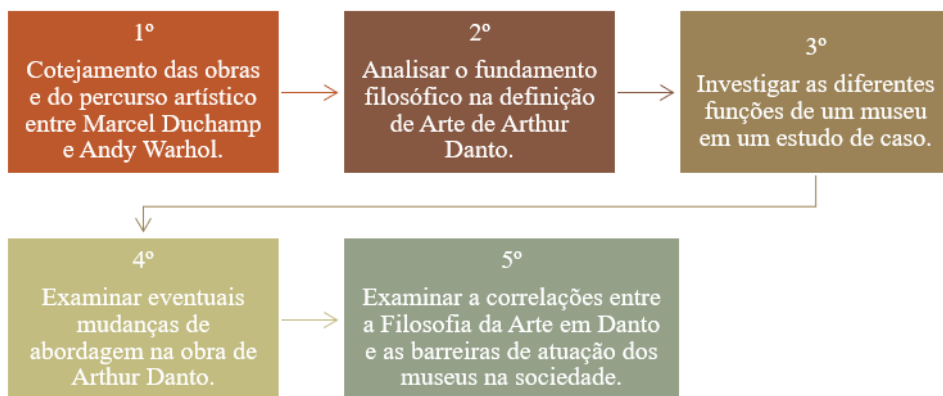
3 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos foram revisados para melhor atender ao objetivo geral. Se fez necessário o entendimento prévio da produção artística e da biografia de Marcel Duchamp e Andy Warhol, dois dos principais artistas referenciados por Arthur Danto nos

seus processos analíticos.

Da mesma forma, para entender a passagem do observador contemplativo para o observador crítico, é preciso investigar os processos que levaram os museus de uma expografia neoclássica para uma expografia cubo branco ou cubo preto. Para isso, acredita-se ser necessário a inclusão de um estudo de caso.

No diagrama abaixo, apresento os cinco objetivos específicos e o caminho a ser percorrido durante o processo de pesquisa.



4 | JUSTIFICATIVAS

Justifica-se essa pesquisa tendo em vista o crescimento na ocupação dos espaços relacionados à arte de forma pouco proveitosa, além da contribuição na interdisciplinaridade entre a Estética e Museologia, no intuito de contribuir em processos pedagógicos que possibilitem a reeducação dos sentidos e do pensamento crítico.

5 | METODOLOGIA

Para dar conta desse objetivo, a pesquisa foi organizada em quatro níveis. Primeiro, o cotejamento das obras de Marcel Duchamp, a análise estética do seu percurso como artista, partindo das obras pictóricas, até os ready-mades e instalações. Trata-se, neste primeiro momento de avaliar os impactos da sua trajetória na crítica de arte, e sua consequente relação com as instituições artísticas. Em um segundo momento analisaremos o fundamento filosófico na concepção de arte de Arthur Danto. É essa fundamentação filosófica que estabelece as bases de sua concepção, permitindo-nos compreender a sua crítica ao conceito de arte. Em terceiro lugar, trata-se de apreender propriamente o seu sistema de referências cognitivas edificado na história da arte. Neste ponto, impõe-se reconstruir seus comentários sobre a reflexão estética de Marcel Duchamp reunidos nos livros “Após o Fim da Arte” (1997) e “A Transfiguração do Lugar Comum” (1981),

assim como o seu livro sobre o artista americano Andy Warhol. Por fim, buscarei examinar eventuais mudanças de abordagem na obra de Arthur Danto, desde a sua formação até o fim de sua vida em 2013. Trata-se assim, neste quarto momento, de investigar os demais textos desse autor, situando-os em face de outros autores de sua época.

Em se tratando de uma pesquisa de caráter teórico, o recurso fundamental de investigação é pesquisa bibliográfica, envolvendo a interpretação rigorosa dos principais textos de Arthur C. Danto.

6 | RESULTADOS PARCIAIS OBTIDOS

Afirmando haver uma rica filosofia na composição artística de Marcel Duchamp, particularmente sobre a “atitude em relação a beleza”, Arthur Danto atribui grande importância ao artista para o século XX ao “permitir que algo possa ser arte sem ser belo”.

Embora seja bastante comentado, vale a pena ressaltar que os ready-mades de Duchamp nunca foram de fácil compreensão, causando múltiplas interpretações e trazendo para o centro da discussão a questão: o que é arte? Todavia, se observarmos mais atentamente a sua composição artística, principalmente a partir do seu primeiro ready-made, “A roda de Bicicleta” de 1912, perceberemos um direcionamento crítico às mediações políticas das instituições museológicas e aos críticos de arte. Para Duchamp se qualquer corpo pode ser arte, então a mediação especializada dessas instituições pode ser questionada.

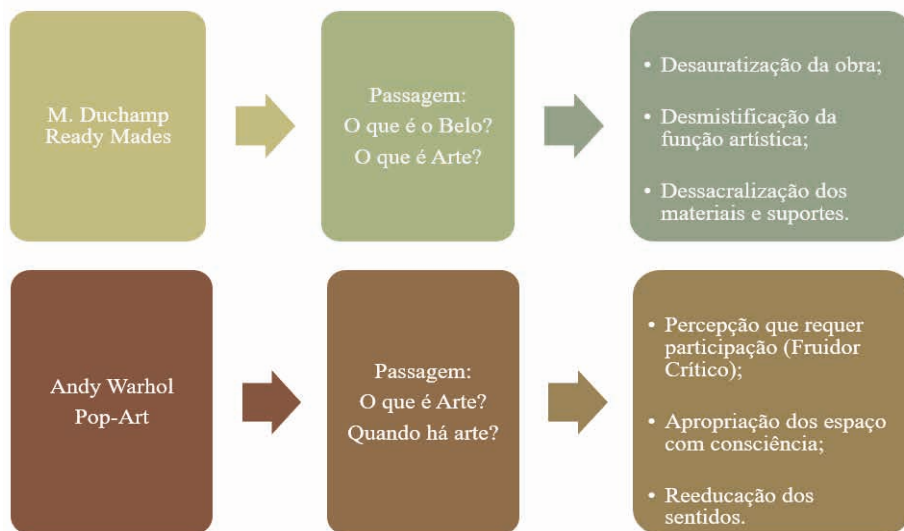
Antecipando em décadas o que viria a ser algumas das questões atuais da arte, Duchamp dessacralizou os materiais utilizados ao se apropriar de objetos feitos de materiais comuns, provenientes do cotidiano. Ao analisar a sua biografia, percebemos que Duchamp sempre se esquivou de abordar diretamente o significado dos seus ready-mades, o que potencializou o efeito crítico da sua produção. Esse gesto remete ao caráter silencioso do seu percurso autoral, sendo fundamental importância para o entendimento político das suas obras.

Ao contrário do que se poderia imaginar, Duchamp, assim como dadaístas não anunciavam um suposto fim da arte, ou, o fim de um conceito estético. Para Arthur Danto os princípios Dada, visavam mais do que “um ataque à burguesia”. Para Danto, foram os ready-mades de Duchamp que questionaram os conceitos centrais da teoria estética em pensadores como Immanuel Kant e David Hume. Isso significa dizer que a obras de arte Duchamp “subtrai do conceito de arte tudo que estava relacionado à habilidade, ao toque e acima de tudo, aos olhos da/o artista.” (A Danto 2013, p. 68).

Das contribuições de Andy Warhol, Arthur Danto destaca suas produções escultóricas como a Brillo Box que revoluciona o mundo da arte, considerada “uma Pedra de Rosetta filosófica que permitia lidar com duas linguagens – a língua da arte e a língua da realidade” (A Danto 2013, p.74).

Na síntese de Danto, Andy Warhol estabelece outra quebra de paradigma no estudo da Estética e na busca por uma definição de arte. Ao se apropriar de objetos populares da mesma maneira em que se apresentam na sociedade, Warhol elimina a dissociação entre Arte e realidade em uma abstração que deixa de ser epistemológica e passa a ser ontológica. Danto apresenta então a tese de que a imitação não pode mais fazer parte da definição de arte, uma vez que a arte moderna e contemporânea nos abastece de exemplos contrários. No caso de Andy Warhol, ao produzir objetos que são idênticos aos popularmente conhecidos em prateleiras de supermercados, retira qualquer possibilidade de; através dos sentidos; especializado ou não; atribuir algo que seja suficiente ou determinante para elevar este objeto a condição de arte.

Neste ponto Danto fará a passagem das questões analíticas entre Marcel Duchamp e Andy Warhol; onde os ready-mades reformulam a questão “O que é o Belo?”, para “O que é Arte?”, enquanto a Pop-Art faria a passagem da questão “O que é Arte?” para “Onde há Arte?”.



Portanto, é possível atribuir de forma ajuizada, o favorecimento de um ambiente político pela qual surgiria outras correntes artísticas, como a Pop-Art, a arte conceitual e as instalações, à produção dos ready-mades de Marcel Duchamp. Todas as demais vanguardas que surgiram depois dele, carregaram em suas relações sociais e políticas, as questões levantadas por essa produção artística. Isso significa que o empreendimento do artista, não tratou apenas de “uma contribuição estética”, mas de uma perlaboração social e institucional, que proporcionou em certa medida, um olhar mais virginal e menos conservador para as produções das novas vanguardas.

Da mesma forma Andy Warhol desafiou o observador ao trazer a aura da cultura popular para dentro do mundo da arte, exigindo dele uma participação, antes de tudo, ativa. Nessa direção, Andy Warhol também antecipa uma corrente conceitual que pede por uma ocupação dos espaços culturais com consciência. Nesse sentido, em meio a modelos sacrossantos de arte, feitos de materiais nobres, sem identificação popular ou representatividade social, torna-se crítico do mundo, aquele observador que reeducar os seus sentidos de forma que seja impactado pelas novas maneiras de se fazer arte.

Danto busca em seu principal livro “A Transfiguração do Lugar Comum” de 1964, definir um conceito de Arte através de exercícios mentais. O autor mobiliza artistas de renome como Andy Warhol e Marcel Duchamp, no intuito de tornar mais fácil o entendimento dos seus conceitos, no entanto a sua estrutura argumentativa permitiria a escolha de qualquer outro artista. Danto atribuirá condições necessárias para que um objeto se torne uma obra de arte, sendo que o reconhecimento pelo “Mundo da Arte”, assim como uma interpretação contextualizada e um significado incorporado ao objeto características necessárias para que essa definição seja possível. Em contraponto à uma definição clássica, a Danto, utiliza dos artistas modernistas e da Pop-Art para retirar das condições necessárias, a equivalência ótica, o conceito de Beleza e a restrição de materiais.



Posteriormente, no seu último livro “O que é a Arte?” de 2013, Arthut Danto coloca a Arte como um conceito aberto, tentando atribuir condições suficientes para definir o conceito de Arte. Ao se distanciar de um conceito institucionalista, o autor busca a natureza da questão ao descrever que “a arte é sempre mais do que poucas condições necessárias para que algo seja entendido como arte” (A. Danto 2013 p. 194).

Empreendendo o seu pensamento no que se refere as condições necessárias para definição de Arte, Danto vai se aproximar do pensamento Kantiano de genialidade e espírito, atribuindo características que estão fora do design ou da forma para definição de

arte.

As condições suficientes em que Danto trabalha os seus argumentos ainda serão alvo de maiores estudos durante a pesquisa.

Para tratar das características institucionais da Arte, Arthur Danto, utiliza analogamente a história dos direitos sociais e civis dos Estados Unidos. Para o autor, assim como a nação americana abriu espaço para a conquista de direitos, a Arte através dos seus agentes, conseguiram o que ele chama de “o credenciamento de novas culturas artísticas” em meio ao Mundo da Arte. Esse credenciamento afeta diretamente as mudanças de política de aquisições dos museus, os suportes em que elas são produzidas e o modo como são expostas ao público.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso podemos notar que há muitas questões em jogo na atitude (operação ou gesto) de Marcel Duchamp. A definição de arte como um gênero não-retiniano, a perspectiva da tradição modernista europeia, a lógica da determinação presente nos museus e nos salões de arte no início do século e a ideia de uma estética da ironia utilizada como ferramenta de contestação às convenções que limitam a definição de arte. Partindo dessas questões é possível extrair o cerne da formulação filosófica de Arthur Danto: que a produção artística contemporânea coloca um legítimo problema filosófico, a saber: “Como diferenciar as obras de arte de coisas banais?”

Da análise que se faz da produção artística de Marcel Duchamp, podemos notar que existe uma tensão entre a natureza e o artefato, ou seja, que existe uma questão relevante quando subtraímos da obra de arte o material da qual ela é feita. O modo como Duchamp estetiza o real, nos permite relacionar o interesse material dos consumidores da arte, com a manutenção da máquina institucional. Nesse sentido, se faz valer o apontamento de Arthur Danto, segundo o qual nenhum artefato do cotidiano é uma obra de arte sem o determinismo institucional do “mundo da arte”.

Da reformulação dos fundamentos da independência crítica da arte, é possível afirmar que os ready-mades de Duchamp iniciaram um processo que coloca o observador em posição ativa frente obra de arte. Essa nova relação entre o fruidor e objeto institucionalizado implica até mesmo a redefinição da própria função do artista. A partir desse momento, os recortes curatoriais passaram a nivelar o grau de importância dos diferentes tipos de suportes e de expressão, o que implica a necessidade de repensar as relações entre museu, artista e sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Fabbrini, pela orientação do trabalho apresentado e

pelas brilhantes aulas na Universidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política Ensaio sobre Literatura e História da Cultura**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 1 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1985. – (Obras Escolhidas: vol. I).

BÜRGER, P. **Teoria da Vanguarda**. Tradução: José Pedro Antunes. 1 ed. – São Paulo: Ubu editora, 2017.

CABANNE, P. **Marcel Duchamp: Engenheiro do Tempo Perdido**. Tradução: Paulo José Amaral. 2 ed. – São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

DANTO, A. **Andy Warhol**. Tradução: Vera Pereira. 1 ed. – São Paulo: Cosacnaify, 2014.

_____. **A Transfiguração do Lugar Comum**. Tradução: Vera Pereira. 1 ed. – São Paulo: Cosacnaify, 2010.

_____. **Após o Fim da Arte: A Arte Contemporânea e os Limites da História**. Tradução: Saulo Krieger. 1 ed. – São Paulo: Edusp e Odysseu Editora, 2006.

PAZ, O. **Marcel Duchamp ou o Castelo da Pureza**. Tradução: Sebastião Uchoa Leite. 3 ed. – São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

TZARA, T. **Sete Manifestos Dada**. Tradução: José Miranda Justo. 1 ed. – Lisboa: Hiena Editora, 1987.

WOOD, P. **Arte Conceitual, Movimento da Arte Moderna**. Tradução: Betina Bischof. 1 ed. – São Paulo: Cosac & Naify Edições 2002.

A FESTA CARNAVALESCA EM SÃO LUÍS E OS BLOCOS TRADICIONAIS

Data de aceite: 01/03/2023

Euclides Barbosa Moreira Neto

São Luís; Hibridização cultural.

Trabalho apresentado ao Simpósio de Trabalho "Culturas populares e etnotextualidades em movimento: lúdica, ético-estética e resistência" do VIII Confluências, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA), no período de 26 a 28 de outubro de 2021.

RESUMO: Reflexão sobre as adequações da festa carnavalesca na virada do Século XIX para o Século XX, a partir do comportamento dos centros hegemônicos de cultura momesca e do desenvolvimento da manifestação cultural Blocos Tradicionais do Maranhão (BTMs), numa tentativa de melhor compreender a atuação desses grupos enquanto fenômenos de sociabilidade da região metropolitana da capital maranhense. Discorre-se como foi naturalizada e hibridizada a manifestação carnavalesca em nosso país e como se processou a adequação dessa festa.

PALAVRAS-CHAVE: Carnaval; Cultura popular; Blocos Tradicionais do Maranhão;

THE CARNIVAL PARTY IN SÃO LUÍS AND THE TRADITIONAL BLOCKS

ABSTRACT: Reflection on the adaptations of the carnival party at the turn of the 19th century to the 20th century, based on the behavior of hegemonic centers of Momesca culture and the development of the cultural manifestation Traditional Blocks of Maranhão (BTMs), in an attempt to better understand the performance of these groups as sociability phenomena in the metropolitan region of the capital of Maranhão. It discusses how the carnival demonstration was naturalized and hybridized in our country and how the adequacy of this festival was processed.

KEYWORDS: Carnival; Popular culture; Traditional blocks from Maranhão; St. Louis; cultural hybridization.

INTRODUÇÃO

Este artigo tenta compreender como foram assimiladas as hibridizações¹

1 O conceito foi introduzido pelo antropólogo argentino Néstor García Canclini em 1990. Aparece, pela primeira vez, em sua obra intitulada *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Cultura é o conjunto de crenças, tradições, arte, linguagem e hábitos que os grupos sociais adotam

da manifestação carnavalesca no Brasil na virada dos séculos XIX e XX, época em que se registravam grandes transformações provocadas pela recém-criada República brasileira, assim, observa-se neste contexto as diversas adequações processadas por parte da população mais abastada da sociedade, assim como dos setores populacionais mais pobres. Esclarecendo que este estudo integra a tese doutoral sobre as “Inovações e Práticas dos Blocos Tradicionais do Maranhão”, em construção, que tem por objetivo compreender a dinâmica cultural dos BTMs em relação às suas fissuras, intersecções e essencializações, diante das especulações contemporâneas do meio técnico e informacional que tem impactado na sua produção cultural, mas também, nos processos históricos de sua realização, o que pode estar reorientando sua condição inerente à criação de vínculos afetivos, suas sociabilidades e socialidades, sua produção de sentidos, suas narrativas sobre identidade, seus saberes e suas maneiras de fazer, e a sua condição ritual festiva.

Sobre como se processou a adequação das festas carnavalescas em São Luís do Maranhão na virada do século XIX para o século XX, a análise de Antônio Ferreira (1998) nos dá uma ideia de como a festa carnavalesca foi mensurada pela sociedade brasileira, ao afirmar que “em 1890, a república estava recém-proclamada, procurando firmar-se politicamente por todo o país. Tentativas de golpes e revoltas explodiam a cada momento nas antigas províncias” (FERREIRA, 1998, p. 22), por isso, segundo esse investigador, “era preciso reforçar o poder executivo, na figura do Governador estadual, o que acabou possibilitando a formação das oligarquias políticas, que dominavam o poder por longo tempo”.

Ferreira (1998), fazendo um paralelo à atividade econômica da região, ressalta ainda que é nesse período (final do século XIX) que o Maranhão recebe alguns investimentos industriais importantes, “no ramo têxtil (nas cidades), e, mais tarde, no beneficiamento da amêndoa de babaçu (no campo), uma riqueza nativa” (FERREIRA, 1998, p. 22). Esses investimentos não se mostraram eficientes, segundo Ferreira, pois os mesmos foram decaindo ao longo dos anos, todavia, até a metade do século XX, a cidade ainda vivia sob a influência desse progresso industrial.

Reverendo esse período de progresso mediado pela indústria, pode-se deduzir daí o início de uma readequação da vida urbana e uma espécie de reestruturação da cidade e da população, composta agora de operários, da nova burguesia empresarial, de uma classe política centrada na oligarquia e de um clero ainda muito forte. Com estas informações, tenta-se perceber como se divertiam, observavam, criticavam e olhavam o carnaval, no qual se insere o foco desta investigação – os BTMs.

As passeatas dos clubes e das sociedades carnavalescas já eram registradas em São Luís desde o ano de 1890, Ferreira (1998), a exemplo do que já se fazia no Rio de Janeiro e Lisboa. São Luís reproduzia em uma velocidade muito curta o que acontecia na capital federal, na época, o Rio de Janeiro. Exemplificando essa assertiva, o Clube

Fenianos do Norte, homônimo do Clube Fenianos do Rio de Janeiro, realiza, em 1890, um “passeio” no modelo de cortejo ou corso no carnaval da cidade de São Luís.

Na literatura carnavalesca, parte significativa dos autores menciona o entrudo como uma brincadeira que consistia basicamente em uma festa de mela-mela. No início, os dominantes brincavam juntos com os subalternos, mas, a conotação violenta adquirida ao longo do tempo afastou essa parcela abastada do ritual festivo (...).

HIBRIDIZAÇÕES DA FESTA CARNAVALESCA

Alguns cronistas do século XIX relatam, em suas produções, que os folguedos ou brincadeiras, como o entrudo, “surgidos por influência do processo de colonização” são citados e relatados como “folguedos carnavalescos dos mais primitivos da cidade”, como cita Martins (1998a), na obra “Carnaval de São Luís, diversidade e tradição”. Nessa obra, o autor afirma ainda que essas brincadeiras eram manifestações africanas “transplantadas para o território brasileiro” (MARTINS, 1998a, P. 14), estando, a princípio, vinculadas ao calendário religioso católico, mas, ocasionalmente, já extrapolavam essas funções.

Assim, o entrudo se constitui popular, atuando nos subúrbios e nas áreas marginais das cidades. De acordo com Araújo (1996a), aos poucos, com o surgimento da classe operária nas grandes cidades e o incremento da classe média, as festas se confundiram e o campo do Carnaval começou a se estruturar com novas formulações, adequando-se às novidades que o mercado sinalizava como prática lúdica e comercial, em especial ao modelo originado do continente europeu e dos centros difusores do país.

Nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, as festas passaram a ser subsidiadas pelo Estado, o que possibilitou a sua manutenção até hoje. Mas, nas cidades nordestinas, a crise provocada pela crescente concorrência internacional que sofria o açúcar (seu principal produto de exportação) fez com que se procurassem formas menos dispendiosas (e mais exclusivas) da festa. Não só a concorrência internacional prejudicou as exportações nordestinas, a infraestrutura com a falta de estradas, portos deficientes, energia elétrica sem condições de atender a demanda foram cruciais para o declínio que estava por vir. Esse quadro fez com que os investidores voltassem seus olhos para as regiões sul e sudeste do país, desativando muitas empresas na região nordestina.

Na transição para o século XX, no momento em que as sociedades carnavalescas das camadas dominantes e médias saíam às ruas sem máscaras e em guerras de purpurina, confetes e lança-perfume, surgiam novos atores no Carnaval chamado popular. Grupos de amigos, parentes ou vizinhos, assim como associações de classe e irmandades religiosas se estruturavam em organizações civis para ornamentar as ruas, confeccionar alegorias e desfilar no Carnaval ou em bandas para se apresentarem nas praças e nas demais festas.

Segundo Araújo (1996a), essas organizações já apareciam razoavelmente estruturadas, igualmente constituídas e com um corpo de integrantes que se mantinha

durante todo o ano, e não só na época do Carnaval. Havia desde presidentes, diretores, secretários, conselhos fiscais, eleitos anualmente, até integrantes fixos e honorários, zeladores, tesoureiros e ensaístas, entre outros, mas predominava a racionalidade substantiva nessas organizações.

Principalmente na classe dominante, as sociedades e outros grupos comunitários começam a se estruturar legalmente para poderem se caracterizar como agente social formal, inclusive ter patrimônio, sede própria ou sede social para a realização de eventos de entretenimento e lazer. Havia projetos de beneficência e de ajuda aos sócios em dificuldades. O Carnaval ganhava significado para o povo por remontar às relações cotidianas do trabalho e dos bairros.

De acordo com Eugênio Araújo (2014c), a exceção de forma de organização são os grupos vinculados às camadas mais pobres da população por absoluta falta de conhecimento de seus líderes e gestores, pois, se por um lado havia a disponibilidade para se organizar um grupo classificado como entrudo de maneira voluntária e rápida para sair às ruas e brincar, de outro, faltava o aporte financeiro e conhecimento legal para fazer o grupo existir enquanto agente social formalmente constituído, fato que era recorrente e repetido em quase todas as outras manifestações de origem subalterna.

Os organizadores tinham noção do que queriam e apadrinhavam os grupos e assim se levava a manifestação ao longo dos anos. A festa do Carnaval torna-se símbolo da nacionalidade brasileira. Uma parte dos poderosos voltou então aos salões, enquanto outra parte continuou desfilando nas sociedades carnavalescas, cada vez mais estruturadas, longe dos subúrbios e do olhar das camadas subalternas.

Nessa conjuntura de transformação e de definição, uma forma dialética de convivência da burguesia com a camada popular, ou seja, a massa proletária e pobre da cidade de São Luís, a classe média e parte da elite que apreciava a festa carnavalesca começam a formar suas “patotas”², dessa maneira, grupos específicos de pessoas amigas ou ligadas por laços de parentesco, quase sempre eram estruturados ao nível familiar, pois essa parcela dominante evitava se misturar aos estamentos inferiores da sociedade (os pobres, negros, analfabetos, desempregados, etc.). Era uma forma velada de segregação.

Os criadores dessas iniciativas desenvolviam no núcleo familiar, de forma restrita, suas atividades de lazer e entretenimento de maneira produzida à moda da época. Em muitos casos eram organizados almoços ou jantares, ou lanches para os participantes, que eram servidos antes, durante ou depois dos eventos. Dessa forma, as famílias abastadas estavam livres de inconvenientes e da agressividade que ocorriam corriqueiramente nas manifestações classificadas de populares.

A constância desses eventos no meio social de São Luís fez surgir vários grupos denominados de blocos ou cordões para se diferenciarem dos “entrudos” populares, feios,

² Entenda por “patota” grupos de amigos e/ou familiares para desenvolver relacionamentos interpessoais em qualquer ramo da atividade humana, no caso desta investigação, um grupo para curtir e brincar o carnaval à moda ludovicense.

agressivos, mal trajados e sujos. Por outro lado, os blocos familiares estavam blindados: os participantes eram todos conhecidos ou quando muito convidados de algum membro familiar, assim, os integrantes dos blocos ou cordões estavam entre parentes, no espaço privado de uma mansão ou sítio familiar, com a produção visual e musical previamente escolhida. Segundo Martins (2000b), nessa época, tocava-se de tudo, pois o samba ainda não estava popularizado.

Uma prática começou a ser disseminada entre os integrantes da burguesia ludovicense, pois as famílias mais extrovertidas começam a se visitar mutuamente, ou seja, esse ato de visitar possibilitou a criação de um hábito saudável e inovador, pois a produção da festa deixa de ser exercida só no limite espacial da família para conquistar novos espaços de relacionamento, seja por boa educação, ou reciprocidade.

Conforme Silva (2015), assim implanta-se no meio social da capital maranhense uma prática considerada inovadora em que as famílias iniciam uma competição tácita entre si para saber quem melhor recebia e quem melhor produzia seu ato festivo ou sua prática festiva. O importante era que esses eventos fossem bons para todas as partes. Com o passar do tempo, alguns desses encontros ganharam mais notoriedade que outros e a realização de algumas festas era ansiosamente aguardada.

Noutra vertente, havia aqueles eventos ou encontros sem maiores cuidados, mas que reuniam a cumplicidade e parceria de seus integrantes para produzir bons momentos. A esses encontros, sem maiores compromissos, foi atribuído o nome de “assalto”, ou “assalto carnavalesco”. Esses “assaltos carnavalescos” eram caracterizados pela visita de um grupo familiar ou não, pois só poderiam participar dos mesmos, pessoas amigas e que fossem bem-vindas à casa de uma determinada família.

Padilha (2014) lembra que, sem dúvida, esta prática, que também pode ser vista como segregadora por afastar os membros familiares de núcleos abastados e que tivessem algum prestígio no meio social das camadas pobres e menos favorecidas da sociedade, causava certo desconforto naqueles que se classificavam como defensores de uma convivência mais igualitária entre as camadas sociais; por outro lado, nos “assaltos carnavalescos” fica claro que seus integrantes, pela convivência diária, sabiam que podiam invadir a residência de alguém conhecido sem causar grandes constrangimentos.

A convivência familiar e as relações de amizade davam aos participantes dos assaltos “carta-branca” para invadirem, no bom sentido, a casa de um amigo. Feita a invasão, a festa começava. Às vezes, o “assalto carnavalesco”, por pegar de surpresa o dono ou dona da casa, não encontrava nada preparado, então a produção era iniciada naquele momento; ou parte da brincadeira já estava previamente produzida pelos integrantes do grupo organizador. O importante nesses momentos era obter a permissão do alvo escolhido para realização da confraternização, que pode ser traduzida por festa carnavalesca.

Nessa contextualização de relacionamento social, os grupos familiares mais organizados sentiram necessidade de realizar novas formas de curtição da festa

carnavalesca que os unissem e os tornassem diferenciados dos entrudos das camadas mais pobres da população. Foi assim que surgiram os primeiros blocos tradicionais, que, inicialmente, ficaram conhecidos pelo nome de blocos de tambor grande e por usarem fantasias inspiradas em figuras consideradas tradicionais do carnaval veneziano: *pierrots*, *colombinas* e *arlequins*.

Em entrevista gravada no dia 30 de outubro de 2015, Paulo Salaia, coordenador do BTM “Os Feras”, destaca que os tambores grandes eram instrumentos pesados feitos de compensado, com mais 1 metro de comprimento por aproximadamente 80 cm de largura, cobertos com pele de bode, carneiro ou veado, que emitiam um som percussivo muito alto, os quais, interagindo com outros instrumentos também percussivos, como contraponto harmônico, emitiam uma batucada singular e única, diferenciada, que permitia que fossem cantadas músicas de vários estilos.

Nessa fase inicial dos BTMs, quando os seus instrumentos eram cobertos com pele de animal, a afinação dos mesmos era obtida com fogo, por meio do aquecimento das peles. Essa novidade agradou tanto os apreciadores da folia, que logo outros grupos organizados no âmbito familiar começaram a se reproduzir para participar da festa. Quanto mais organizados e mais ensaiados fossem, mais legitimidade e mais repercussão os blocos tinham.

A prática tornou-se naturalizada no meio social ludovicense e a cada ano os grupos ensaiavam mais, esmeravam-se mais na escolha de um repertório eclético e diversificado com o objetivo de agradar o seu público-alvo, inseriam fantasias inspiradas nas figuras tradicionais do carnaval veneziano (*Pierrots*, *Arlequins* e *Colombinas*), sem nunca esquecer a máscara, ou, quando essa não existia, utilizava-se o recurso de pintar o rosto.

Com o passar do tempo, essa forma de brincar o carnaval – que era preferencialmente praticada no espaço territorial das famílias envolvidas - deu aos participantes dos blocos de tambor grande o desejo de ir para a rua e outros locais públicos, pois o divertimento ocorrendo só no âmbito do espaço territorial familiar era muito pouco, considerando que os praticantes queriam ampliar o esforço de ter feito uma boa produção, conquistando novas plateias.

Eles queriam se mostrar e demonstrar como tocavam, além de exibir suas fantasias e o desempenho cênico, afinal os grupos estavam se aperfeiçoando e a curiosidade de parentes e simpatizantes, além do público leigo, os convidavam para uma “batalha de alegria”, no mundo exterior, nas ruas e praças da cidade, movida a confetes, serpentina, lança perfume e talco (uma espécie de pó branco perfumado) (...). Nessa época, brincava-se em família e entre os amigos do mesmo campo social. É verdade, sem cordas ou barreiras físicas que impedissem a evolução dos participantes, pois, a rigor, todos eram conhecidos, mas com a barreira separatista do nível socioeconômico e da segregação. A iniciativa da classe média e elitista ludovicense de brincar e curtir o carnaval ganha o gosto da população abastada de uma sociedade que ainda está em construção.

Araújo (2008b) sublinha que, na década de 1920, essa forma de curtição também já podia ser percebida nas notícias e comentários de cronistas publicados nos jornais da época, como nos fragmentos que serão recortados mais à frente (...). Com apoio na assertiva de que a maneira inicial que permitiu o surgimento dos blocos de tambor grande - que muito mais tarde passaram a ser nomeados de Blocos Tradicionais – percebe-se que houve uma tímida tentativa de organização, mesmo que familiar, acrescentando uma característica inovadora, minimamente estruturada e com regras próprias, a partir do início do séc. XX, mais ou menos, com o surgimento das primeiras organizações carnavalescas. Segundo Araújo (2008b), uma das regras principais do campo, nesse período, era a lógica do desinteresse, pelo menos aparente, que dava suporte ao caráter lúdico e agregador da festa.

Provocado por essa maneira de execução da forma ritualística de fazer o carnaval, corrobora-se o que afirma DaMatta (1990), citado por Araújo (2014c, p. 124), ao analisar o contraste entre rigidez e relaxamento entre as manifestações culturais, quando, por um lado, diz que “mesmo dentro da rigidez prescrita, o apelo estético é explorado também pelos desfiles militares e procissões, visto que nas paradas há uniformes especiais para serem usados nestas ocasiões [...]” (ARAÚJO, 2014c, P. 124); enquanto, por outro lado, “nas procissões, o brilho das lanternas, a nuvem dos incensos, a variedade das indumentárias eclesíásticas multicolores bordadas, dos andores floridos, etc., tudo isso aproxima estes ritos com a base comum da sedução visual” (ARAÚJO, 2014c, p. 124). Simplificando, todos os grupos e manifestações têm, no mínimo, uma preocupação com o desenvolvimento estético.

O FENÔMENO DOS BLOCOS TRADICIONAIS

No caso específico do BTM, o aspecto político emerge como um ícone, por meio da ação do Estado – que tentou engessar os gestores e os grupos com uma política viciada na dependência provinciana (para alguns ainda coloniais) de ficar aprisionado a favores e “ajudas financeiras” disponibilizadas somente nas vésperas do período de comemoração do ciclo carnavalesco propriamente dito - e essa ideia foi absorvida por parte da sociedade, da imprensa, dos “brincantes”, que, por sua vez, dão a sua contribuição para a efetivação do fenômeno.

Mesmo que esse folguedo tenha resistido durante muitas décadas, ora com mais visibilidade, ora meio esquecido, não teria sido um inteligente mecanismo de legitimação do poder o uso do folguedo como símbolo significativo da cultura maranhense? Não estaria o Estado assumindo o controle da cultura, em forma disfarçada de estímulo, de uma manifestação notadamente popular e com ressonância em várias regiões do país? Para elucidar essa questão sobre a manipulação simbólica do BTM, vale lembrar o que diz Bourdieu (2011) quando afirma:

(...) a procura dos critérios “objetivos” de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que na prática social estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou sotaque) são objetos de representações mentais, quer dizer de atos de percepção e de apreciação, de conhecimentos e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetivas, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU, 2011, p. 112)

Vale ressaltar que, no caso do BTM, que surge com a cumplicidade da elite pensante maranhense, em uma rota diferenciada de outros folgedos, a exemplo do “bumba meu boi” e do “tambor de crioula”, tornando-se um dos maiores símbolos da cultura local, não se pode deixar de considerar as ideias de Hobsbawm (1997) quando defende que as tradições inventadas pelas elites dominantes têm objetivos que justificam a sua própria existência, legitimação e pretensa importância:

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma relação ao passado (HOBSBAWM,(1997, p. 9),

Assunção (2008) diz que existe algum risco em assumir que os grupos de cultura popular, como, por exemplo, o grupo de BTM, são uma mistura das três raças e questiona a classificação em “negro, indígena e branco”:

Na minha opinião, essa tentativa de racializar todos os elementos da cultura popular podem levar a sérios impasses, devido à artificialidade do conceito de raça. Para começar, as raízes são mais diversas que esse mágico número três. (...) Elementos da cultura árabe e islâmica assim como das culturas regionais do Maghreb influenciaram tanto os Portugueses quantos os povos ao sul do Sahara, e acabaram chegando ao Maranhão. Porque radicalizar, então, manifestações quando nem os próprios atores o fazem de maneira sistemática? ” (ASSUNÇÃO, 2008, p. 5),

Fazer a identificação baseada no conceito de raça ou etnia é desconhecer que é impossível estabelecer categorias fixas e cerradas para a definição de grupos humanos, uma vez que a condição do “humano” é dinâmica permanentemente sujeita a mudança que ela própria gera. Como Lévi-Strauss já o anunciava:

(...) São as formas de cultura que adotam aqui e ali os homens, as suas formas de viver passadas e presentes, que determinam numa larga medida o ritmo e a orientação de sua evolução biológica. Longe de ser preciso perguntar se a cultura é ou não função da raça, descobrimos que a raça – ou aquilo que se entende em geral por este termo impróprio – é uma função entre outras da cultura” (LÉVI-STRAUSS, 2011, p. 152).

Em um mundo globalizado fica cada vez mais difícil mapear as etnias, pois elas se apresentam de forma fragmentada e em constante mutação:

Ademais, nos dias atuais, buscamos, construímos e mantemos as referências comuns de nossas identidades em movimento – lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por longo tempo” (BAUMAN, 2004, p. 32).

Diante da banalização do *status* de “Atenas brasileira”, atribuído à capital maranhense, e que foi símbolo da sua identidade por longo período no decorrer dos séculos XIX e XX (quando os patriarcas de muitas famílias mandavam seus filhos estudar ou se aperfeiçoar profissionalmente na Europa - especialmente na França e em Portugal), por que a cultura popular foi então escolhida para reverter, por meios de valores simbólicos, a imagem quase neutralizada de um passado glorioso?

Uma das justificativas para essa escolha seria a de que a cultura popular apresentava uma característica que, para as instituições maranhenses, representava uma garantia de consenso: a permanência do acontecimento cultural pelo menos desde o início do século passado. No que concerne ao BTM, acredita-se que a sua vigência se prende ao fato de este ser um grupo relativamente pequeno, fechado e com forte vínculo familiar, o que possibilita o controle pelo seu organizador e faz com que se evitem situações de descontrole por parte dos participantes.

O perfil de permanência é frequentemente repiscado ou realimentado como forma de servir de parâmetro quer pelos indivíduos, quer pelas instituições, em uma tentativa de justificar o presente pela existência de um passado. Como refere Estevão Martins, a “articulação entre passado, presente e futuro, constante nas interpretações de todos os processos temporais, é decisiva para a definição de uma identidade, ou na realidade empírica das identidades tradicionais (...)” (MARTINS, 2007c, p. 33).

Relativamente a essa questão, o investigador Padilha (2014) evidencia que a maioria dos discursos dos autores se baseia, fundamentalmente, nos fatores expressos para lá da música. Os argumentos recaem sempre em aspectos sociais, despromovendo o fato de os grupos de “bumba meu boi” e os de BTMs terem identidade própria pela música que tocam ou pela força coreográfica que representam, que lhes permitem, efetivamente, comunicar.

Precede-se ao início da análise propriamente dita dos resultados, uma comparação de como está sendo a participação de grupos BTMs no carnaval de São Luís, a partir das comemorações do quarto centenário do aniversário da capital maranhense, comemorado em 2012. Esta data é emblemática porque todos os grupos que desfilaram em São Luís naquele ano escolheram como tema algum aspecto relacionado à história passada ou ao tempo presente dessa cidade, o que foi considerado um momento muito significativo, pois houve interação entre os atores envolvidos, com o intuito de prestar homenagem à sua terra natal.

Apesar do tema desenvolvido por todos os grupos participantes do carnaval 2012 ter sido a cidade de São Luís, a comparação desta investigação se limitará à categoria BTM,

objeto desta investigação: 48 grupos de BTMs desfilaram naquela temporada, sendo 24 BTMs no grupo B; 22 BTMs no grupo A; e 2 grupos de BTMs desfilaram sem concorrer (...). Em 2013, ano da mudança da gestão municipal da capital maranhense, os concursos não foram realizados causando uma crise sem precedentes e tendo como consequência a desativação de vários grupos culturais, envolvendo todas as categorias que participavam da festa carnavalesca. A consequência mais visível é o que pode ser registrado nos desfiles dos anos seguintes, mais precisamente a partir dos anos de 2014, quando os desfiles voltaram a acontecer de forma organizada na passarela. Não se tem dados precisos de quantos grupos desfilaram em 2013 com o cancelamento dos concursos carnavalescos.

Assim, em 2013, os BTMs que desfilaram o fizeram como forma de resistência, para manter viva a chamada tradição dessa manifestação, ou seja, não deixar morrer a cultura dos blocos tradicionais maranhenses. Muitos gestores e responsáveis pela manutenção dos grupos BTMs desistiram de se produzir, considerando que a motivação vital para essa produção é a competição dos grupos na passarela, sendo, portanto, fios condutores dos desfiles paralelos nos circuitos carnavalescos de ruas e praças da cidade de São Luís. Como consequência mais fácil de ser comprovada, é que aquele número de 48 grupos de BTM que desfilaram em 2012, quando se comemorou os 400 anos da cidade de São Luís, essa quantidade foi reduzido para números bem menores (...).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que a prática carnavalesca em São Luís do Maranhão sofreu significativa adequação, desde o momento em que a República fora proclamada no Brasil, no final do século XIX, ocorrendo naturalizações e hibridizações nas ações, hábitos e crenças das manifestações sociais e culturais locais as quais foram afetadas progressivamente de forma contudente, conforme relata Canclini (1997) na sua obra “Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade”.

A rigor, o país sofreu uma espécie de ebulição social, política e cultural, adequando suas formas de sociabilidade, a exemplo de como a elite maranhense desenvolveu as práticas recreativas para preservar suas maneiras de curtir o período carnavalesco. E, progressivamente implementou as fórmulas importadas do continente europeu, criando à nível local, a partir do final dos anos da década de 1920, atividades de visitas, entre as famílias abastadas da época, cohecidas por “assaltos carnavalescos”, que nada mais eram que uma espécie de segregação, para não deixar as manifestações de origem humilde e o povo pobre da periferia se misturar com a classe mais abastada do espaço urbano de São Luís: assim surgem os Blocos Tradicionais do Maranhão.

Esses grupos de BTMs, a exemplo do Carnaval local também sofreram hibridizações e naturalizações. Atualmente, eles são organizados principalmente pelas populações pobres e de classe média da cidade, conservando sua sonoridade única e esmerando-se, cada

vez mais, no visual lúdico e luxuoso de suas fantasias, inspiradas em temas específicos, escolhidos a cada temporada do ciclo carnavalesco local, apesar das dificuldades financeiras que prejudicam todos os grupos e manifestações culturais da região e do Brasil.

Pode-se afirmar, ainda, que os BTMs, atualmente, são os grupos culturais maranhenses que melhor representam sua identidade cultural, pois os mesmos adquiriram legitimidade e reconhecimento de toda a sociedade local. Com relação a questão política, pode-se afirmar que desde 2013, ano da mudança da gestão municipal da capital maranhense, os concursos não foram realizados causando uma crise sem precedentes e tendo como consequência a desativação de vários grupos culturais, envolvendo todas as categorias de manifestações culturais que participavam da festa carnavalesca. Dessa maneira, no período de 2013-2020 houve uma diminuição significativa de grupos desfilando nos concursos oficiais promovidos pelo poder público municipal. Merece ser destacado que no período citado 2013-2020, a cidade de São Luís foi gerenciada por um Prefeito que professa a religião evangélica e sequer ele compareceu nas atividades dos festejos carnavalescos, dando margem ao surgimento de muitas críticas por quem aprecia e gerencia grupos culturais de origem popular.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. **Valorizando a batucada: um estudo sobre as escolas dos grupos de acesso C, D e E do Rio de Janeiro. 2008.** Tese (Doutorado) - Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008b.

ARAÚJO, R. C. B. **Festas: Máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife.** Recife, Brasil: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996a.

ASSUNÇÃO, M. R. **A formação da cultura maranhense: algumas reflexões preliminares.** São Luís, Brasil: CMF – Boletim 14, 2008.

BAUMAN, Z. **A vida fragmentada: ensaios sobre a moral, pós-moderna.** Rio de Janeiro, Brasil: Relógio D'Água Editores, 1995.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.**

São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DAMATTA, R. **Carnaval, malandros e heróis.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

FERREIRA, A. E. A. **Brincadeiras Dramáticas e o Samba no Carnaval de São Luís – De 1890 a 1950.** 1988. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Antropologia da Arte, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LÉVI-STRAUSS, C. **A Antropologia Face aos Problemas do Mundo Moderno**. Maia, Portugal: Círculo de Leitores, 2012.

MARTINS, A. **Carnaval de São Luís: diversidade e tradição**. São Luís, Brasil: SNALUIZ, Brasil: Editora Nelpa, 1998a.

PADILHA, A. F. **A Construção Ilusória da Realidade, Resignificação e Recontextualização do Bumba Meu Boi do Maranhão a partir da música**. 2015. Tese. (Doutorado) - Universidade de Aveiro, 2015.

SILVA, F. H. M. **O Reinado de Momo na Terra dos Tupinambás: permanências e rupturas no carnaval de São Luís (1950-1996)**. São Luís: Editora UEMA, 2015.

ESTUDO DO FORMANTE CROMÁTICO DO FILME “FRIDA”: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA

Data de submissão: 09/01/2023

Data de aceite: 01/03/2023

Gabriela de Souza Foganholi

Universidade de São Paulo – Escola de
Artes, Comunicação e Humanidades
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/5932702907854957>

Claudia Regina Garcia Vicentini

Universidade de São Paulo – Escola de
Artes, Comunicação e Humanidades
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/9606500622271822>

RESUMO: Este artigo mostra o resultado de um estudo realizado sobre o filme “Frida” (2002), o filme retrata a vida da famosa artista plástica Frida Kahlo e seus hábitos no início do século XX, assim, buscamos captar os efeitos de sentido criados na intersecção da história e do olhar da figurinista. A indústria cinematográfica há anos tem sido responsável por popularizar modismos e novos comportamentos ao longo de sua existência. Sua importância na formação dos gostos através de gerações é inequívoca e tem sido arduamente estudada. Muitos figurinos se tornaram icônicos e marcam a memória de muitos até hoje e, baseados nesta premissa analisaremos semioticamente o cromatismo idealizado

por Julie Weiss no filme Frida (2002). A fim de embasar metodologicamente nossa pesquisa, faremos uso da Semiótica Discursiva de Algirdas Julien Greimas e seus colaboradores.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema. Figurino. Semiótica discursiva. Frida Kahlo.

STUDY OF THE CHROMATIC FORMANT OF THE MOVIE “FRIDA”: A SEMIOTIC ANALYSIS

ABSTRACT: This article shows the result of a study carried out on the film “Frida” (2002). The film portrays the life of the famous plastic artist Frida Kahlo and her habits in the early twentieth century, thus, we sought to capture the effects of meaning from the intersection of the story and from the view of the costume designer. The film industry has been responsible for marketing fads and behaviors throughout its existence. Its significance on shaping tastes across generations is indubitable and has been thoroughly studied. Many costumes became iconic and filled the memory of many people, even nowadays. Based on this premise, we will semiotically examine the chromaticism idealized by Julie Weiss in the film Frida (2002). In order to methodologically support

our research, we will use the Discursive Semiotics of Algirdas Julien Greimas and his collaborators.

KEYWORDS: Cinema. Costumes. Semiotics. Frida Kahlo.

1 | INTRODUÇÃO

Dentro da Indústria Criativa, assim chamado o mercado que trabalha diretamente com o processo criativo de cada profissional, é notória a intersecção entre áreas como a música, cinema, moda ou jogos eletrônicos com a arte. Isto se dá em razão da necessidade de tornar os conteúdos de *mainstream*, ou seja, tendência, ainda mais complexos e interessantes para o público que o consome. Esta indústria movimenta bilhões todos os anos e, é diante desse alto investimento e grande comercialização, que se busca entender, na indústria cinematográfica como são construídos os efeitos de sentido que levam as pessoas a adotarem modas e costumes propagados por atrizes, atores e filmes.

Apesar das controversas do desenvolvimento da sétima arte estar entre os Irmãos Lumière (1892-93) e Thomas Edson em 1893, a atual pesquisa leva em consideração os Irmãos Auguste e Louis Lumière como precursores do cinema, tendo em vista ser o mais aceito pela literatura (SABADIN, 2018). Desse modo, em 13 de fevereiro de 1895 os irmãos batizam seu novo equipamento chamado de *Cinématographe*¹, uma caixa de madeira com uma lente e uma pequena manivela do lado direito. Produções inicialmente feitas como uma atividade artesanal e circense, tiveram grande impulso tecnológico, conquistando público e passaram a angariar investimentos que geraram aperfeiçoamento na captação e imagem e, anos depois, na captação de som.

A fim de tornar esta arte reconhecida, alguns produtores da área fundam a *Academy of Motion Picture and Sciences*² (SABADIN, 2018) na tentativa de amenizar as polêmicas que envolviam o cinema de *Hollywood*, e em 1929, a academia organiza a primeira edição do Oscar com 12³ categoria.

Com o passar dos anos, os filmes evoluem de tal maneira que possuem minuciosas elaborações com grandes efeitos especiais, cenários robustos, figurinos marcantes e enredos que, no passado, pareceriam puramente impossíveis.

Os figurinos, entendidos como vestuários de cena, são utilizados para agregar valor e sentido à persona que o ator comunica, portanto, as roupas que o mesmo utiliza em cena podem retratar a localização, as condições financeiras, estação climática, estilo de vida, época e ainda a identidade da personagem. Seu surgimento se dá através das artes cênicas ao longo da história do Egito Antigo e parte para a Grécia Antiga (VIANA, F; CAMPELLO NETO, A. H. C., 2010). Os trajes usados variavam conforme a personagem

1 *Cinématographe*: “Cinematógrafo”, tradução nossa.

2 *Academia de Artes e Ciências Cinematográficas* é a instituição que promove anualmente o prêmio do cinema hollywoodiano conhecido como Oscar, que tem como objetivo condecorar aqueles que construíram filmes relevantes no ano.

3 Atualmente a premiação conta com 24 categorias, sendo cada uma delas referente a uma etapa de produção do filme

que o ator executaria durante a cena, entretanto, de modo geral, era utilizado uma túnica longa chamada de *Chiton*, coturnos de até vinte e cinco centímetros, um cinto sob o peito e máscaras para identificação do personagem. Além disso, algumas cores eram atribuídas para determinado tipo de papel, por exemplo, a cor púrpura era usada para representar a realeza e no luto utilizava-se cores escuras.

O figurino sempre existiu, mesmo quando “[...] a roupa era simplesmente levada da rua para o palco.” (MUNIZ, p.21, 2004). Por isso, os atores sempre necessitaram de uma veste na qual o introduza na personagem, mesmo nos tempos em que a encenação, na verdade, tratava-se de um ritual religioso.

Com decorrer de sua história, os figurinos no cinema ganham o principal reconhecimento por meio das produções cinematográficas do parisiense Marie-Georges-Jean-Méliès. Suas produções foram as primeiras a apresentar a valorização da estética, caracterizando o pioneirismo em utilizar cenários e figurinos para contribuir na narrativa do filme. Além disso, como o cinema ainda não possuía falas, as produtoras precisavam utilizar os recursos visuais, como figurinos e cenários, de maneira clara e precisa, facilitando assim, a assimilação da mensagem fílmica. Por isso, neste período do cinema surgiram figurinos e personagens emblemáticos que são lembrados até hoje.

Deste modo o trabalho daqueles que se dedicavam em vestir os atores para o cinema se torna reconhecido pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas e, a partir disso, foi instituída a categoria de melhor figurino nas premiações.

Isto posto, a figurinista que será abordada no decorrer da pesquisa é Julie Weiss, indicada ao Oscar 1996 como melhor figurino pelo filme *Os Doze Macacos* e ao Oscar 2002, na mesma categoria, pelo filme *Frida*. A figurinista conta com mais de 30 anos de carreira e foi indicada à dois Oscar, sete Emmys e um BAFTA, vencendo dois Emmys. Seu trabalho analisado nesta pesquisa será o filme *Frida* (2002), que conta a história da artista plástica e seus costumes nas primeiras décadas do século XX.

Assim, o objetivo deste trabalho é estudar as intersecções artísticas entre figurino e personagem no contexto cinematográfico a partir dos figurinos produzidos por Julie Weiss, no Filme *Frida* (diretora Julie Taymor, 2002), por meio da análise das cores, texturas e o processo de criação da designer, segundo o ferramental da Semiótica Discursiva. Sendo esta uma maneira de ressaltar a importância do figurino na construção, elaboração e execução do desenvolvimento das personagens em suas identidades subjetivas.

2 | METODOLOGIA

A Semiótica Discursiva será a metodologia aplicada nesta pesquisa para análise do filme *Frida* (2002). A Semiótica, de linha francesa, foi elaborada por Algirdas Julien Greimas e seus colaboradores “ao entenderem que os fenômenos comunicacionais são textos que podem “ser lidos” ou, ainda, como discursos.” (VICENTINI; CÓ; AVELAR, p.236, 2020).

Portanto, entende-se a importância que a linguagem possui, já que se trata de um veículo de comunicação do qual é possível estipular formas de vida, acordos, exprimir pensamentos e agir sobre o mundo pela organização de elementos linguísticos. Dessa maneira, o objeto de estudo da semiótica se trata de um apanhado de justificativas que exploram a articulação de diferentes tipos de linguagens na construção de um possível texto sincrético. Esta modalidade textual acontece quando ocorre a união de diferentes tipos de linguagens que, quando combinadas, transmitem um efeito de sentido.

Entendido isto, Greimas e Courtés (2008) descrevem que a semiótica possui diferentes definições conforme seu uso, entretanto, nesta esta pesquisa será atribuído a definição de um estudo sistematizado em um objeto de conhecimento. Dessa forma, dentro dos estudos de Greimas, o texto-objeto pode-se estruturar em dois planos: o plano de Conteúdo (o qual se dá pela geração de ideias e signos que são vinculados a um valor) e o plano da Expressão (a forma como as ideias e signos se concretizam para que assim possam ser reproduzidas).

Além disso, para que se compreenda os efeitos de sentido que um texto é capaz de proporcionar, a semiótica apresenta um percurso pelo qual o texto percorre. Ele se divide em três níveis e Vicentini, Có e Avelar (2020) afirmam:

O nível fundamental é mais abstrato em que se estruturam os eixos semânticos do discurso e no qual se dão as categorias opostas de significação, exemplo: natureza x cultura; liberdade x opressão, etc.

O nível narrativo intermediário é aquele em que os elementos do nível fundamental são transformados em objetos e valores e neste nível são analisadas as transformações do sujeito e os objetos-valor que são importantes nesta construção.

E, por fim, o nível discursivo, mais concreto, em que a narratividade é recoberta por temas e figuras. A escolha destes mostra as marcas do sujeito da enunciação (p.237).

Entendido os conceitos norteadores da semiótica discursiva, pode-se afirmar, então, que o cinema, o teatro e a televisão podem ser considerados textos sincréticos, visto que se trata da união de vários elementos de diferentes linguagens articuladas entre si para a construção de um produto final.

No que se refere a moda e ao figurino atrelado a semiótica, entende-se que ambos estão relacionados a linguagem visual, portanto, podemos inferir que os figurinos utilizam das roupas como meio de reconhecimento do personagem através de características simbólicas intrínsecas à cultura.

Fiorin (1998, p.21) afirma que existe a possibilidade de dois discursos trabalharem com os mesmos elementos semânticos e apresentar duas soluções diferentes uma da outra, isso porque os resultados finais dependem da cultura de referência e interpretação individual de cada pessoa.

Tendo isto aplicado ao universo cinematográfico, existe sempre a visão do diretor,

do roteirista, do ator e do figurinista dentro de uma mesma cena e personagem. Portanto a comunicação, seja ela feita por qualquer meio linguístico, é de extrema importância na execução de um trabalho com coerência.

Portanto, a semiótica descritiva e o domínio da mesma, corrobora para transmitir uma cena descrita em um texto para uma composição imagética que todos os elementos se completam para agir em um mesmo efeito de sentido.

3 | ANÁLISE E RESULTADOS

Deste modo, tomando por base o que foi exposto anteriormente neste artigo, apresentaremos a análise do figurino fílmico que trata da vida da artista plástica Frida Kahlo. Para efeito deste estudo o recorte que utilizamos é o momento de transformação da vida da artista devido ao acidente de bonde que ocasiona grandes dificuldades de mobilidade, saúde e bem-estar. É a partir daí que Frida utiliza da arte como meio de expressão da constante dor que lhe aflige.

Assim, inicia-se a análise de conteúdo através da cena em que é retratado o acidente, onde Frida se encontra nos escombros do bonde coberta por sangue e pó de ouro, que um dos passageiros do bonde levou em suas mãos, e com uma das ferragens atravessada na região do quadril (Figura 1). Ao que se refere a análise no plano da expressão, Frida está com sua cabeça em um plano mais distante e escuro, o que faz perder o foco de seu rosto, já a blusa branca forma um forte contraste em relação ao sangue vermelho vivo que sai de seu corpo, a categoria cromática do plano da expressão claro x escuro homologa no nível discursivo do plano do conteúdo a gravidade do acidente. No primeiro plano, a categoria eidética formada por ângulos retos da barra de ferro na diagonal em contraste com a organicidade do corpo da artista reiteram no plano do conteúdo os efeitos de sentido da gravidade da situação apresentada.



Figura 1 - Cena do acidente de Frida

Fonte: *Frida* - Direção de Julie Taymor, 2002. (00:10:38)

Considerando a dimensão cromática da cena, percebe-se um filtro alaranjado e de alta saturação presente no corte, visto que o vermelho do sangue se sobressaia em relação a tonalidade de azul escuro da saia e das meias.

A partir desta cena, é retratado os momentos em que Frida quando levada ao hospital, passa pelas primeiras cirurgias. Esta circunstância é mostrada no filme em uma sequência de cenas em que são figurativizados esqueletos humanos, tendo ao fundo uma trilha sonora de tensão e constantes ruídos.

Na primeira aparição apresenta-se um esqueleto em primeiro plano emitindo ruídos e duas cadeiras localizadas em ambos lados da cena (Figura 2) com dois esqueletos que, aparentemente, tremem, e que fogem logo em seguida.

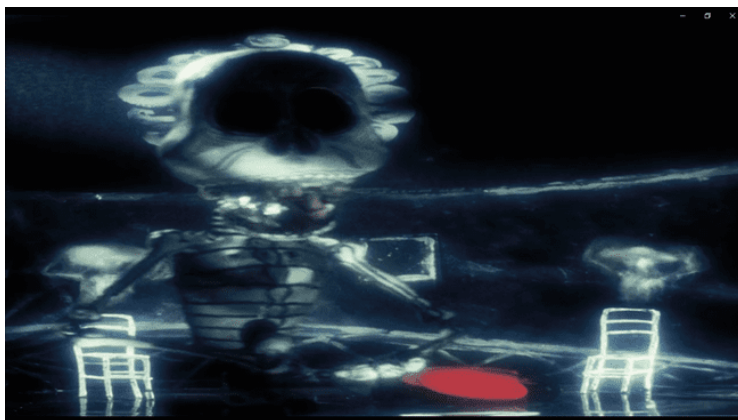


Figura 2 - Primeira cena hospitalar

Fonte: *Frida* - Direção de Julie Taymor, 2002. (00:10:52)

Especificamente nesta cena, há uma possível interpretação de que ambos os esqueletos em tremores representam os pais de Frida no momento em que recebem a notícia, visto que Herrera (2011) descreve:

Assim que recobrou a consciência, Frida pediu que chamassem sua família. Seus pais não puderam ir vê-la. “Minha mãe ficou tão impressionada que perdeu a fala durante um mês. Meu pai ficou tão triste que adoeceu, e não pude vê-lo por mais de vinte dias”, recordava Frida. “Nunca houvera mortos na minha casa”. (p.70)

Ou seja, tomando a fala da autora podemos concluir que se trata da família mais próxima de Frida que não pode visita-la durante esse período no hospital. E desse modo, criou-se a narrativa no contexto fílmico através da combinação dos formantes plásticos (cenário, enquadramento, cores e filtros).

A cena muda no momento em que é acesa uma luz, idêntica às luzes de foco utilizadas em salas de cirurgia, em direção a uma cama hospitalar que se encontra vazia e

com poças de sangue em vermelho supersaturado (Figura 3). Sendo esse o retrato de que Frida passa pelas primeiras operações cirúrgicas.



Figura 3 - Cena das primeiras operações cirúrgicas

Fonte: *Frida* - Direção de Julie Taymor, 2002. (00:10:56 – 00:10:59)

Em seguida o filme transita entre esqueletos trajados com o vestuário normalmente utilizados por médicos em hospitais, passando pela cena analisando papéis, posicionados ao redor de uma cama simulando um procedimento, uma maca com uma coluna vertebral sendo levada (Figura 4) e os ruídos, antes indecifráveis, tornam-se um diálogo relatando as contusões causadas em Frida devido ao acidente.



Figura 4 - Cenas das contusões

Fonte: *Frida* - Direção de Julie Taymor, 2002. (00:11:01 – 00:11:13)

Este momento de retratação da cirurgia por esqueletos se dá por encerrado quando Frida abre os olhos em um ambiente hospitalar e em seu olhar tem-se o reflexo de uma última caveira, caracterizada de médico, que em seguida toma sua forma humana, em um

diálogo com Cristina Kahlo, irmã de Frida (Figura 5).

Diante desta cena onde Frida abre os olhos, com o enquadramento aproximado ocorre uma debreagem enunciativa, onde permite o enunciador se aproximar do enunciatário e desenvolver nele uma empatia com o atual estado emocional e físico da personagem através da caracterização do aqui/agora. Portanto, cativa o espectador de modo que entenda as circunstâncias, tal qual o personagem passa durante a narrativa fílmica.

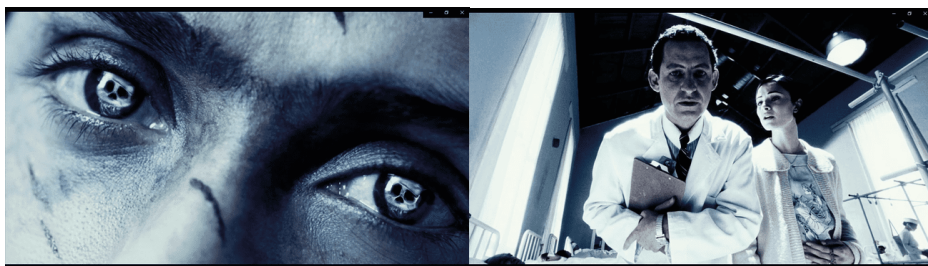


Figura 5 - Frida em um ambiente hospitalar

Fonte: *Frida* - Direção de Julie Taymor, 2002. (00:11:26 – 00:11:30)

Seguindo como base a análise do plano da expressão fundamentada na dimensão cromática, este recorte do filme até então apresenta o filtro azul aplicado em todas as cenas. A tonalidade fria atrelada à constantes momentos hospitalares permite o entendimento que este tipo de filtro transmite ao enunciatário a sensação de frieza, duro e insensível, características estas atribuídas socialmente ao ambiente hospitalar. Além disso, compreendendo o risco de vida que Frida Kahlo corre devido ao acidente, o formante cromático caracterizado especificamente pelo contraste de frio x quente (que nesse caso é traço ausente) homologam no plano fundamental do plano conteúdo a oposição vida e morte, gerando assim, efeitos de sentido de medo, tristeza e solidão.

Entretanto, há momentos em que se tem exposto o contraste cromático apresentado por um vermelho supersaturado, que dentro do contexto atribuído à cena, permite a compreensão de ser uma retratação do sangue. Sendo ele uma forma de representar a Frida dentro dessa circunstância. Desse modo, conclui-se que a cor vermelha, popularmente atribuída à paixão, refere-se nesta realidade fílmica um contexto de dor, aflição e angústia.

Em última análise, pode-se levantar para além do formante cromático, a interpretação sonora deste recorte que em poucos momentos é possível reconhecer um diálogo contínuo. Ou seja, maior parte do tempo o fundo sonoro são apenas ruídos e sons desconexos. Nessa perspectiva, diante do exposto, o uso de linguagem verbal e falada não se faz necessária. Isto é, a representação imagética e plástica da cena cria o contexto e as justificativas para a construção da narrativa, enquanto o diálogo falado fica em segundo plano.

Na cena seguinte Frida se encontra deitada na maca em uma sala cheia de pacientes (Figura 6). Ela ainda dorme, porém, sua irmã Cristina Kahlo está ao lado tricotando até o momento em que Frida retoma sua consciência e questiona sobre Alejandro Gonzalez, seu namorado da época que também estava no bonde, e sobre seus pais.



Figura 6 - Frida pós cirurgias

Fonte: *Frida* - Direção de Julie Taymor, 2002. (00:11:43)

Tendo como visão o plano da expressão, nesta etapa do filme as cores retornam, porém, não supersaturadas como anteriormente ao acidente. Devido ao acontecimento e as transformações que Frida virá a passar, o filme se mantém na baixa saturação utilizando um filtro de cor sépia, que homologa no nível discursivo do plano do conteúdo a tematização da dor, frieza e sofrimento.

De forma a concluir esta etapa do filme, nota-se novamente o uso da debreagem enunciativa com Frida olhando para o enunciatário de forma melancólica (Figura 7). Desse modo, o enunciador coloca o enunciatário novamente em posição de empatia e compaixão para com o sofrimento da personagem.



Figura 7 - Frida recupera a consciência

Fonte: *Frida* - Direção de Julie Taymor, 2002. (00:12:24)

De forma mais investigativa dentro do plano da expressão, nota-se como Frida apesar de se posicionar em primeiro plano, seu rosto aparenta, ter pouca iluminação e com isso passar a ideia de sombrio e fúnebre. Enquanto, ao observar Cristina fica evidente como nela há muita iluminação, ao ponto de deixar mais nítido suas expressões, mais uma vez o enunciador faz uso, no plano da expressão, dos contrastes cromáticos: claro x escuro, a fim de, homologar no plano do conteúdo os efeitos de sentido mencionados.

A partir deste ponto, Frida é levada para casa e terá seus tratamentos de forma domiciliar. O filtro opaco e a baixa saturação das cores permanecem durante as cenas, reiterando no plano do conteúdo os efeitos de sentido de dor e sofrimento sentidos por Frida, e que reverbera de certa forma em sua família.

O filme representa a passagem do tempo através de cenas onde Frida se encontra deitada em sua cama e, sempre na mesma posição. A iluminação muda entre dia e noite, até que em um certo momento é aproximado o enquadramento da cena no rosto de Frida (Figura 8), enquanto ao fundo seus pais conversam sobre os gastos hospitalares e as dificuldades financeiras que a família começou a passar devido ao acidente.



Figura 8 - Frida em recuperação

Fonte: *Frida* - Direção de Julie Taymor, 2002. (00:13:24)

Novamente tem-se o uso da debragem enunciativa, onde Frida demonstra sua dor e sofrimento através da aproximação com o enunciatário e ainda é possível colocar em análise o diálogo dos pais ao fundo, de modo em que Frida venha se sentir como um peso para a família.

As cenas seguintes retratam os momentos em que Alejandro vai visita-la, sendo o instante em que ela se encontra desenhando seu próprio pé, e com o objetivo de distrai-la enquanto se recupera leva a ela livros de diversos autores. No entanto, Alejandro irá morar na Europa e por isso o relacionamento entre eles não poderá continuar. A notícia deixa Frida abalada e nesta circunstância começa a desenhar em seu próprio gesso borboletas e em seguida pede para que ele se retire do quarto.

O filme procede mostrando os momentos em que Frida precisa trocar os gessos de seu corpo, sendo eles situações de muita dor e desconforto (Figura 9). A fim de repassar esse sentimento ainda é aplicado sob as cenas o filtro azul, que assim como em cenas anteriores, mantem a sensação de frieza e dor.



Figura 9 - Frida trocando o gesso

Fonte: *Frida* - Direção de Julie Taymor, 2002. (00:17:02)

O recorte deixa em foco o rosto e a expressão de Frida diante de todo desconforto que se encontra no momento. Pode-se ainda levantar como análise a aproximação do enquadramento ao ponto de transmitir ao enunciário a sensação de estar sobre mesma circunstância que a personagem.

Tendo como objeto de análise a forma como Frida lida com a dor, é possível levantar a hipótese da arte como uma maneira de distração e/ou alívio para com sua atual realidade, visto que durante um diálogo com seu pai diz “eu nem consigo lembrar como eu me sentia antes da dor” (FRIDA, 2002). Como resultado desta atitude, instantes seguintes no filme, Frida recebe de seus pais um cavalete adaptado para sua cama, para que assim consiga pintar seus quadros enquanto está deitada.

A partir deste ponto Frida inicia suas pinturas, e esta etapa de sua vida é iniciada no filme através de seu primeiro autorretrato “de fato sua primeira pintura séria” (HERRERA, 2011, p.82). O filme retrata esse momento com Frida deitada em sua cama, utilizando o cavalete dado de presente a ela, um espelho colocado no teto e sobre o cavalete seu primeiro autorretrato em processo de construção (Figura 10).



Figura 10 - Frida pintando seu primeiro quadro

Fonte: *Frida* - Direção de Julie Taymor, 2002. (00:19:16 – 00:19:20)

Referindo-se à metodologia utilizada no decorrer do estudo, pelo plano da expressão nota-se que o enunciador não faz, a partir deste momento, uso do filtro azul que traz a sensação de frieza e sofrimento, ao contrário é perceptível a mudança do cromatismo passando para tons mais quentes. Entretanto, o sentido de sangue atribuído a cor vermelha ainda permanece, visto que para Frida, apesar da arte, ainda sofre com as constantes dores.

Posteriormente a estes momentos vivenciados por Frida, pode-se entrar em análise as vestimentas que a artista começa a usar no decorrer de sua vida. É de extrema importância ressaltar que a forma como a artista se expressa através das roupas muda conforme o momento de sua vida, entretanto, é emblemático lembrar de Frida Kahlo usando seus trajes característicos da cultura mexicana.

Nesse contexto, o filme recria as vestimentas tradicionalmente utilizadas pela artista como uma maneira de retratar os momentos de vivacidade e bem-estar, que viveu mesmo depois do acidente (Figura 11). Ou seja, Frida utilizava da indumentária como uma maneira de manifestar sua energia, vigor e presença, como também uma forma de expor sua opinião política, visto que foi uma mulher ativista no Partido Comunista do México e defendia as culturas e costumes mexicanos.



Figura 11 - Cenas de Frida com trajes tradicionais mexicanos

Fonte: *Frida* - Direção de Julie Taymor, 2002.

Diante de tais cenas, pode-se constatar a forma como as cores são apresentadas e a presença da saturação das mesmas. Novamente é trazido o vermelho supersaturado em combinação do amarelo, verde e preto. O que permite interpretar, com base nas análises apresentadas anteriormente e a base metodológica da semiótica discursiva, que independente da combinação entre as cores, o vermelho é a cor característica da artista e sobre esta cor está atribuído o significado de sangue e dor que ela convive diariamente.

4 | CONSIDERAÇÕES

Neste estudo, teve-se como objetivo analisar as intersecções entre figurinos e personagem através da semiótica discursiva e seus efeitos de sentido. Desse modo, a pesquisa buscou entender a construção histórica e social do cinema e, em decorrência dele, o figurino. Por meio destas análises, fica exposto o importante papel do cinema na disseminação de modismos à sociedade, como também o entendimento do valor que uma boa execução dos figurinos agrega na narrativa fílmica.

Quanto à metodologia, a pesquisa apresenta a semiótica discursiva e como ela se aplica a este tipo de interpretação. É por meio da análise de recortes do filme, que se comprova a aplicação desta metodologia como contribuição para a compreensão das relações socioculturais de vivência da artista.

Em suma, dado a análise do filme como uma forma de aplicabilidade da semiótica discursiva, entende-se como a combinação entre os formantes plásticos da cena produzem, de forma imagética, os efeitos de sentido referente à mudança ocorrida na vida de Frida a partir

do acidente. Isto é, através do uso adequado de filtros, cores, cenários, enquadramentos e figurinos, pode-se afirmar que o enunciador se comunica com o enunciatário de forma clara e deixe subentendido o sentimento e sensações da personagem durante a narrativa fílmica.

A linguagem é um meio de comunicação amplo e mutável, dessa forma, cabe ressaltar que neste estudo foi gerado interpretações entre muitas possíveis. Uma vez que isso se dá devido as construções imagéticas serem complexas e a análise final estar sujeita a alterações conforme os contextos de vivência daquele que a produz.

REFERÊNCIAS

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998 – p. 88.

FRIDA. Direção de Julie Taymor. Produção de Salma Hayek, Roberto Sneider. S.I.: Miramax Films, 2002. (120 min.), son., color.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J.. **Dicionário de semiótica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. 544 p.

HERRERA, H. **Frida**: a biografia. São Paulo: Globo, 2011. 620 p. Tradução de: Renato Marques.

SABADIN, C. **A história do cinema para quem tem pressa**: dos irmãos Lumière ao século 21 em 200 páginas. Rio de Janeiro: Valentina, 2018 – p. 199.

VICENTINI, C. R. G.; CÓ, Y. A.; AVELAR, S. H. **Discursos políticos na moda**: o coletivo Estileras, uma análise semiótica. v. 13, n. 29. Florianópolis: Modapalavra, 2020 – p. 229-259. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/15938>. Acesso em: 27 dez. 2021.

VIANA, F.; CAMPELLO NETO, A. H. C. **Introdução histórica sobre cenografia**: os primeiros rascunhos. São Paulo. 2010 – p. 194. Disponível em: <https://docplayer.com.br/50931507-Introducao-historica-sobre-cenografia.html>. Acesso: 21 out. 2021.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E ORALIDADE: REMINISCÊNCIAS QUILOMBOLAS DO SAMBA DE CUMBUCA

Data de aceite: 01/03/2023

**Francisco Helton de Araújo Oliveira
Filho**

Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES

RESUMO: O Samba de Cumbuca é um patrimônio cultural pertencente às comunidades quilombolas Salinas e Volta do Campo Grande, localizadas no município de Campinas, sertão do Piauí, e faz parte do processo de registro, identificação e reconhecimento dos *Batuques das Comunidades Negras Quilombolas do Piauí - IPHAN*, como um bem de referência cultural e afirmação da identidade, inseridos dentro da concepção de patrimônio imaterial, recriados e atualizados por seus praticantes ao longo do tempo. A pesquisa busca compreender como os detentores e detentoras do Samba de Cumbuca mobilizam, organizam e contam, através da memória, da oralidade e da musicalidade as suas histórias, desde a escravidão até o tempo presente. Para este trabalho, nos apropriamos de fontes documentais do acervo do IPHAN-PI e realizamos entrevistas com os sapateadores e sapateadoras, batuqueiros e batuqueiras do samba de

cumbuca da comunidade quilombola Salinas, que se insere no movimento de redescoberta e registro dos novos patrimônios culturais imateriais brasileiro, com importante significado prático e político para a vida da comunidade, estimulando uma nova forma de lidar com o passado.

PALAVRAS-CHAVE: Samba de Cumbuca - Memória - Oralidade.

MEMÓRIA E ORALIDADE DO SAMBA DE CUMBUCA

O surgimento dos batuques piauienses remonta ao período das lutas contra a escravidão e continuam no pós-abolição, constituindo-se na cultura e na identidade dos quilombos e dos povos quilombolas do Piauí. Desde o século XIX, temos relatos de batuques e festas negras no Piauí, consideradas como formas de resistências cotidianas. Para Solimar Lima, os “batuques estão dentro desse esquema de subversão, com seus tambores, letras, improvisos, refrões, danças, com seu suor e com os laços que passavam a ser criados entre os negros a partir de uma indecorosa

reunião de pessoas”¹.

Apesar das tentativas de proibições e silenciamentos ao longo do tempo, os batuques permaneceram sendo (re)construídos e plenos de sentidos e significados para as comunidades e foram passados de geração em geração, fazendo parte do acervo cultural dos quilombos. Essas expressões informam e registram a identidade e as lutas negras através da memória da escravidão e das experiências religiosas, criando trilhas sonoras de irradiação cultural afro-brasileira, que alimenta uma nova identidade dos povos negros e quilombolas no contexto atual.

Ricardo Pereira desenvolveu um belíssimo trabalho de dissertação sobre a história e a memória do tambor de crioula na região dos cocais, norte do estado do Piauí, onde analisa os mitos de origem do tambor nas narrativas dos sujeitos praticantes. Ele mostra que as comunidades que praticam os tambores do Piauí têm como marco a associação à libertação oficial da escravidão, no dia 13 de maio de 1888, a partir do qual a “brincadeira” teria começado, conforme muitos acreditam. As narrativas e representações a respeito dessas gerações nos remetem ao século XIX e às primeiras décadas do século XX. A dissertação apresentou, sobretudo, as estratégias de recriação de uma manifestação cultural que passou por inúmeros processos de detração, tornaram-se invisíveis para uma parte da sociedade e, em vez de reconhecida pelo Estado como formadora da identidade de um grupo da sociedade brasileira, foi perseguida pelo aparato policial. Apesar de tudo, resistiu da melhor forma, com suor e muita alegria.²

Josivaldo Oliveira (2019) publicou recentemente um trabalho chamado *O urucungo de Cassange: um ensaio sobre o arco musical no espaço atlântico (Angola e Brasil)*, que trata da origem africana do Berimbau, instrumento feito de corda metálica, vara de madeira e cabaça, usado nas rodas de capoeira. O autor reconstituiu a história de Cassange, um tocador de berimbau e personagem do folhetim oitocentista *Ataliba, o vaqueiro*, do diplomata e escritor piauiense Francisco Gil Castelo Branco. Ao buscar a história do arco musical a partir do personagem Cassange, o autor mostra que o personagem é representante das conexões culturais feitas desde o interior e o litoral da África Centro-Ocidental, o Atlântico e a província do Piauí, tradicionalmente ocupada desde a colonização pela pecuária, funcionando como metáfora da diáspora africana em suas múltiplas expressões. Vários estudiosos, folcloristas e literatos já constataram a origem Bantu do berimbau e a importância dele para a música e a dança brasileiras.³

Diante disso, constata-se que o ritmo, a dança e a percussão dos afrodescendentes

1 Entrevista realizada com Marcolino Vieira da Silva, no dia 4 de abril de 2022 em Parnaíba-PI.

2 As fazendas nacionais nasceram do legado deixado à Companhia de Jesus, com a morte do colonizador do Piauí, Domingos Afonso Mafrense, em 1711. Com a expulsão dos jesuítas em 1760, as fazendas passaram à administração da Coroa portuguesa, em seguida para o Império e finalmente para o estado. As comunidades quilombolas Salinas e Volta do Campo Grande formaram-se a partir de famílias que eram consideradas “escravos da nação”, pertencentes às terras das fazendas nacionais.

3 SILVA, Marcolino Vieira e RODRIGUES, Maria Aparecida. *A Conquista de uma Sertaneja Quilombola*: Augusta Sobreira Silva. São Paulo: Editora Nelpa, 2012, p.1.

no Piauí são atlânticas, marítimas, vem de longe e confluem diferentes temporalidades. Carregam a ancestralidade, os signos e os símbolos nas suas práticas e vida material. A cultura negra é devedora da África, mas também do crescimento e amadurecimento das relações escravistas no Brasil. Nesse processo, foi surgindo uma cultura musical negra associada às festas e à religiosidade, servindo de produção de uma identidade que tem em comum a poesia, os sons, os ritmos, os batuques e as rodas, criando formas híbridas, e um novo modo de produção cultural associado aos afro brasileiros⁴.

Atualmente existem inúmeros trabalhos produzidos por historiadores sobre as festas populares no Brasil, influenciados pelas produções inspiradas na história cultural francesa, que colocam como questões centrais “o agenciamento dos atores sociais, a construção de memórias e patrimônios, a formação de identidades e representações, as aproximações entre política e cultura” e as perspectivas da história social da cultura, que não deixam de enfatizar os “conflitos, mudanças, negociações e memórias [que] compõem a história das festas”⁵. Nesse sentido, é bastante perceptível a força das festas das populações quilombolas no Piauí, legado que vem desde a escravidão e o pós-abolição.

Assim, o universo e o território do Samba de Cumbuca foi constituído ao longo do tempo, através da memória, da oralidade e da musicalidade, como uma prática cultural que se remete ao passado da escravidão e do pós-abolição até o presente. Ele é um ritmo e uma dança acompanhada de um canto que tematiza a história e o cotidiano das comunidades quilombolas Salinas e Volta do Campo Grande, localizadas no município de Campinas do Piauí, tendo como motivo central o divertimento da população que participa da atividade⁶. O Relatório Etnomusicológico⁷, presente nos arquivos do IPHAN-PI, cita nas entrevistas que os mais antigos no samba falavam que seus ancestrais saíam na madrugada para sambar “até pegar o sol com a mão”. Como exemplo de canto, o samba “*Barra do dia*”, um dos mais cantados em Salinas, tem uma letra curta, cantada repetidamente, e retrata o cotidiano dos praticantes do samba de antigamente, que saíam para tocar quando adentrava a noite até o dia começar a raiar, formando a “barra” de sol no horizonte:

“Láe vem a barra do dia
O dia amanhece já (bis)
O dia viajou
Viajou
Foi pra outro lugar
E é o som de fazer miruê
O miruê, miruê
Miruá”

O samba de cumbuca tem como principais instrumentos a cumbuca (cabaça), tocada por uma mulher “dona da cumbuca”, e o tambor (surdo feito de madeira e couro),

4 Entrevista realizada com Marcolino Vieira da Silva, no dia 4 de abril de 2022 em Parnaíba-PI.

5 Entrevista realizada com Marcolino Vieira da Silva, no dia 4 de abril de 2022 em Parnaíba-PI.

6 Entrevista realizada com Marcolino Vieira da Silva, no dia 4 de abril de 2022 em Parnaíba-PI.

7 Entrevista realizada com Marcolino Vieira da Silva, no dia 4 de abril de 2022 em Parnaíba-PI.

tocado pelo “dono do tambor”, confeccionados pelos próprios praticantes. Além desses instrumentos, tem a caneca (copo de alumínio com feijão dentro), o pandeiro e o triângulo, que foram incorporados posteriormente, tocados por outros integrantes. Como relatou o tambozeiro Antônio Ferreira Damasceno (Titonho):

Naqueles tempos, não tinha negócio de sanfona, nada, eles inventaram um tronco de pau para eles passarem a noite brincando, não tinha sanfona, radiola, era tudo difícil. Com eles achavam um couro de boi e um tronco de pau, inventaram um negócio para eles ficarem mexendo. Não tinha som, não tinha nada. Na década de 70 vieram arrumar uma radiola. O povo brincava no meio de nós, era a alegria do pessoal. Naqueles tempos tinha só o batuque. Batuque é o tambor, a lata e a cabaça. Tem que ter essas coisas para dar o som direitinho. Se não tiver essas coisas aí, o som não dá direito do jeito que a gente quer⁸.

No caso da comunidade Salinas, a “dona da Cumbuca” é a Maria Florentina Pereira dos Santos (dona Maria Flôr). Na entrevista concedida para este trabalho, ela relata que morava na Barragem, próxima à comunidade e dançava o samba desde 1976, quando mudou-se para Salinas em 1987. Nesse ínterim recebeu o convite de Vitória, que fazia reis na época, para rezar a novena de reis que durava nove dias e cantar e tocar o Samba de Cumbuca na última noite. Desse modo, a cumbuca que era tocada por Vitória foi passada para dona Maria Flôr:

Naquele tempo jovem quase não participava do samba, não sei porque era. Só sei que era mais moça de vinte tantos anos, rapaz, os mais velhos, velhos. E aí uma senhora me chamou para dançar. Era as nove noite de reisado e o samba. E daí começou, nunca mais me largaram de mão, me chamavam pra bater o caneco, a cumbuca. E aí comecei, quando depois me casei, tive filho, mas sempre no samba de cumbuca. Ai vim aqui pra Salinas, morava ali na Barragem no município de Campinas. Vim pra Salinas, uma senhora chamada Vitória, ela me convidou pra mim ficar junto com ela, participava do reisado e na última noite, era o samba de cumbuca. Era os festejos de São João, nove noite de São João. Aí depois ela ficou, nos ficando, tirando reis no mês de janeiro e fazendo o samba de cumbuca. Aí depois, quando ela não aguentou mais, ela entregou pra mim: agora é com vc, não aguento mais, estou velha, doente, então você toma de conta. Ai eu tomei de conta⁹.

De acordo com o relato de Cleane Pereira, uma das coordenadoras do samba, vice-presidente da Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Salinas e integrante da CONAQ, os seus antepassados, praticantes do samba de cumbuca, seguiam esse padrão de passar a responsabilidade para as gerações seguintes:

A minha família, ela carrega essa herança do samba há muitos anos, que é a família do João preto. Esses filhos de João preto, eles têm uma responsabilidade com o samba. As memórias de referência que a gente tem é com a mãe Vitória, que é mãe da tia Anita, que morava ali no centro, de frente do comércio. Era ali que aconteciam os reisados e o samba. As maiores referências que a gente tem na memória são: mãe Vitória, tia Inácia, que é

⁸ Entrevista realizada com Antônio Ferreira Damasceno, seu Titonho, no dia 22 de março de 2022 em Salinas.

⁹ Entrevista realizada com Antônio Ferreira Damasceno, seu Titonho, no dia 22 de março de 2022 em Salinas.

irmã dela, Odorica (Dodó), Benga, que é o pai de Belmira do samba e tia Ana, que é outra irmã que era grande referência. Antes de acontecer na casa de mãe Vitória, acontecia na casa de tia Ana, os grandes reisados e os grandes sambas¹⁰.

Na memória familiar é destacado o papel das mulheres como detentoras da cumbuca, responsáveis por dar continuidade ao samba, desde os tempos antigos. Nas narrativas de origem, a comunidade surgiu a partir de Benevenuta e Bernarda, mulheres negras que fugiram de uma fazenda escravista da região, se estabelecendo em Salinas. De acordo com os depoimentos, a tradição foi sendo transmitida e hoje o samba é dançado por quase todos na comunidade, que, em muitos momentos, sambam como forma de se lembrar dos seus entes já falecidos.

O Samba de Cumbuca também é praticado na comunidade quilombola Volta do Campo Grande, há mais de três gerações desde o tempo do cativo. Na entrevista realizada com Titonho, ele relata que nasceu em outubro de 1963, na comunidade Volta. Neto de escravizados, Titonho herdou o samba de cumbuca dos seus tios e pai, que também eram tambozeiros:

Nasci na Volta e me criei na Volta. Naqueles tempos dos mais velhos, contavam que deixavam a raiz para eles, e contava, essa raiz estamos deixando para vocês, para nunca acabar. Porque vocês vão sair daqui. Meu avô quando morreu, eu tinha 4 anos. Não conheci ele bem não, só minha avó. Delô e avó Manuel Egídio. Minha mãe era filha de uma velha chamada Delô, que era aqui das fazendas novas. Foram para esse lugar, acampar lá, acharam esse lugar escondido lá. Foram no tempo do cativo não, no tempo do cativo eles já moravam lá. Não tinha gente, botava um ranchinho de palha, casca de cascudo, ninguém tinha condições para fazer, as casas todas eram de palha, era coisa de cascudo¹¹.

Nas narrativas familiares dos detentores do samba de cumbuca, é comum relatos que remetem às memórias do cativo, a partir dos netos ou bisnetos de escravizados. Na entrevista feita com o TiTonho, ele expressa memórias que se remetem ao tempo do cativo:

Naqueles tempos que neguim executava o pessoal, a Úrsula veio morar na barriguda, se esconder. Os outros moravam aqui, mas na hora que o coronel vinha com o chicote, os homens saíam tudo correndo, só ficavam as coitadas das mulheres, botava fogo nos chiqueiros do pessoal, os homens saíam correndo com medo de morrer. O coronel era um cabra que morreu, ainda hoje ele tá virando bicho alí, foi obrigado botar uns agrados lá, na catatumba dele, porque ele virou bicho. Aí não pode deixar a serpente sair. Compadre fez um serviço direito lá na cova dele, pra não deixar ele sair. Aí a dona serpente coisar, voltar, aí morre todo mundo. Era o coronel Ângelo, que judiava com o povo aqui. Não sei da família dele aqui. Ele morava ali numa fábrica velha aqui em campinas e tinha essa fazenda nacional, todo vaqueiro tinha que levar o leite para lá, deixar o leite lá pra fazer o requeijão, as manteigas. Ele

10 BASTOS, Juliana Carla. *Relatório Etnomusicológico sobre os batuques das Comunidades Quilombolas Mimbó, Salinas, Costaneira e Curral Velho*. Teresina-PI: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

11 Entrevista realizada com Marcus Vinicius Ferreira, no dia 01 de novembro de 2021 em Salinas.

trabalhava nessa fábrica lá em Campinas¹².

Em face do horror da escravidão, as famílias quilombolas de Salinas e Volta, encontraram no samba de cumbuca, formas de ressignificar as memórias do cativo e construir uma referência positiva, através da música e da dança. Nesse sentido, a pesquisa de história oral pode revelar elementos novos sobre os períodos em que as manifestações culturais da população negra foram perseguidas e silenciadas, colocando possibilidades infinitas e representatividade maior a partir das entrevistas e histórias de vida.

E se a história oral é a arte da escuta, tal qual define Alessandro Portelli, é por meio dessa prática que as memórias individuais ganham espaço no mundo coletivo e se transformam em história. Problematizando a relação entre o narrador e o entrevistador, é possível ter uma compreensão mais vívida de certos aspectos do passado, conectando as experiências presentes dos sujeitos com processos históricos de outros tempos. Esse momento é único, irreversível e pertence aos trânsitos e fluxos que confluem tal qual o próprio tempo. A ponte que liga o passado ao presente fica mais imaginativa, vivida e real quando se pratica a arte da escuta.

Daí a distinção que Portelli faz da fonte oral e da tradição oral. A fonte oral é aquilo que é produzido no momento da entrevista, de maneira informal e dialógica entre o historiador e o entrevistado e que podem incorporar materiais tradicionais. Já a tradição oral seria composta de elementos formais, que podem ser transmitidos e compartilhados, podendo também ser utilizados pelos historiadores. Porém, Portelli aponta para um caminho mais sofisticado e imaginativo para as fontes orais quando relacionadas às questões ligadas à memória, subjetividade, narrativa e diálogo¹³.

Foi esse processo que identifiquei ao entrevistar o senhor Marcolino Vieira da Silva, nascido na comunidade Salinas, neto de ex-escravo. Queria saber sobre a relação entre o samba de cumbuca, as memórias da escravidão e a história da comunidade. Quando iniciei a entrevista, pedi para ele contar sua vida e a relação que ele tinha com a comunidade, pois havia escrito um livro biográfico sobre a história de sua mãe e dos seus antepassados que nasceram em Salinas. O livro foi fruto de anos de pesquisa, dedicação e esforço para guardar as memórias colhidas em conversas com os pais, tios e parentes. Na entrevista contou coisas que não haviam no livro escrito:

Quando comecei lá atrás, a mais de 60 anos, a preocupação era eu saber como se dera as fazendas nacionais, ninguém sabia, daí comecei me aprofundar, toda vez que ia conversar como meu pai, minha mãe, com parente da minha mãe, que era a Zequinha, lá da Salinas, filho de lá, e Zé Machado... eu pegava um papelzinho, vou lhe mostrar, escrevia e colava no caderno, coisa curiosa né, porque eu queria descobrir as fazendas. Quando eu descobri lá na frente, eu descobri que eu atirei no pardal e acertei um elefante, eu tinha um tesouro, tinha muitas informações que ninguém tinha,

¹² Entrevista realizada com Antônio Ferreira Damasceno, seu Titonho, no dia 22 de março de 2022, em Salinas.

¹³ BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Relatório final do Inventário Nacional de Referências Culturais em comunidades quilombolas do Piauí*. Teresina: IPHAN, 2010.

foi um acidente, eu queria entender... daí eu preservei todos os pertences da minha mãe, nas costas, levando, cobrindo, porque não tinha onde pôr¹⁴.

A trajetória da família de Marcolino, remonta ao tempo da escravidão, com o seu avô e patriarca da família, Marcolino Vieira da Silva, nascido em 25 de abril de 1871, véspera da Lei do Ventre Livre. Nascido ainda escravo, Marcolino (avô) cresceu na região das fazendas nacionais, trabalhando na Data Campo Grande como vaqueiro¹⁵. Posteriormente, conquistou sua alforria trabalhando na Fábrica de Laticínios Puro Leite, construída em 1897, na cidade de Campinas do Piauí. Na apresentação do livro que tem como título *A conquista de uma sertaneja quilombola* (2012), o autor Marcolino(neto) afirma que:

O primeiro, Marcolino Vieira da Silva, avô e escravo, o patriarca que em 1923 construiu um cemitério particular para a família na localidade Boqueirão, onde nas lápides foram gravadas datas e anotações que enraizaram suas origens. O segundo, Marcolino Vieira da Silva, o neto, primogênito filho de Tomaz Vieira da Silva, Biá e Augusta Sobreira da Silva, Mocinha que despertado pelo desejo honroso de resgatar as origens e memórias de sua genitora, há mais de quarenta anos desde 1962 vem tomando nota de nomes, cultos, costumes, cultura e festividades. Tal atitude resultou na construção da biografia e árvore genealógica parcial de Dona Augusta Sobreira da Silva, Mocinha, negra descendente de escravos da comunidade Quilombola Salinas Fazendas Estaduais, Data Fazenda Campo Grande no município de Simplício Mendes atual município de Campinas do Piauí¹⁶.

Marcolino Vieira da Silva (neto), nasceu em 24 de março de 1943, na comunidade Salinas, primogênito do casal Tomaz Vieira da Silva (Biá), vaqueiro, filho de escravo e Augusta Sobreira da Silva, neta de escravos da comunidade Salinas. Aos 16 anos de idade, partiu da comunidade para trabalhar no Maranhão, retornando logo em seguida. Ao completar maior idade, viajou para São Paulo, em busca de novas oportunidades:

Eu nasci e fui criado lá. Salinas. Onde tinha a fazenda do meu avô, meu pai era do Boqueirão, pertinho, 3km, mas eu ficava com meus avós. Com 16 anos fui embora para o Maranhão, voltei, fiquei mais um pouquinho, com 18 anos para escapar fui embora para São Paulo. Mas nunca abandonei, sempre que dava, um dia eu voltava às minhas origens... tanto que morava umas carreiras de cima, perto de Santo Inácio. Em Campinas, pegava o cavalo, ficava uma semana andando com minha mãe, tirando reis sem viola¹⁷.

Marcolino revelou na entrevista, que chegou em São Paulo sendo analfabeto. Trabalhou inicialmente na construção civil, tornando-se, posteriormente, técnico em eletrotécnica, se aposentando nessa área. Atualmente, reside na cidade de Parnaíba - Piauí, com sua esposa. Nessa trajetória de sempre retornar às origens, Marcolino empreendeu um belíssimo trabalho de registro e arquivamento de memórias:

14 PEREIRA, Ricardo Augusto Pereira. *Relatório do Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais das Comunidades Quilombolas do Piauí*. Teresina-PI: Iphan, 2011.

15 SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de et al. *O INRC das comunidades quilombolas do Piauí*. Teresina-PI: Iphan, 2014.

16 BASTOS, Juliana Carla. *Relatório Etnomusicológico sobre os batuques das Comunidades Quilombolas Mimbó, Salinas, Costaneira e Curral Velho*. Teresina-PI: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

17 Cumbuca de Quilombo. Direção: Ricardo Augusto Pereira e Roberto Sabóia. Documentário. Piauí, 2008. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rgO6_7zU7LM.

Eu fui embora para São paulo. Eu sou mais paulista do que piauiense, porque eu fiquei a maior parte da minha vida em São Paulo. E uma coisa que irei revelar para você... cheguei em São Paulo, com 22 anos, eu era analfabeto... (pausa)... Acredita? Eu me alfabetizei em 1965, fui para escapar cara! Fui para escapar¹⁸.

Orgulhosamente, Marcolino(neto) relata na entrevista a vida de seu avô, que após anos de trabalho, tornou-se um pequeno proprietário de terras, próspero e bem-sucedido. Como foi relatado, Marcolino colheu a partir da oralidade a história de sua família, pois, mesmo tendo posses, não deixaram muita documentação.:

A história dele é interessante, porque ele foi recrutado para trabalhar quando estavam construindo a fábrica e continuou trabalhando na fábrica e ele era escravo, na fazenda data campo grande, pertencia a porções. Só sei que era um administrador. Meu foco era fazenda nacionais, as outras coisas foram... descobrir como se deu, quem veio, como chegou... Ele era da Salinas, ele era o principal. Ela era Bevenuta, Bernarda, e ele era filho de Bernarda. Zefa, era irmã de Marcolino. O pessoal lá confunde. Ninguém sabe, para mim chegar em alguma coisa nessas negras, só cheguei porque meu avô ficou rico e criou um cemitério para a família e ficaram as lápides. Inclusive tinha a lápide de Zefa que era a irmã dele mais velha. Meu avô nasceu em 1871, quando ele nasceu, veio a Lei Euzébio, ele tinha 4 meses de nascido e continuou como escravo. Daí ele ficou escravo até 1888. Mas não tinha documento, nada, nenhum. Eu não conheci meu avô, quando ele morreu, antes de minha mãe¹⁹.

As lápides do cemitério construído por seu avô, foi o primeiro passo para Marcolino buscar reconstituir a história de sua família. Ele afirmou na entrevista, que tinha como hábito fazer “reis sem viola”: “Eu fui anotando, eu sentava com um papel na mão e anotava os tópicos, um cara analfabeto, colava no caderno. Eu estava em São Paulo e fazia esse reis sem viola em uma semana, chegava a noite, tava conversando, como era que era isso”²⁰.

Conforme vimos, abordar a oralidade é deter-se no processo de comunicação vivo, criativo e espontâneo que pode revelar aspectos importantes da cultura e da esfera simbólica da vida humana. Os processos de transmissão e conhecimento por meio das tradições orais foram primeiro pesquisados pelos antropólogos, como uma maneira de se aproximar das interpretações e significados das culturas abordadas. A partir do relato de Marcolino (neto), quando questionado sobre a origem do samba de cumbuca, podemos compreender como se deu às mudanças e formas de transmissão, na sua percepção:

O samba era só o samba. Aprontava, fazia comida, bolo, frito e cachaça e às seis horas começavam a cantar. As negras ficavam em fila um de cada lado, rodando, como um insulto. Daí o cavaleiro vinha meio sapatando, mas sem sair do lugar, com um chapéu inclinado, saía sapatando, fazendo a fila, todo mundo sapatando um ao lado do outro. Esse era o samba de cumbuca. Esse eu assisti, vivi e convivi. Eu nao fui desse tempo porque eu era pequeno.

18 SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. Et al. *O INRC das comunidades quilombolas do Piauí*. Teresina-PI: Iphan, 2011.

19 Entrevista realizada com Marcus Vinicius Ferreira, no dia 01 de novembro de 2021 em Salinas.

20 Entrevista realizada com Marcus Vinicius Ferreira, no dia 01 de novembro de 2021 em Salinas.

Eu sou da Salinas, e logo com 16 anos fui embora. Quem cuidava era uma tia minha, Vitória. Quando Vitória morreu, Maria Flor pegou. Maria Flor não é negra da Salinas. E ela pegou, assumiu. A Vitória, a mãe de Vitória era irmã do meu avô. Essa lápide tá lá e tenho que pegar da mãe dela, irmã do meu avô, mulher de João Preto. João Preto não era da Salinas. Botava o samba pra frente. As novenas eram na casa dela, usava muito pouco reisado, usava muito samba de cumbuca²¹.

Marcolino rememora as mudanças e transformações que ocorreram ao longo do tempo, quando o samba era praticado pelos mais velhos, onde as crianças eram proibidas de participar das brincadeiras. Do mesmo modo, Marcos Vinicius (Nêgo Vina) também enfatiza no seu relato essa prática:

Quando éramos crianças, nosso pais, nossos tios, nossos avós eram tudo de samba de cumbuca. Só que não existia... não se permitia criança estar no meio de adultos. É diferente de hoje. Tinha lá o samba, muitas vezes a gente não sabia nem o que era aquilo ali que tava acontecendo. Porque os pais, os avós diziam assim: menino, vai brincar pra lá, aqui é coisa de gente grande²².

O samba de cumbuca já existia na memória, na oralidade, nas práticas, nas festas e no modo de vida das comunidades quilombolas Salinas e Volta há várias gerações desde o cativoiro. Mas só ganhou solidez quando houve o processo de mobilização dos detedores e detentoras, tomando evidência nesse cenário de mobilização política e cultural das comunidades quilombolas no Piauí, onde se mantém viva as memórias, os conhecimentos e saberes tradicionais que foram transmitidos ao longo de gerações.

Assim, nos anos 2007 e 2008 foi iniciado o levantamento para a criação Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) das comunidades quilombolas do Piauí, através de metodologia criada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN junto com a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí - CECOQ e as comunidades quilombolas, que iria subsidiar o processo de *Registro dos Batuques das Comunidades Quilombolas do Estado do Piauí* como Patrimônio Cultural Brasileiro, finalizado em 2017. Nesse mesmo ano, a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí, solicitou ao IPHAN, o Registro dos Batuques das Comunidades Quilombolas do Piauí. No documento, a CECOQ reivindica os batuques do Piauí como expressão da cultura negra afro-brasileira, ao lado do tambor de crioula, samba de roda da Bahia e o Jongo do sudeste. A justificativa se remete à memória cultural da comunidade representada através das práticas religiosas, danças, da música e das entoações dos versos, dos tambores e rodas²³.

21 BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Superintendência do Iphan Piauí. *Bens Negros: Referências Culturais em Comunidades Quilombolas do Piauí*. organização, Ricardo Augusto Pereira; Pesquisa, Solimar Lima. Teresina: IPHAN/PI, 2012.

22 PEREIRA, Ricardo Augusto. *Poetas do Tambor de Crioula do Piauí*. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

23 OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *O urucungo de Cassange: um ensaio sobre o arco musical no espaço atlântico (Angola e Brasil)*. Itabuna: Mondrongo, 2019.

Em 2011, foi finalizado o Relatório do Levantamento Preliminar²⁴, momento em que foram mapeadas e desenvolvidas as primeiras informações sobre as manifestações culturais das comunidades quilombolas do Piauí. Em 2012, foram concluídos os trabalhos de Identificação do INRC, que resultaram no “Relatório de Identificação do Inventário Nacional de Referências Culturais”, que faz uma discussão sobre os significados dos batuques para as comunidades envolvidas²⁵. Em 2014, foram finalizados os relatórios da etapa de Documentação: Etnográfico, Histórico e Etnomusicológico²⁶.

O inventário foi elaborado por uma equipe formada por técnicos do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob supervisão de Ricardo Augusto Pereira, de pesquisadores da FADEX - Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão, e da CECOQ - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Piauí, além de uma rede de colaboradores e pesquisadores locais, escolhidos nas comunidades: Profa. Dra. Maria Sueli Rodrigues de Sousa, Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima, mestre Antônio Bispo dos Santos, Francisco Phelipe Cunha da Paz e Savina Priscila Rodrigues Pessoa. Esse trabalho resultou em um adensado material sobre o patrimônio cultural imaterial dos quilombos no Piauí, como as fichas de identificação e entrevistas, produção de documentários, publicação de livro e gravação de CD com as músicas.

Foi a partir do documentário *Cumbuca de Quilombo*²⁷, dirigido por Ricardo Augusto Pereira e Roberto Sabóia, que tomei conhecimento acerca do Samba de Cumbuca das Comunidades Quilombolas Salinas e Volta do Campo Grande. Além disso, as comunidades são extremamente ricas em outras manifestações culturais, como o reisado, a capoeira de quilombo, o jogo do Jucá, a fabricação de remédios caseiros, a farinhada, entre outras. Com o acervo do IPHAN disponível, reformulamos nossas questões, com o intuito de compreender o Samba de Cumbuca ao longo do tempo, através da memória, da ritualização, dos ritmos e das canções, e sua relação com a vida social e a formação da identidade cultural quilombola no Piauí.

Além disso, a documentação do IPHAN permitiu constatar o processo de patrimonialização que tem vivido o samba de cumbuca, envolvendo as comunidades quilombolas, além de pessoas e instituições externas²⁸. Para a elaboração do registro do Samba de Cumbuca, foram entrevistados os sambadores e sambadoras mais antigos do quilombo Volta como Seu Ernestino, Seu Mel, Seu Minga, já falecidos, e do quilombo Salinas, como dona Maria Flôr, Antônio Pereira(Titonho) e dona Lina (já falecida). Além deles, foram entrevistados Marcus Vinicius e Cleane Pereira, atuais coordenadores do

24 CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

25 Entrevista realizada com Marcus Vinicius Ferreira, no dia 01 de novembro de 2021 em Salinas.

26 ABREU, Martha. *Da senzala aos palcos: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017, p.3.

27 PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp.9-10.

28 BASTOS, Juliana Carla. *Relatório Etnomusicológico sobre os batuques das Comunidades Quilombolas Mimbo, Salinas, Costaneira e Curral Velho*. Teresina-PI: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

Samba de Cumbuca de Salinas.

Nesse contexto, a comunidade quilombola Salinas se articula em torno da luta cultural no Estado. Na entrevista realizada com Marcus Vinicius Ferreira (Nêgo Vina), presidente da Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Salinas, professor, educador popular e coordenador cultural das comunidades quilombolas, enfatiza no seu relato, um dos momentos que foi um marco para o samba de cumbuca:

A partir de alguns jovens que saíram da comunidade, adquiriram conhecimento e voltaram, eu, Jaqueline, Badu, Chichico, a gente queria trazer projetos pra gente não sair da comunidade. O único meio, era a gente entrar na associação, entrar como sócio, ir galgando esses espaços até chegar na diretoria, para elaborar os projetos e permanecer na comunidade. Em 2009, o primeiro passo foi reunir a comunidade e solicitar da Palmares a certidão de autodefinição da comunidade. O Nego Bispo chegou aqui para nós, dizendo que ia acontecer em Teresina a Feira Estadual de produtos da reforma agrária e comunidades quilombolas. O movimento negro lutava para levar as comunidades quilombolas, com seus produtos, tanto da agricultura quanto artesanais para essa feira, e as apresentações culturais. O samba foi o primeiro acesso que nós tivemos de apresentação grande fora da comunidade, quando nós fomos para FERAPI em Teresina. Conhecemos as pessoas que foram fazendo a gente acreditar nessa semente que tínhamos plantado. Mostrar um grupo que até então era invisível no Piauí, nós éramos um grupo que tem 100 anos de história e que fazia o samba de cumbuca e ninguém sabia o que era o samba de cumbuca. Foi um marco, primeiro a juventude entrar no samba, entrar na associação, a gente assume a responsabilidade. Com isso, hoje, Salinas é maior até mesmo do que imaginava²⁹.

O Samba de Cumbuca era pouco conhecido fora do município de Campinas do Piauí e do território quilombola das comunidades Salinas e Volta do Campo Grande. Entretanto, surge nesse momento o *Grupo de Tradições Culturais Samba de Cumbuca*, a partir da mobilização dos jovens quilombolas para a ressignificação do quilombo, se constituindo em um espaço de formação, fortalecimento do pertencimento à ancestralidade afrodescendente. A participação da juventude quilombola de Salinas, foi um fator diferencial para a trajetória do samba de cumbuca na comunidade, algo que é destacado por Marcus Vinicius sobre as mudanças que ocorrem a partir dessa integração:

Quando foi que a gente... que eu entrei no grupo, que nós entramos no grupo, juventude? A gente entrou em 2009, sendo que o grupo tem mais de 100 anos. E nesse primeiro momento, quando a juventude entrou, ainda teve um pouco de receio das pessoas mais velhas. Eles diziam assim: o samba é coisa séria! aí nós fomos convidados para Teresina, para a FERAPI, feira que acontecia em Teresina, feira de produtos da reforma agrária e comunidades quilombolas. Os mais velhos não iam. Foi uma luta pra juventude dizer assim: olha, nós vamos, e vocês podem confiar, que a gente vai fazer o samba de cumbuca da mesma forma que os mais velhos faziam. Nós tivemos que ensaiar, vários e vários dias mostrando pra eles, conquistando a confiança deles. Por isso eu digo que hoje, se o samba de cumbuca tem 100 anos, e hoje tem uma galera jovem no samba de cumbuca, é porque a gente ousou.

29 Entrevista realizada com Antônio Ferreira Damasceno, seu Titonho, no dia 22 de março de 2022 em Salinas.

Naquele tempo criança não podiam participar. Os mais velhos diziam que não era coisa de criança. A gente convivia, assistia, via nossos avós, nossos pais dançando. Porém não fazia parte da nossa história. Vinicius, o samba fez parte da sua infância? Fez mas foi mais de ver e não participar. Hoje você vai ver as crianças. Hoje as crianças têm acesso, e tá lá dançando os mais velhos, as crianças, ta dançando todo mundo juntos³⁰.

A partir da articulação da juventude quilombola de Salinas, o samba de cumbuca passou a ter visibilidade em espaços fora da comunidade, tornando-se um vetor de mobilização cultural entre os moradores, a partir de “renovadas formas de se valorizar, comemorar e guardar memórias do passado, antes desvalorizadas, ou encobertas, até mesmo preteridas por uma ideia elitista e excludente de cultura, e de história”³¹.

Nesse sentido, é de suma importância refletir sobre a questão das continuidades e transformações da prática do samba de cumbuca, em detrimento de uma concepção de autenticidade ou a busca do mito de origem, buscando a formação e continuidade histórica dessa manifestação e suas transformações ao longo do tempo. Martha Abreu e Mathias Assunção propõe pensar em patrimônio cultural como direito, a cultura negra em detrimento da visão folclorista, problematizando a forma em que foi concebida a ideia de folclore, construída por intelectuais brancos, que entendiam essas expressões como inferiores, dentro da tutela imposta pelas instituições culturais, a partir da visão das sobrevivências do passado autêntico, e tirava dos detentores da cultura negra a autonomia, a capacidade de renovação, a dinâmica cultural, em que a visão de folclore mantinha aprisionada³².

Assim, a memória e a oralidade, mesmo sujeita a influências e novos valores – parte de um processo evolutivo do grupo que a preserva, enquanto elemento que dá sustentação à identidade e ao sentido de origem – mantém um vínculo entre o presente e o passado. Quando perguntado sobre o que é o samba de cumbuca, Marcus Vinicius expressa bem o sentido de pertencimento e de identidade:

Eu sou o samba de cumbuca, é minha identidade, é minha história, não existe uma história de Salinas, sem a história do samba de cumbuca. Não existe Marcus Vinicius sem o samba de cumbuca. Meus avós, meus tios, eles faziam parte, eu sou herdeiro dessa identidade. Nossos saberes, fazeres culturais, sociais, históricos, econômicos e religiosos estão ligados a transmissão de conhecimentos a partir dos mais velhos³³.

Nesse sentido, a memória não é encarada como um jarro em que se acumularam as lembranças. Ela é sempre seletiva, articula o esquecimento e as expectativas. Para Maurice Halbwachs (2006), a memória é um fato social, responsável por reforçar os sentidos de pertencimento e identidade de um grupo através dos processos de transmissão. Através

30 Entrevista realizada com Cleane Pereira da Silva, no dia 21 de março de 2022, em Salinas.

31 ABREU, M. C. ; MATTOS, H. . *Festas, Patrimônio Cultural e Identidade Negra, 1888-2011*. Dossiê ?FÊTES ET CÉLÉBRATIONS EN AMÉRIQUE LATINE. *Artelegie (Online)*, v. 4, p. 9, 2013.

32 ASSUNÇÃO, Mathias; ABREU, Martha. Da Cultura Popular à cultura negra. In: _____. *Cultura, festas, carnavais e patrimônios negros*. Niterói: Eduff, 2018.

33 Entrevista realizada com Maria Florentina Pereira dos Santos, dona Maria Flôr, no dia 12 de novembro de 2022, em Salinas.

da transmissão desses saberes e fazeres, ao longo das gerações, é que Marcus Vinicus reafirma sua identidade:

Por fim, buscou-se compreender o samba de cumbuca dentro da relação entre o campo da memória e da história, como um canal de expressão e transmissão de conhecimentos, saberes e modos de vida dos ancestrais e de famílias negras quilombolas, detentoras dessa prática cultural desde a escravidão, e refletir sobre as questões da luta política e cultural e suas articulações entre a emergência do patrimônio cultural imaterial, das identidades negras e os batuques no Piauí, especialmente entre os anos 2005 e 2022, tendo na memória e na oralidade, o veículo da herança cultural das comunidades que detém o samba de cumbuca. Desse modo, na tradição oral se mantém viva as memórias, os conhecimentos e saberes tradicionais que foram transmitidos ao longo de gerações. O testemunho oral é, pois, o veículo da herança cultural das comunidades e das tradições.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Mathias; ABREU, Martha. Da Cultura Popular à cultura negra. In: _____. Cultura, festas, carnavais e patrimônios negros. Niterói: Eduff, 2018.

ABREU, Martha. *Da senzala aos palcos: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

ABREU, M. C. ; MATTOS, H. . *Festas, Patrimônio Cultural e Identidade Negra, 1888-2011*. Dossiê ?FÊTES ET CÉLÉBRATIONS EN AMÉRIQUE LATINE. *Artelogie (Online)* , v. 4, p. 9, 2013.

BASTOS, Juliana Carla. *Relatório Etnomusicológico sobre os batuques das Comunidades Quilombolas Mimbó, Salinas, Costaneira e Curral Velho*. Teresina-PI: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Relatório final do Inventário Nacional de Referências Culturais em comunidades quilombolas do Piauí*. Teresina: IPHAN, 2010

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

LIMA, Solimar. *Experiências negras na formação da cultura piauiense*. In: Tempo, memória e patrimônio cultural. Org. Aurea Paz Pinheiro, Sandra C. Pelegrini. Teresina: EDUFPI, 2010, p. 96

MATTOS, Hebe ABREU, Martha. Jongo, registros de uma história. In: *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949*. / organização, Sílvia Hunold Lara, Gustavo Pacheco. - Rio de Janeiro : Folha Seca ; Campinas, SP : CECULT, 2007.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *O urucungo de Cassange: um ensaio sobre o arco musical no espaço atlântico (Angola e Brasil)*. Itabuna: Mondrongo, 2019.

PEREIRA, Ricardo Augusto. *Poetas do Tambor de Crioula do Piauí*. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PEREIRA, Ricardo Augusto Pereira. *Relatório do Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais das Comunidades Quilombolas do Piauí*. Teresina-PI: Iphan, 2011.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de et al. *O INRC das comunidades quilombolas do Piauí*. Teresina-PI: Iphan, 2014.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAYOR PRESUPUESTO NO GENERA CELERIDAD PROCESAL Y PLAZO RAZONABLE EN EL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, PERÚ, 1999-2020

Data de aceite: 01/03/2023

Javier Pedro Flores Arocutipa

Doctor en Derecho, Dr. en Ciencias Sociales, postdoctorado en didáctica de la investigación. Magister en gestión pública. Universidad Nacional de Moquegua
<https://orcid.org/0000-0003-0784-4153>

Delfín Bermejo Peralta

Doctor en Derecho, Magister en Docencia Universitaria, Universidad José Carlos Mariátegui
<https://orcid.org/0000-0001-6669-7902>

Ruth Daysi Cohaila Quispe

Doctor en Derecho, Magister en derecho constitucional, Universidad Privada de Tacna
<https://orcid.org/0000-0002-0673-1299>

Karen Coayla Quispe

Magister en Derecho Constitucional, Universidad José Carlos Mariátegui
<https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0001-8465-2601>

1999-2020. Metodología: Se recolectaron la data de sentencias del (TC), de 22 años. Del MEF, los devengados del presupuesto transferido. Se trabajo con fichas de observación. Se utilizó el Rho de Pearson y análisis discriminante para conglomerados. Resultados: la carga procesal depende de las acciones de amparo, habeas corpus e incumplimiento con R^2 de 99.93%. Existe retraso en resolver las demandas, mientras el presupuesto crece. El Rho es 0.245. Si el presupuesto crece en 10%, las publicaciones se incrementarían en 2.45%. Las remuneraciones crecen 7 veces en el periodo y las resoluciones en 2.36 veces. La relación Rho es de 0.33. El análisis discriminante, prueba que, de las tres etapas, 1999-2002;2003-2012; y 2013-2020, en la tercera decrecen la productividad y la celeridad, mientras se incrementan los presupuestos. Conclusión: La gestión pública del (TC) no muestra celeridad procesal en la resolución de los expedientes, el acceso a la justicia en el tiempo razonable.

PALABRAS CLAVE: Celeridad procesal, economía procesal, devengados.

RESUMEN: Objetivo: Demostrar que mayores presupuestos no generan mayor celeridad procesal, en el Tribunal Constitucional del Perú (TC), restringiendo el acceso a un plazo razonable entre los años

GREATER BUDGET DOES NOT GENERATE PROCEDURAL SPEED AND REASONABLE TIME IN THE CONSTITUTIONAL COURT, PERU, 1999-2020

ABSTRACT: Objective: Demonstrate that higher budgets do not generate greater procedural speed, in the Constitutional Court of Peru (TC), restricting access to a reasonable period between the years 1999-2020. Methodology: The data of judgments of the (TC) were collected. They are 22 years old. From the MEF, the accruals of the transferred budget. Work with observation sheets. Pearson's Rho and discriminant analysis for clusters were used. Results: the procedural burden depends on the amparo actions, habeas corpus and non-compliance with R2 of 99.93%. There is a delay in resolving the demands, while the budget grows. The Rho is 0.245. If the budget grows by 10%, the posts would increase by 2.45%. The remunerations grow 7 times in the period and the resolutions in 2.36 times. The ratio is 0.33. The discriminant analysis proves that, of the three stages, 1999-2002; 2003-2012; and 2013-2020, in the third, productivity and speed decrease, while budgets increase. Conclusion: The public management of the (TC) does not show procedural speed in the resolution of the files, access to justice in the permissible time.

KEYWORDS: Procedural speed, procedural economy, accrued.

1 | INTRODUCCIÓN

Dos estrategias y asesores como Montesquieu (Silva et al., 2018) en la teoría jurídica (Sagüés, 2008), en la práctica pensaban en la división de poderes, no podían imaginar en la aparición de un órgano, de una institución que estuviera en los extramuros del poder.

De una institución procesal que seguramente como el ministerio público o la Junta Nacional de Justicia, podrían ser órganos constituidos con autonomía, pero estos no tienen la fuerza para el ámbito de la jurisdicción como los denominados tribunales constitucionales (Ruay Sáez, 2017). En el Perú, el TC de ser inexistente en el primer proyecto de la constitución de 1993 a luego estar vigente, en 27 años se ha convertido en la última palabra del derecho peruano, con protagonismo en los conflictos de reglas y principios (Ródenas, 2008a, 2008b).

Merece valorarse en el contexto jurídico mundial, si el denominado, máximo referencial de la carta magna viene cumpliendo lo que debió ser su propósito inicial. Propiciado por la constitución austriaca del año 1920 y la genialidad de Hans Kelsen (Morales Saravia, 2016).

En su origen el tribunal constitucional era el contrapeso al poder legislativo, ese poder creador del derecho positivo (Zorrilla, 2011), porque las mayorías del pueblo le habían otorgado prerrogativas para generar legislación en favor de él. Pero este, también estaba regido por hombres y los hombres a través de la historia han demostrado que sus propuestas pueden ser sesgadas, injustas y arbitrarias. De alguna manera –como se diría– inconstitucional. La ley no era suficiente, era preciso un control de la ley.

Y por ello debía construirse un órgano, no para el control difuso (Glave Mavila, 2017) que había sido creado en Norteamérica con el expediente Marbury y Madison, sino un órgano concentrado que verifique la constitucionalidad de las normas. El nombre del TC

está y es reglamentado, por el artículo 201 de la constitución.

El TC resulta ser el órgano del control de la constitucionalidad (Cruces Burga, 2013) a la hora de hacer la comparación, cuando se realiza el contraste entre la norma legal y la constitución. Allí, en ese momento lo que está sujeto al control de constitucionalidad es la ley, o lo que emite el ejecutivo nacional, local y regional (Silva Iruarzával, 2020). Nunca la constitución y en ese sentido, en la práctica, algunas veces lo hecho por el TC resulta ser un exceso en sus funciones.

Del artículo 201 de la constitución, también se colige que sus miembros tendrían las mismas prerrogativas que los congresistas. Entiéndase inmunidad, denominada inviolabilidad. Con los requisitos y atribuciones de la Corte Suprema, pero respecto de los miembros de esta institución –Poder Judicial- hay diferencias; los jueces supremos están prohibidos de hacer política, mas, los miembros del TC devienen de un órgano que nace de un vientre político, del Congreso. Los jueces supremos tienen un límite de edad, puesto que cesan a los 70 años, mientras que los miembros del TC no tienen límite de edad, cesan al término de 5 años.

Para ser miembro del TC es importante que las 2/3 partes del Congreso de la República voten a favor. Y en muchas ocasiones se ha visto que es imprescindible el acuerdo entre las bancadas políticas. Los tribunales constitucionales de los países de Europa, de España, Italia, Alemania, y América tienen siempre el mismo fin; ser el máximo intérprete de la constitución (Jaramillo Marín, 2012).

Entonces el TC se norma por su ley orgánica y jurisprudencia, se auto titula, vocero del poder constituyente, alto tribunal e intérprete de los derechos del hombre y la sociedad.

En su ámbito funcional el TC resuelve categóricamente los procesos de amparo, de cumplimiento, de habeas data, y de habeas corpus. El proceso se inicia en el poder judicial –primera y segunda instancia- y si en esta última resulta ser negativa, esto es, no se ampara la pretensión, entonces corresponde el Recurso de Agravio Constitucional (RAC) para que conozca al TC, claro con excepciones en los casos de tráfico ilícito de drogas, lavado de activos y terrorismo.

La labor fundamental del tribunal constitucional está vinculada al control y declara la inconstitucionalidad de las normas; no obstante, trata en lo posible, vía interpretación resolver y darle a la norma un sentido constitucional, ello mediante lo que se denominan las sentencias interpretativas, no hay en la constitución algo que haga prever, imaginar esta posibilidad; sin embargo el tribunal hace la sumatoria de lo positivo y negativo, y en su labor legisla para llenar aquellos vacíos dejados por el legislador. El TC de hecho ha variado la jurisprudencia peruana, a través de sendas decisiones que se agregan a las teorías de las fuentes del derecho y se coloca como una de las instituciones fundamentales, pilar de un estado constitucional de derecho.

El plazo razonable es un derecho fundamental, es una de las deudas que tiene la justicia peruana y latinoamericana, con los ciudadanos. Por ejemplo, un proceso civil

patrimonial, puede durar cinco o seis años, hasta que se resuelve en casación. Allí hay dinero inmovilizado, es un capital de trabajo a costo hundido (ESAN, 2022). Otro ejemplo se origina cuando se retrasan los procesos contenciosos administrativos.

Allí, se pueden encontrar pensiones de jubilados que esperan en el mediano y muchas veces en el largo plazo, y que en la hora undécima se otorgan, muchas veces tarde (CR, 2015). Hay jubilados que han muerto y solo comunican a familiares que ha llegado su atención. Uno de los principios de mayor incertidumbre en el país, es el plazo razonable y por eso a nivel jurisprudencial guarda correlación con ese desarrollo. Y en el ámbito penal, el de mayor afectación es el habeas corpus (Faúndez-Ugalde, 2020).

La sola presión al presunto imputado, al procesado, cuando no la privación de la libertad genera sin lugar a dudas esa sensación que hace que se focalice y dañe este derecho. En sede nacional no está regulado en el texto constitucional y que pasa ser un derecho fundamental implícito ubicado en el debido proceso del artículo 139 inciso 3º de la carta fundamental.

La CIDH ha señalado criterios sobre el plazo razonable (CIDH, 2022), y determinado como debe entenderse la duración razonable, sobre todo en el proceso penal. Son tres casos emblemáticos; el caso de Genie Lacayo versus Nicaragua, el caso Suárez Rosero versus Ecuador del 1997 y la sentencia Valle Jaramillo y otros versus Colombia del año 2008. Sobre esa base el TC logra una línea jurisprudencial importante es la sentencia (Exp-TC-2915, 2004), proceso de hábeas corpus, Federico Tiberio Berrocal Prudencio.

Respecto al plazo razonable, las siguientes sentencias: El (Exp-TC-3509, 2009) "habeas corpus" caso Walter Gaspar Chacón Málaga; (Exp-TC-5350, 2009), siempre en habeas corpus, caso Julio Salazar Monroe y posteriormente la sentencia de habeas corpus del (Exp-TC-295, 2012), caso Aristóteles Arce Paucar. Y en las investigaciones fiscales se tienen dos sentencias: el Expediente 5228 del año 2006, caso Samuel Gleiser Katz y la sentencia del Expediente 2748 del año 2010, caso Alexander Mosquera Izquierdo, ambos casos referidos a procesos de habeas corpus.

¿En qué consiste el derecho fundamental al plazo razonable? y ¿Cómo se computa dicho plazo? Su finalidad no es otra que evitar a una persona, permanezca de manera indefinida como procesada, se pretende establecer límites al estado; se inicia, con la intervención oficial, apareciendo dos puntos centrales, el primero, el de partida, Aquo y el de llegada Aquem. Por ejemplo, en materia penal se señala que pueden ser dos momentos, el momento de la aprehensión misma del investigado por la autoridad policial y si no ha habido aprehensión, desde el instante que la magistratura conoce el caso.

Por otro lado, el Aquem, es decir, la parte final cuando culmina el proceso con una sentencia final firme que adquiere la calidad de cosa juzgada.

Determinar con raciocinio el plazo, nos lleva formar criterios; el primer criterio tiene que ver con la complejidad de cada caso, cuál es la materia que se está discutiendo, ir a los hechos o a un hecho único o a hechos múltiples. La obtención de pruebas no es sencilla, es

difícil. Por otro lado, son hechos ocurridos en un espacio temporal t-1, es un hecho que se está investigando después de tres lustros, la complejidad del asunto determina un primer criterio fundamental.

El segundo criterio está ligado a la actuación procesal del investigado, imputado o procesado en materia penal; del demandante, demandado y terceros con interés en materia civil; toda vez que, estos tienen el derecho a buscar los medios de defensa, los medios de impugnación, las tachas, las oposiciones que pueda considerar; sin embargo, esto no debe pervertirse al punto de convertirse en conducta obstruccionista con la única finalidad de alargar irrazonablemente la causa para luego invocar a su favor dicho defecto.

En tercer lugar ¿cuál es la actuación del Órgano Jurisdiccional? ¿el Tribunal ha tenido una actuación diligente o negligente? Se tiene que observar si están con una elevada carga procesal o con una carga razonable, para poder resolver y como el tema, fundamentalmente, es de proceso, este resulta sencillo, o es uno que cae en formalismos o por el contrario es un proceso que tiene una serie de vicisitudes que hacen que todo trámite de investigación y luego de juzgamiento se dilate.

Sea en materia penal y en materia civil o laboral que las diligencias como audiencias, inspecciones, actuación probatoria u otros se difieran, todo ello tiene que ver necesariamente con la actuación del Órgano Jurisdiccional o del Tribunal según corresponda, es decir, que los actos procesales que se desarrollen van hacia un resultado de decisión definitiva.

El cuarto criterio, trata de si afecta al derecho fundamental del plazo razonable o la supuesta vulneración a la situación jurídica que tiene el procesado o demandante según corresponda, es decir, cuánto es lo que puede afectar y si hay daño psicológico o moral. Sin lugar a dudas habrá un daño económico. Y si no se tiene una sentencia con una debida motivación, o prueba suficiente, se estaría “destruyendo” lo que le ha costado a la humanidad, la presunción de inocencia(Izarra Huaman, 2017), para casos penales, civiles y otros respectivamente.

A propósito del plazo razonable como derecho fundamental, se encuentra en una categoría de derechos especiales. Hoy se reconocen por la simple condición de persona o de ser humano. En ese contexto, implica la internacionalización de los derechos fundamentales (Namuche Cruzado, 2017).

Se les denomina concretamente, derechos humanos(Carpizo Mac Gregor, 2006) que no es distinto de los derechos fundamentales. Ellos han sido creados o reconocidos en diferentes estados, de manera distinta, pero con el mismo objetivo de garantizar, el respeto de la dignidad de personas como último fin.

En el contexto esos derechos fundamentales han sido recogidos y planteados en la constitución política. En sus artículos 1 y 2.

La dignidad humana es precisada en el artículo primero de la constitución. Se debe precisar que se tienen derechos fundamentales por conexidad, también hay derechos fundamentales por remisión propia. La constitución política por ejemplo enerva los derechos

del niño que, si bien tienen un rango de mayor importancia, es un derecho que está por encima varios derechos y prevalecen.

Hay otros derechos constitucionales fundamentales y humanos, por ejemplo, los innominados. Se sabe que existe todo un ordenamiento internacional que garantiza los derechos fundamentales, y que hay un contexto, un sistema interamericano de protección de los derechos humanos.

En el entorno jurídico ellos se han vinculado a la constitución política como una figura jurídica que se llama o se denomina el bloque de constitucionalidad (Suelt-Cock, 2016). Es decir, no son supra constitucionales, menos infra constitucionales, sino vinculados en la misma categoría del texto constitucional.

Si se integran a la constitución política es para darle ese valor superior a esos derechos fundamentales, de manera que, sin entrar a conceptualizar lo más importante es saber dónde se encuentran los derechos fundamentales.

En el proceso de los derechos constituidos se ingresa a explicar las ponderaciones entre derechos constitucionales versus derechos fundamentales. Derechos fundamentales versus derechos económicos sociales y culturales. Es de observar que se puede verificar la ponderación que hay entre principios y derechos. Donde unos consideran de mayor categoría que otros, no obstante tener rango constitucional. Y estos deben ser atendidos, con la celeridad del caso.

La serie histórica que se va observar en el proceso del presente trabajo académico sugiere que, si bien las remuneraciones de esta institución son crecientes y altas, no se corresponde con las resoluciones publicadas.

La carga procesal del tribunal constitucional desde 1996 al 2021 ha tenido altas y bajas. Por ejemplo, en el año 1996 la carga procesal fue de 1471 expedientes y se mantuvo en ese Rango hasta el año 2001 que llegó a 2982 expedientes, creciendo en el periodo 2002 al 2003, 2004 y alcanzar la media de 4000 expedientes anuales. En el período del 2005 al 2008 el número de expediente se incrementó hasta un aproximado de 7000 expedientes para luego tener una disminución el 2010 que llegó a 1314. De allí volvió a subir paulatinamente hasta el año 2016 que llegó a 10,117 expedientes. Luego volvió a disminuir. Se observa que en el año 2019 el número de expedientes fue de 7197 y en el 2020 fueron 5692 expedientes.

El proceso constitucional de amparo, tutela los derechos fundamentales, distintos a la libertad individual, su finalidad es reponer al afectado, en el ejercicio del derecho amenazado o vulnerado, con motivo de algún acto lesivo ejecutado por autoridad, funcionario o persona.

El proceso de amparo en el siglo XXI es el instrumento que puede utilizar cualquier persona o ciudadano para preservar, asegurar la titularidad del derecho que quiere ser conculcado por quienes por la coyuntura detentan el poder. Y este abuso o exceso se manifiesta a través de normas, actos administrativos, actos de gobierno o actos condicionales

y no se permita afectar un derecho, surgió en México con el nombre juicio de amparo.

Las experiencias con esta institución enseñan que es el primer contrapeso cuando alguien con poder se excede y genera arbitrariedades. Al respecto la jurisprudencia del TC es prístina en los casos Elgo Ríos (EXP-2383/PA/TC, 2013), el caso Vázquez Romero (EXP-987/AP/TC, 2014), dado que son dos precedentes vinculantes y que necesitan una revisión a fin que matice y se admita cuando ha llegado al tribunal vía un recurso de agravio, para que se trate el tema de fondo. Lo importante es que el amparo es imprescindible para afirmar la consolidación de los DDHH.

Las demandas de ésta naturaleza ingresados al tribunal constitucional desde 1992 a 2020 también han tenido relativamente, un ciclo interesante; la “amparitis” empezó a desarrollarse a partir del año 2002, anteriormente la media era de más o menos 1000 expedientes que ingresaban al tribunal constitucional, sin embargo, en el período 2005-2006 se elevó a casi una media de 7500 expedientes. Esta también se mantuvo y entre el 2008 hasta el año 2012 con una media de más o menos 4200 expedientes. En el 2020 ingresaron 1253 expedientes. Se podría decir que la época del ciclo alto empezó en el año 2005 y que duró hasta aproximadamente el año 2016 donde la media de las demandas de acción de Amparo estaba por encima de los 4000 expedientes anuales.

Procesos ingresados al tribunal constitucional

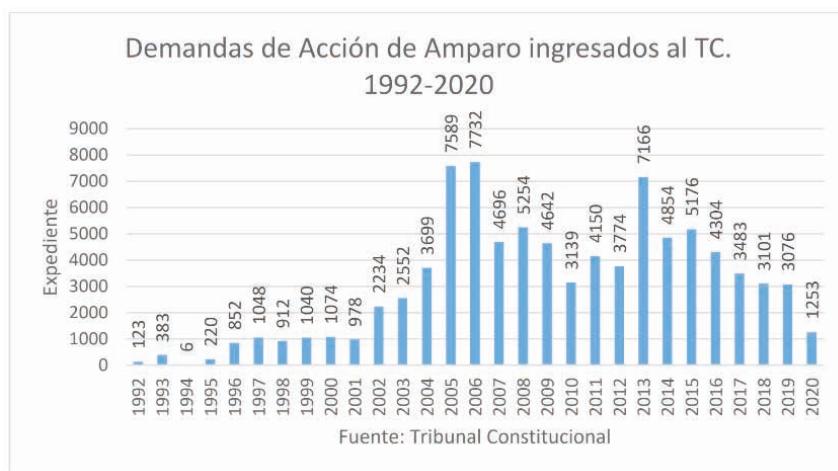


Figura 1

El proceso constitucional de habeas Corpus. Es la tutela de la libertad personal, cuando esta es afectada o amenazada.

El CPC es el instrumento para la defensa del conjunto de libertades, que de manera taxativa señala y poder demandar la libertad de la persona afectada, por cualquier autoridad o funcionario.

Existe el habeas corpus preventivo en caso de amenaza, ante cierta e inminente

grave violación de la libertad. El reparador en el caso de que se haya afectado a la libertad y hay que ponerlo en su esfera natural, su libertad. Correctivo, cuando haya afectaciones a la integridad personal en el nivel carcelario, no se desestima que haya una medida de reparación inmediata de modo tal, que se mejoren las condiciones de los afectados.

También se ha vinculado toda esta área de protección del habeas corpus con el debido proceso, es decir que cuando una persona es investigada por el Ministerio Público o procesada judicialmente, tiene una esfera de protección, dado que puede estar con mandato de detención o pueda peligrar incluso con una sentencia condenatoria que podría ser arbitraria o no, estando en debate la libertad personal.

En relación a la demanda de hábeas Corpus, como es obvio también se incrementa en los últimos años. A partir del año 2005 se podría decir que esta ha crecido raudamente y que llega a una media promedio de más o menos 1000 expedientes. Anterior a ese año 2005, aproximadamente la media era de más o menos 200 lo que en promedio anual ingresaba al tribunal constitucional. Quiere decir que, en el año 2004, 2005 hasta el año 2019 se tienen más de 1100 expedientes. El año 2020 ingresaron 730 expedientes.

El proceso de cumplimiento supera los 25 años de vigencia en el mundo. Se genera en United Kindom en el siglo XVI, para luego validarse en Colombia y establecerse en la constitución de ese país en el año 1991. Llega a establecerse en el Perú en 1993. Y es regulado en el inc 6 del art. 200 de la carta magna.

En el CPC queda establecido en los artículos del 65 a 73. Sobre esta garantía, hay serias controversias. Algunos juristas sostienen que el proceso de cumplimiento no sería tal, por varios considerandos entre ellos, que no es un derecho fundamental.

Son tres las observaciones sobre el proceso de cumplimiento. Se sabe que tiene por finalidad ordenar a aquellos renuentes a ejecutar la normatividad legal o resolución administrativa. Entonces, la pregunta que surge es si realmente es un proceso constitucional.

Lo fundamental para que un proceso sea constitucional, es que liste en la constitución, tenga autonomía total, y resuelva controversias con rango constitucional sobre la vulneración de los derechos fundamentales. Entonces el proceso de cumplimiento tiene como precepto corregir aquella ilegalidad por omisión administrativa y no vincula ningún derecho fundamental.

En consideración, el artículo 200 inciso 2 de CP que protege todos los derechos fundamentales, los expresos y los implícitos. Bien se podría señalar que es el amparo el que está destinado a subsumir lo que asume el proceso de cumplimiento.

Un precedente constitucional, en la sentencia recaída en el 00168-2005 (caso Maximiliano Villanueva Valverde), trata de un proceso constitucional y califica como derecho fundamental la eficacia de las normas, de aquellos actos administrativos, además señala que por la elevada carga procesal el proceso de cumplimiento es extraordinario interpretando el artículo 74 del código –derogado– en que se señala que se le debe dar un trámite similar al amparo.

En las demandas de acción de cumplimiento, se puede señalar que los ingresados al tribunal constitucional en el período 1995 al 2004 no superaba los 100 anuales. Una especie de arremetida es lo que ocurre en los años 2005-2006 cuando se eleva a 1805 y 1978. Pero luego vuelve a la normalidad de los 250 anuales hasta el año 2013, para luego en la etapa final lograr un ingreso medio de 400 demandas. En el año 2020 ingresaron 214 demandas de acción de cumplimiento al tribunal constitucional.

El proceso de habeas data. (HD). El partido republicano del presidente Richard Nixon fue investigado por realizar grabaciones en la Casa Blanca, y por ello en julio del año de 1974, la suprema corte norteamericana ordena la entrega de aquellas cintas, que se negó amparándose en su investidura presidencial, más luego de entregarlas, renuncia el 9 de agosto de 1974. El objetivo era tener información privilegiada con alcances y fines hasta ahora poco conocidos.

El habeas data (HD) encuentra su origen en el derecho norteamericano. En A.L., lo incorporan a la constitución brasileña en 1988 y en el Perú se escribe en el texto constitucional de 1993.

Está la lista de derechos fundamentales en su artículo 59 incisos 5, el acceso a la información pública y el inciso 6, resguardo de la información personal.

Se reclama para sí, la transparencia, por ello es un derecho el pedir información al estado sin expresar ninguna causa, sin afectar la intimidad de las personas menos la seguridad de los ciudadanos. La petición debe estar subsumida en el principio de razonabilidad y de ponderación, vinculada a los derechos de libertad de expresión y opinión.

Si bien permite la información pública, según el TC tiene límites, como un diario de debates, lo deliberado en un directorio. La clave es la información final. Y que esta sea completa. Procede para aquellas personas jurídicas de derecho privado que brindan servicios públicos.

Respecto al derecho a la autodeterminación informativa, es el poder controlar y decidir sobre la información que se tiene sobre cada uno de nosotros, en un registro público o privado, puede ser de manera física o virtual y que se pueda decidir sobre ella.

Existe dos grandes grupos, el habeas data puro, relacionado a la autodeterminación informativa a cuidar o decidir de la información y el habeas data impuro relacionado al acceso a la información pública. El habeas data puro dirigido a reparar agresiones contra la manipulación de datos personalísimos que puede ser un habeas data de cognición o un habeas data manipulador.

Como se puede observar, el habeas data de cognición busca conocer qué se guarda quién, para qué y dónde, mientras que por otro lado el (HD) manipulador pretende la modificación de los antecedentes almacenados, así se tiene el habeas data aditivo, el correctivo, el restringido, el confidencial y el desvinculado para además sumarle el habeas data cifrador, el cautelar, el garantista el interpretativo y el indemnizatorio.

Por último, se tiene el habeas data impuro orientado a solicitar el auxilio judicial y

lograr información pública como ya se ha señalado.

La línea jurisprudencial del habeas data se sostiene sobre tres fallos, el primero es el expediente N° 1797 del año 2002, caso Willow Rodríguez Gutiérrez, en el cual esta persona solicitaba una información sobre los 120 viajes que había realizado el mandatario Alberto Fujimori y que estos habían sumado 551 días fuera del país durante su gobierno, solicitaba los gastos de viáticos, los gastos de pasajes y los gastos de combustible utilizados por el avión presidencial. De la misma manera las referencias de su comitiva.

El poder judicial señaló que no tenía sentido pronunciarse dado que se había hecho público en medios oficiales, el TC declara fundada la demanda y dispone le brinde la información requerida y señala doctrina jurisprudencial acerca del acceso a la información pública.

Un segundo fallo es el expediente 2579 del año 2003, caso Julia Arellano Serquén, jueza superior de Lambayeque que no había sido ratificada por la exCNM.

Ella demandó en su hábeas data tres pretensiones: la primera, el informe de la comisión permanente de evaluación integral y ratificación acerca de la calificación que había tenido sobre su conducta e idoneidad, la segunda, el acta que había establecido el pleno del CNM para poder determinar no ratificarla y, en tercer lugar, copia de su entrevista personal.

El CNM señala que es información reservada, entonces el tribunal constitucional la declara fundada. Al respecto el TC utiliza dos figuras procesales la primera la referida a la acumulación y la segunda la referida reiteración jurisprudencial.

Expedientes publicados por el Tribunal Constitucional. Las sentencias en los procesos constitucionales (PC) de amparo (AA) publicados representan el 70.2% del total. Se ha particionado en tres etapas o conglomerados que van de 1999 al 2002; 2003-2010 y 2011-2020. La media en la etapa 1 es de 980 (EP), en la etapa 2 de 5151 y en la etapa 3 de 3889. La tendencia en los últimos 10 años es a la disminución. Si bien empezó con 1089 (EP), su cota más alta fue de 6859 en el año 2006 para cerrar el 2020 con 3386 (EP).

Los (PC) de acción de cumplimiento (AC) publicados por el tribunal son 15 en el año 1997, el año 2006 llega a 2227 casos publicados. luego hay un descenso paulatino y se mantiene en una media de 550 casos o expedientes publicados por el tribunal constitucional. El TC publica 535 casos resueltos el año 2020. Esta demanda representa el 8.9% del total.

Los (PC) de habeas Corpus (HC) publicadas por el tribunal constitucional, de 1996 al 2020 se nota la variabilidad de un modelo cíclico. Así empieza con 77 casos en el año 1996 y sube a los 172 casos en el 2003 para ascender el 2007 a 1368 EP. El año 2009 llega a los 1371 EP. Paulatinamente desciende al año 2014 con 456 casos. De ahí vuelve a incrementarse y se mantiene el año 2020 con 1373 casos. Este proceso representa el 14.8%.

Los (PC) de habeas Data (HD) también hay un crecimiento importante en los últimos años, desde el período 1997 hasta el año 2006 solamente había nueve casos publicados por

año. Desde el año 2007 hasta el año 2016 los casos llegan en un máximo 165 publicados por año. Luego entre el año 2017 al año 2020 se observa una media de 205 EP.

El año 2020 sorprende, debido a que, siendo época de pandemia, llega a 262 casos publicados. En un modelo matemático de que (PC) explican los (EP), se ha encontrado $TOTAL (EP) = 76.2758628158 + 1.0465 * Acción\ de\ amparo + 0.947 * Acción\ de\ cumplimiento + 1.1276 * habeas\ corpus$. Para un R2 de 99.93%; DW= 1.678; Prob (0.057; 0.000; 0.000; 0.000) con lo cual se deduce que tres procesos constitucionales explican en un 99.93% la publicación de resoluciones por parte de del TC.

Expedientes publicados (EP) por el tribunal constitucional (%) y Totales

	AA	AC	HC	HD	Q	AI	CC	NSP	TOTAL
1999	69	6.9	16.2	0.2	7.8	0.1	0.1	0.1	1587
2000	81	7.6	8.5	0.2	2.4	0.3	0.1	0.2	1924
2001	58	6	21	0.2	5.1	2.3	0.1	7.4	881
2002	55	11	25	0.4	6.3	1.2	0.4	0.9	1391
2003	73	8	15	0.2	2.0	0.6	0.2	0.3	4617
2004	71	11	12	0.2	5.1	1.1	0.1	0.3	4184
2005	69	17	8	0.1	4.7	0.5	0.1	0.1	7059
2006	68	22	7	0.1	2.8	0.4	0.0	0.0	10147
2007	69	12	15	0.9	3.2	0.4	0.1	0.0	9333
2008	71	6	17	1.0	4.3	0.2	0.1	0.1	7079
2009	75	4	15	0.5	4.9	0.3	0.1	0.0	8954
2010	72	6	16	1.5	3.9	0.7	0.1	0.0	6934
2011	69	5	18	1.1	4.9	0.9	0.3	0.1	4835
2012	69	5	18	0.9	7.0	0.4	0.0	0.0	4230
2013	80	2	12	1.6	3.7	0.2	0.1	0.1	5668
2014	83	2	8	1.8	4.6	0.2	0.1	0.1	5422
2015	71	12	9	3.1	3.5	0.4	0.0	0.1	5242
2016	70	7	16	2.9	3.5	0.2	0.1	0.1	5309
2017	69	5	17	3.7	5.0	0.1	0.0	0.1	5421
2018	69	8	17	2.7	3.4	0.2	0.1	0.0	6966
2019	70	9	15	2.9	2.2	0.3	0.0	0.0	6021
2020	59	9	24	4.6	1.0	1.2	0.2	0.0	5693
Total	87577	11072	18496	2105	4703	573	126	161	124813
%	70.2	8.9	14.8	1.7	3.8	0.5	0.1	0.1	100

Nota: TC

Tabla 1

Los procesos de acción de inconstitucionalidad (AI) publicados por el TC en el período 1996 al 2020, son de una media de 30 a 35 casos anuales. El año 2020 sorprendió

debido a que se resolvieron 66 casos. Representa el 0.5%. Los (PC) de quejas (Q) que se observan en los portales del tribunal constitucional entre 1998 y 2020 también crecieron.

En el año 1998 fueron de 78 casos para llegar al año 2009 a 438 casos, este ascenso en el tiempo, empezó a disminuir, de tal manera que las quejas resueltas o publicadas en el año 2013, fueron 208, en el año 2018 de 235, en el año 2019 con 132 para llegar al 2020 con 58 quejas publicados por el TC.

Todas las garantías constitucionales resueltas en las demandas planteadas al tribunal constitucional en el año 1999 fueron de 1587 expedientes publicados. En el 2020 resulta ser de 5693. Pero en el año 2007 llegó a 10147 (EP), para luego empezar a descender en un 50%, en el año 2020. Al respecto se debe señalar que esta data se relaciona de manera inversa con las remuneraciones y el PIM del TC. Si se cruzan estas tres variables se ubicará una relación inversa sobre todo en la tercera etapa.

En el periodo 1999-2020 se notan tres etapas o conglomerados que señala que la media en 1999-2002, de 1446 (EP) en el segundo 2003-2012 de 7288 (EP) y en el tercero 2013-2020 de 5481 (EP).

El comportamiento del presupuesto institucional modificado del tribunal constitucional creció desde el año 1999 al año 2020. Empezó con 7.2 millones de soles transferidos en el año 1999 y dio el gran salto en el año 2012 a 26 millones de soles. En el año 2013 llegó a 52 millones. El 2014 a 53 millones de soles. Luego sobrevino un descenso relativo, para los años 2017, 2018, 2019 con 42 millones aproximadamente, y en 2020, tener un presupuesto modificado institucional de 47.3 millones.

Respecto de lo ejecutado, el año 1999 lo hizo con 7.2 millones de soles el año 2013 llegó a los 26.5 millones de soles, en el año 2014 fue de 53.1 millones y mantenerse en esta perspectiva hasta el año 2016, cuando llega a 49.9 millones. Entre los años 2019 y 2020 hay una media de 40 millones de soles.

Las remuneraciones o pagos al personal y las obligaciones sociales en el tribunal constitucional constituyen un porcentaje significativo. Fue de 3.3 millones de soles en el año 1999 y se incrementa aproximadamente en el año 2020 a los 27 millones de soles. El ascenso ha sido de casi 7 veces más. Con un crecimiento anual de 10.8%.

Es importante señalar, que la adquisición de bienes y servicios en el periodo se ha incrementado. En el año 1999 este era de 3.6 millones. El 2019 fue de 9.9 millones. En el 2020 el Tribunal Constitucional compro por 8.2 millones de soles.

Las inversiones realizadas por el tribunal constitucional durante los años 1999 hasta el 2020 han sido mínimas.

Después de analizar los procesos constitucionales y el presupuesto para el TC la propuesta es demostrar que, la gestión pública del Tribunal Constitucional restringe el acceso a una justicia “justo a tiempo” donde la celeridad y los plazos no están rigurosamente en agenda. Sobre todo, cuando su productividad procesal es baja, mayor el costo unitario y menor la celeridad procesal en los años 1999-2020.

En los paradigmas tradicionales, la gestión de los colaboradores era de subordinación a los propietarios de los activos, en el paradigma emergente la relación era de una telaraña donde todos opinan del que hacer de la gestión. (Montañez Huancaya De Salinas, Priscila et al., 2020)

El mismo autor era de la recomendación que los ciudadanos deban participar con su punto de vista para la mejora de la institución cuestión que no se viene dando en el TC. Para ello se hace necesario que la población se entere de los controles que ha generado el propio estado sobre todo en el acceso a la información. (Montañez Huancaya De Salinas, Priscila et al., 2020).

No solo se trata de la eficiencia que es el objetivo sino de la legitimidad, que la ciudadanía valore a una institución en su gestión pública, atendiendo y resolviendo las demandas sociales de justicia. (Montemayor et al., 2018). La eficiencia, eficacia y legitimidad deberían ser tres banderas que el TC tendría que obtener y desarrollar en la perspectiva (Montemayor et al., 2018).

La celeridad procesal, refiere la atención a los plazos de justicia, la mejor utilización de los recursos financieros, humanos e infraestructura. Pero sobre todo ubicar la satisfacción del ciudadano en el ranking de justicia que vía el nuevo modelo de gestión pública (Valdez Zepeda, 2019) debería realizarse y que no es práctica, todavía del TC.

2 | METODOLOGÍA

Se empleó la data del Tribunal Constitucional y del MEF. Los conceptos de Meta, Publicados, cumplimiento, ingresados, saldo, carga, reducción, el coeficiente de atención, y el resultado se extrajeron de esas fuentes. Es no experimental, básico, relacional.

El TC define que los expedientes publicados son aquellos que cuentan con resolución y que el conjunto de tribunales ha determinado culminar en el año.

Si la meta propuesta fue alcanzada o no, el TC denomina a ello nivel de cumplimiento.

Cada año ingresan nuevos expedientes esos reciben la denominación de ingresados y se registran en el periodo. La diferencia entre las resoluciones publicadas y los expedientes que ingresan se llama saldo. La carga procesal es el saldo que pasa al año siguiente y se suma con los ingresados para ser resueltos por el TC.

Costo unitario de la carga procesal, se refiere a la división del devengado PIM/carga procesal. La productividad se refiere a la división entre Expedientes publicados (EP) y la carga procesal. Se utilizará el Rho de Pearson para probar la relación inversa y el análisis discriminante de conglomerado trietapeado para consolidar la probación.

3 | RESULTADOS

La presentación de las siguientes tablas, describen la confección de la base de

datos que se han utilizado para poder asumir una postura.

En la tabla 1, se lee en la segunda columna el PIM devengado, porque el PIM programado es mucho mayor. En la tercera columna, la carga procesal que tiene el TC cada año. La cuarta columna es el costo unitario por cada expediente de la carga procesal. La quinta columna, son de los expedientes resueltos o publicados, la sexta columna es el costo unitario de los expedientes resueltos. La séptima incluye los gastos incurridos en el personal y obligaciones sociales, la octava muestra lo ejecutado en bienes y servicios y la novena columna es la productividad de la carga procesal.

Costos Unitarios del Tribunal Constitucional

Años	Devengado (PIM) (2)	Carga procesal (3)	Costo unitario carga procesal (4)	Publicados	(6) Costo unitario publicados	(7) Personal y obligaciones sociales	(8) Bienes y servicios	Productividad. Publicados/carga procesal
1999	7,263,235	2,460	2,953	1,586	4,580	3,352,617	3,609,041	0.64
2000	7,626,870	2,096	3,639	1,921	3,970	3,361,316	4,016,071	0.92
2001	8,283,347	2,982	2,778	816	10,151	4,081,375	3,821,315	0.27
2002	9,742,922	4,899	1,989	1,379	7,065	4,787,259	4,070,347	0.28
2003	11,157,293	3,995	2,793	4,601	2,425	5,136,606	4,080,814	1.15
2004	13,242,880	3,739	3,542	4,173	3,173	5,064,643	3,827,026	1.12
2005	13,242,880	7,492	1,768	7,052	1,878	5,910,430	4,337,605	0.94
2006	13,830,652	8,489	1,629	10,146	1,363	7,250,865	4,362,288	1.20
2007	15,457,335	6,747	2,291	9,332	1,656	9,049,615	3,940,766	1.38
2008	17,806,519	6,097	2,921	7,075	2,517	12,263,369	3,308,043	1.16
2009	20,138,650	3,655	5,510	8,953	2,249	13,418,058	3,533,698	2.45
2010	20,733,702	1,314	15,779	6,932	2,991	13,468,682	3,912,369	5.28
2011	24,238,887	2,351	10,310	4,832	5,016	17,855,397	3,931,350	2.06
2012	26,584,215	3,461	7,681	4,230	6,285	18,968,537	4,524,811	1.22
2013	26,566,531	6,624	4,011	5,661	4,693	18,377,118	4,950,270	0.85
2014	53,195,065	7,600	6,999	5,409	9,835	19,222,414	5,514,726	0.71
2015	44,122,588	9,744	4,528	5,236	8,427	16,040,043	6,533,067	0.54
2016	49,911,240	10,117	4,933	5,304	9,410	18,368,551	8,622,486	0.52
2017	35,825,781	10,112	3,543	5,420	6,610	20,663,891	9,202,192	0.54
2018	39,760,398	8,108	4,904	6,978	5,698	27,152,659	8,717,991	0.86
2019	40,539,876	7,197	5,633	6,031	6,722	27,310,982	9,963,087	0.84
2020	38,995,641	5,692	6,851	5,693	6,851	27,015,810	8,286,301	1.00

Nota: TC

Tabla 2

La presente referirá lo que ocurría entre 1999 al 2020. Así los devengados en el

año 1999 fue de 7.2 millones de soles y llega al 2020 con 39 millones. Este ha crecido en 437% en el periodo y un incremento anual de 8.3%, con una media de 24.4 millones de soles. Sin embargo, la carga procesal en el periodo ha crecido solo 131% a un incremento promedio de 4.1% anual. Quiere decir que la carga procesal se ha incrementado en 1.3 veces, empero los devengados han crecido en 4.37 veces. Ahora bien, cuando se trata de los expedientes publicados se observa que este ha crecido en 2.59 veces a un promedio anual de 1.9%. esto sugiere que los recursos económicos se han incrementado mucho más que la resolución de expedientes. Se observa que las remuneraciones en el periodo han crecido en 7 veces a un incremento anual de 10.4%. También se puede señalar que las remuneraciones han crecido 2.72 veces más que los expedientes resueltos o publicados.

Se observa que el costo unitario por expediente se ha incrementado disminuyendo la productividad. El incremento ha sido de 4580 soles en el año 1999 a 6851 soles en el año 2020.

Aunque se debe señalar que en una primera etapa que va al año 2009 el costo unitario logro reducirse por mayor productividad. Ese año el costo unitario llego a 2249 soles, y que empezó a crecer para llegar al 2020 a 6851 soles.

En buena cuenta la productividad se reduce, a partir del año 2010 cuando se tiene que por cada expediente de carga procesal se llegó a publicar 5.28 expedientes resueltos, y el 2020 por cada expediente de carga procesal se publicaba uno, para ese entonces el presupuesto había crecido 4 veces y para remuneraciones 7 veces.

Se demuestra que existe relación directa y muy baja entre los presupuestos asignados al tribunal constitucional y los expedientes publicados. La correlación que hay entre presupuesto y publicaciones del tribunal es de 0.233, que es baja. Que si se incrementa el presupuesto en 10% se incrementan las publicaciones de expedientes, pero en 2.33%. No necesariamente si se aumenta o incrementa el PIM devengados habrá mayores publicaciones realizadas y si así ocurriese este sería baja en relación al PIM devengado.

Correlación entre Devengado y las demás variables

		Rho	Sig.
Devengado (PIM)	Carga procesal: Ingresos+saldo	,638**	.001
	Costo unitario carga procesal	.321	.073
	Expedientes publicados	.233	.148
	Costo unitario de publicados	,605**	.001
	Personal y obligaciones sociales	,848**	.000
	Bienes y servicios	,778**	.000
Personal y obligaciones sociales	Expedientes publicados	.315	.076

Nota: en base a datos del TC

Tabla 3

Los ingresos PIM del Tribunal Constitucional mayormente se eroga en remuneraciones del personal. En el 2020 llegó al 70%. Esto se confirma con el Rho de Pearson de 84.8%, lo mismo el PIM con la compra de bienes y servicios (BB.SS.) (Rho=77.8%), quiere decir a mayores transferencias al TC, se destinan en mayor proporción al personal (remuneraciones) y BB.SS.

Lo mismo, cuando se correlacionan las remuneraciones devengadas respecto a los expedientes publicados en el año 1999 al 2020, se encuentra un Rho de Pearson de 31.5% que es baja. Esto confirma que al incrementarse las remuneraciones en 7 veces la resolución de expedientes se incremente 2.39 veces.

La celeridad procesal y la economía procesal son dos principios o preceptos importantes para el desarrollo de la actividad procesal que implica al tribunal constitucional en el servicio a la comunidad en la resolución de conflictos de derechos fundamentales,

Ingresaron 125 201 expedientes en el periodo 1996-2021. Se puede afirmar que la celeridad no es una virtud del TC, en algunos hay una demora preocupante. Lo que se puede afirmar es que de 125,201 expedientes que ingresaron entre los años 1996-2021, 41394 fueron resueltos el mismo año. El 33% aproximadamente. Luego, 56524 expedientes fueron resueltos el primer año y 17092 expedientes en el segundo año. En el tercer año se resolvieron 4986 expedientes.

Resolución de los expedientes ingresados 1996 - 2021.

	Ingreso	Mismo año	1 año	2 año	3 años	4 años	5 años	6 años	7 años
1996	1228	49	302	509	204	12	5	1	8
1997	1555	159	655	277	213	10	1	17	0
1998	1251	128	766	334	3	4	16	0	0
1999	1402	307	984	37	36	38	0	0	0
2000	1452	391	590	351	117	3	0	0	0
2001	1585	174	644	697	12	0	0	0	0
2002	3157	346	2482	318	10	1	0	0	0
2003	3860	1343	2192	323	2	0	0	0	0
2004	5109	1700	3159	197	53	0	0	0	0
2005	10814	3569	5924	1313	1	0	0	0	0
2006	11150	4025	6013	1062	48	0	1	0	0
2007	6793	1953	3977	783	77	2	0	0	0
2008	7234	2035	4544	614	34	2	1	0	0
2009	6515	3578	2783	139	9	2	2	1	0
2010	4596	3458	1036	80	12	6	1	1	0
2011	5890	3620	1947	249	48	11	12	0	0
2012	5286	2192	2410	428	127	100	18	8	2

2013	8883	2987	3532	1115	720	291	195	27	6
2014	6433	1403	1981	1502	914	409	155	55	9
2015	7322	2000	1921	1984	960	299	113	41	
2016	5869	1046	1697	2114	688	226	90		
2017	5203	512	2146	1766	465	290			
2018	5012	1129	2124	1013	653				
2019	5102	959	2985	1007					
2020	2419	841	1453						
2021	4115	2366							
Total	125201	41934	56524	17092	4986	1680	588	133	17
Porcentaje (%)		33	45	14	4	1	0.47	0.11	0.01

Nota: TC

Tabla 4

En términos porcentuales se observa lo siguiente. En el mismo año se resolvieron o publicaron el 33%. Luego, en el primer año se resolvieron el 45% del total de expedientes, eso da un acumulado del 78%. En el segundo año lograron publicar el 14% con lo cual la sumatoria global de lo atendido era del 92% aproximadamente. Al tercer año se acumula al 96% y al cuarto año se acumula al 97%.

Se entiende que, el proceso de Habeas Corpus de acuerdo al Código procesal constitucional, los plazos no deben ser mayor a 56 días, de la misma manera la demanda de Acción de Amparo no debe superar los 188 días, el de Habeas data tendría que ser de 158 días, la Acción de cumplimiento (AC) de 158 días, la demanda de Acción popular (AP) de 60 días y la Acción de Inconstitucionalidad (AI) de 90 días.

Se puede afirmar que el TC cumple con un 50% con la normatividad vigente, y que el otro 50% se resuelve en el periodo de 1 a 6 años. Esto es lo que genera la escasa celeridad procesal y el difícil cumplimiento del plazo razonable que debe comentarse a resultados de plazos y tiempos.

Se observa que la relación (Rho) del total de expedientes con los resueltos, en el mismo año es de 0.8, el cual indica que la publicación de resoluciones es significativa en el mismo año, en todas las demandas mantiene proporcionalidad, ocurre lo mismo con el primer año que el Rho es de 0.88, en el segundo año la relación es moderada-baja con 0.49 y en el tercer año las cosas son impredecibles puesto que se tiene un Rho de 0.23, el cuarto año ocurre lo mismo que en el tercero y así el quinto al sexto año. Esto confirma la resolución de expedientes en un 33% del primer año y 45% del segundo año. Pero no explica el otro 22% después del año de iniciada la demanda.

Celeridad en resolución de demandas ante el TC.

Resolución	R	Avance %	Resueltos
Mismo año e ingreso	0.80	33.00%	42270
Mas de 1 año e ingreso	0.88	45.00%	58247
Mas de 2 años e ingreso	0.49	14.00%	18212
Mas de 3 años e ingreso	0.23	4.00%	5406
Mas de 4 años e ingreso	0.27	1.00%	1706
Mas de 5 años e ingreso	0.34	0.47%	610
Mas de 6 años e ingreso	0.22	0.12%	151

Nota: TC, R=Rho de Pearson

Resueltos: del total de casos.

Tabla 5

Análisis discriminante de la evolución del PIM y resolución de expedientes.

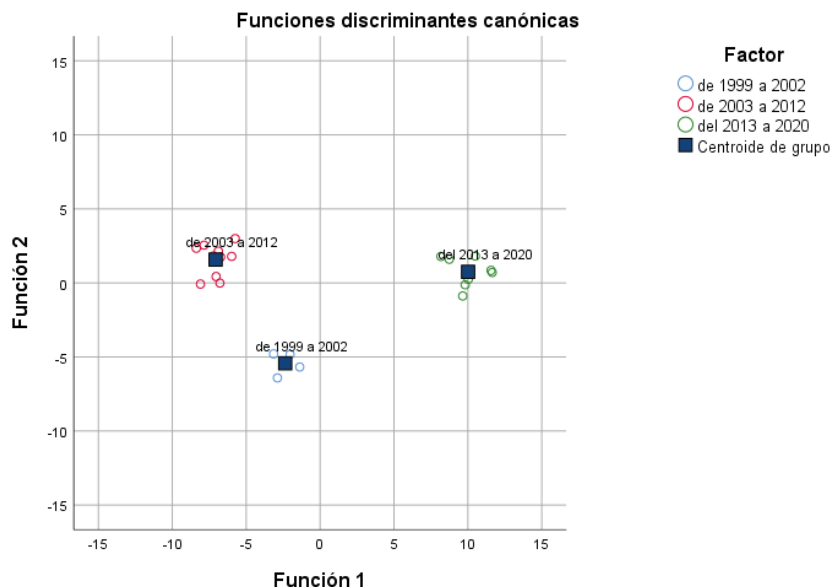


Figura 2

Se entiende que la hipótesis planteada sugiere que hay una evolución ascendente de la productividad, celeridad en los años 1999-2003, este llega a su máxima expresión en la etapa dos, que va del año 2003 al 2012, pero ingresa a un proceso de declive en los años 2013 al 2020.

Es la etapa cuando el PIM continúa incrementándose, pero los expedientes publicados se incrementan, aunque en menor proporción. Estas tres etapas se confirman

con el análisis discriminante.

Resultados de clasificación ^{a,c}						
Factor	Pertenenencia a grupos pronosticada					Total
		de 1999 a 2002	de 2003 a 2012	del 2013 a 2020		
Original	Recuento	de 1999 a 2003	4	0	0	4
		de 2003a 2012	0	10	0	10
		del 2013 a 2020	0	0	8	8
Validación cruzada ^b	Recuento	de 1999 a 2003	4	0	0	4
		de 2003a 2012	1	9	0	10
		del 2013 a 2020	0	0	8	8
	%	de 1999 a 2002	100.0	0.0	0.0	100.0
		de 2003a 2012	10.0	90.0	0.0	100.0
		del 2013 a 2020	0.0	0.0	100.0	100.0

a. 100,0% de casos agrupados originales clasificados correctamente. b. La validación cruzada. c. 95,5% de casos agrupados validados de forma cruzada clasificados correctamente.

Tabla 6

4 | DISCUSIÓN

El derecho fundamental al plazo razonable (Córdova Santos, 2018) no se cumple cuando hay demora, entonces, se observan procesos que son percibidos de poco agrado e implica a los tribunales del Tribunal Constitucional.

El TC ha suscrito que justicia que tarda no es justicia, al respecto (Okogbule, 2010) dice que una variable importante es el tiempo demandado para hacer justicia. Un tiempo no adecuado, excesivo no es justicia. De allí la preocupación, porque el TC se tome tiempos que trasuntan el año (Chiluiza Camino, 2016).

El tiempo debe ser el menor posible para hacer justicia (Jarama Castillo et al., 2019). Y esa es una de las deudas que tiene la justicia peruana con los sujetos procesales. No solamente con la justicia local sino con la justicia latinoamericana e internacional. Cuando se extralimita o no se atiende el plazo se empieza a lesionar el principio de celeridad procesal (Zelada Flores, 2018). Son dos variables que se puede comentar, una referida al tiempo y una segunda que tiene que ver con lo cualitativo, que es la voluntad de servir y lo cuantitativo que se refiere a la complejidad del proceso.

Hay demandas que requieren motivaciones especiales, una acción de inconstitucionalidad, por ejemplo, dado que requiere una profunda y gran capacidad de investigación por parte del TC, entonces es presumible que ese proceso vaya durar más (Zelada Flores, 2018). El segundo tema es la actitud. Se nota que el TC cuenta con un

presupuesto mayor en los últimos años, cuenta con más personal, algunos dicen en exceso, pero aun así la publicación de las resoluciones registra demoras. Las normas sobre el plazo que emite el propio TC no se cumplen.

Aunque el proceso se desarrolle de manera leal, el proceso puede demorar simplemente porque el personal no tiene la voluntad de asumir su rol de confianza que le otorga el país. En algunos casos las propias autoridades son obstruccionistas (Viteri Custodio, 2012).

Se debe observar la complejidad del proceso, lo que sería la conducta de las partes y la conducta del juez, los criterios del Tribunal Constitucional están plasmados y fueron fijados, en su oportunidad por el tribunal europeo de derechos humanos, de tal manera se está ante un tema más o menos universal de celeridad procesal y justicia del plazo razonable como un derecho fundamental.

Los procesos constitucionales tal como se observa en las tabla 4 duran desde uno a siete años (Laley, 2022). Pero es un hecho que la resolución (publicación) del 50% de los expedientes duran más dos años en el TC. En el ámbito del proceso civil se tiene experiencias de cinco o seis años hasta que se resuelve en casación. Cuando los expedientes quedan inmovilizados y la controversia son bienes, estos se convierten en un capital no aprovechado, que se desvaloriza y no genera la renta de mercado. Se puede ir pensando que la demora en lograr celeridad y plazos adecuados sería intencional porque obedecería a una concertación estructural en el sistema de justicia (Nino et al., 2008).

Otros son, los procesos contenciosos administrativos donde se puede encontrar pensiones que esperan los jubilados (Ganga Contreras et al., 2016), a veces de siempre y que seguramente éstas serán atendidas algún día y como la ciudadanía percibe, en muchos casos muy tarde (Osorio Pérez, 2017).

Donde mayor inseguridad se siente respecto del principio del plazo razonable, son en los expedientes vinculados al tema de la libertad.

Y es a nivel jurisprudencial donde se ha desarrollado, el proceso de habeas corpus del proceso penal, el imputado vive presionado por ser un procesado más. Sin menoscabar cualquier concepto, la privación de la libertad genera sin lugar a dudas esa sensación que hace que se focalice este derecho fundamental vinculado al plazo razonable. (Exp. 03689 PHC/TC, 2008).

Observar cómo ha sido el desarrollo de la jurisprudencia es importante y por ello se deben focalizar, la celeridad y economía. Son dos principios o preceptos importantes para el desarrollo de la actividad procesal que implica al tribunal constitucional en el servicio a la sociedad, en la resolución de conflictos de derechos, entonces lo que se puede afirmar contundentemente, es que la celeridad no es una virtud del TC, (tabla 3 y 5) en algunos hay una demora preocupante, así lo refiere también (Palma, 2016). Lo que se puede afirmar es que de 125,000 expedientes que ingresaron entre los años 1996-2020, 41934 fueron resueltos el mismo año. Es decir, un 33% aproximadamente. Quedando en pendiente el 67%

restante. Es de reproche que haya mayor transferencia presupuestal para remuneraciones y bienes mientras las resoluciones publicadas van muy retrasadas (tabla 2).

5 | CONCLUSIONES

Es de reconocer que el incremento de presupuesto (PIM) otorgado al tribunal constitucional ha sido constante.

La gestión pública del Tribunal Constitucional no muestra al país la celeridad procesal que se requiere en la resolución final de los expedientes respecto del incremento de las remuneraciones y del PIM. Esto restringe el acceso a la justicia a tiempo. Sobre todo, cuando la productividad procesal disminuye, mayor es el costo unitario y menor la celeridad procesal en los años 1999-2020.

Se muestra que la correlación entre presupuesto (PIM) y publicaciones del tribunal es un Rho de Pearson de 0.245, que es Baja, y que si el presupuesto avanza en 10% las publicaciones avanzarían en 2.45%. Que al incrementarse el presupuesto también crecen las publicaciones de expedientes, pero en una relación menor.

De la misma manera, cuando se relacionan los presupuestos devengados respecto a las publicaciones realizadas, se genera un Rho de Pearson de 0.233 que también es baja.

Que las remuneraciones de los miembros del Tribunal Constitucional, representa un buen porcentaje del PIM. Más no se refleja en mayor productividad más si, en una paulatina disminución de la celeridad. Por lo mismo que el Rho de Pearson es de 32.8%, que es considerada baja.

La relación de las remuneraciones devengadas respecto a los expedientes publicados entre el año 1999 al año 2020 es de 31.5% que también es baja.

En el algoritmo análisis discriminante por grupo de años, es entre el 2013 al 2020 donde el incremento presupuestal es notorio, mientras que las publicaciones tienen un incremento decreciente, generando menor celeridad relativa.

REFERENCIAS

Carpizo Mac Gregor, J. (2006). Derecho Constitucional Latinoamericano y Comparado. *Anuario de Derechos Humanos*, 7(7), 265–308. https://doi.org/10.5209/rev_ANDH.2006.v7.21749

Chiluiza Camino, C. A. (2016). “La conciliación como medio alternativo a la solución de las infracciones de tránsito y su incidencia en el principio de celeridad, en las causas tramitadas en la unidad judicial penal con sede en el Cantón Riobamba, período de agosto del 2014 a marzo del [UNIVERSIDAD NACIONAL DE CHIMBORAZO]. <http://dspace.unach.edu.ec/bitstream/51000/3342/1/UNACH-EC-FCP-DER-2017-0004.pdf>

CIDH. (2022). *Convención Americana sobre Derechos Humanos*. <http://www.cidh.oas.org/Basicos/Spanish/Basicos2.htm>

- Córdova Santos, M. A. (2018). Vulneración al plazo razonable: prórroga excepcional de las diligencias preliminares como mala práctica en segunda instancia del Ministerio público. [Universidad Nacional Pedro Ruiz Gallo]. In *Tesis* (Vol. 1). <https://repositorio.unprg.edu.pe/handle/20.500.12893/7540>
- CR. (2015). *Piden que Legislativo y Ejecutivo trabajen juntos para mejorar sistema de pensiones*. <https://www.congreso.gob.pe/index.php?K=263&id=3980#.Yj5C6efMKHs>
- Cruces Burga, A. (2013). Reflexiones sobre el alcance del control constitucional de las resoluciones judiciales Comentario a la RTC Exp. N° 01836-2013-PA/TC. *Actualidad Constitucional*, 146–153.
- ESAN. (2022). *Los costos hundidos y su impacto en la toma de decisiones I*. <https://www.esan.edu.pe/conexion-esan/los-costos-hundidos-y-su-impacto-en-la-toma-de-decisiones>
- EXP- 987/AP/TC. (2014). *Exp. N° 00987-2014-Pa/Tc Santa Francisca Lilia Vásquez Romero* (p. 12). <https://www.tc.gob.pe/jurisprudencia/2014/00987-2014-AA.pdf>
- EXP-2383/PA/TC. (2013). *EXP. N° 02383-2013-PA/TC JUNÍN, ELGO RÍOS NÚÑEZ* (p. 22). <https://www.tc.gob.pe/jurisprudencia/2015/02383-2013-AA.pdf>
- Exp-TC-2915. (2004). *EXP. N.º 2915-2004-HC/TC LIMA. FEDERICO TIBERIO BERROCAL PRUDENCIO*. TC. <https://www.tc.gob.pe/jurisprudencia/2004/02915-2004-HC.html>
- Exp-TC-295. (2012). *EXP. N. 000295-2012-PHC/TC LIMA. ARISTÓTELES ROMÁN ARCE PAUCAR*. <https://tc.gob.pe/jurisprudencia/2010/05350-2009-HC.pdf>
- Exp-TC-3509. (2009). *EXP. N.º 3509-2009-PHC/TC LIMA WALTER GASPAR CHACÓN MÁLAGA*. [https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/5AFF299BF090C6A205257A8700771168/\\$FILE/3509-2009-PHC-TC.pdf](https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/5AFF299BF090C6A205257A8700771168/$FILE/3509-2009-PHC-TC.pdf)
- Exp-TC-5350. (2009). *EXP. N.º 05350-2009-PHC/TC LIMA JULIO ROLANDO SALAZAR MONROE. 2*. <https://tc.gob.pe/jurisprudencia/2010/05350-2009-HC.pdf>
- Exp. 03689 PHC/TC. (2008). *PLAZO RAZONABLE. EXP. N.O 03689-2008-PHC/TC LIMA MILDO EUDOCIO MARTÍNEZ MORENO* (Vol. 4, Issue 1, p. 7).
- Faúndez-Ugalde, A. (2020). La tutela jurisdiccional efectiva con relación al derecho a ser juzgado dentro de un plazo razonable en procedimientos tributarios: experiencia comparada entre Chile y Brasil frente a la Convención Americana de Derechos Humanos. *Revista de Investigações Constitucionais*, 6, 687–702. <https://www.scielo.br/j/rinc/a/jWB9rXBkdvw7GrfX5BdWjDD/?lang=es>
- Ganga Contreras, F., Piñones Santana, M. A., González Vásquez, D., Rebagliati Badal, F., Ganga Contreras, F., Piñones Santana, M. A., González Vásquez, D., & Rebagliati Badal, F. (2016). Rol del Estado frente al envejecimiento de la población: el caso de Chile. *Convergencia*, 23(71), 175–200. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352016000200175
- Glave Mavila, C. (2017). Apuntes sobre algunos elementos del contenido del derecho al debido proceso colectivo en el Perú. *Derecho PUCP*, 78, 43–68. <https://doi.org/10.18800/derechopucp.201701.003>
- Izarra Huaman, M. Á. (2017). *Permanencia de la presunción de inocencia del imputado en el proceso acusatorio garantista en la jurisdicción judicial Huancavelica-2014* [UNIVERSIDAD NACIONAL DE HUANCVELICA (Creada)]. <http://repositorio.unh.edu.pe/handle/UNH/1088>

Jarama Castillo, Z. V., Vasquez Chavez, J. E., & Duran Ocampo, A. R. (2019). El Principio De Celeridad en El Código Orgánico General De Procesos, Consecuencias En La Audiencia. *Revista Universidad Y Sociedad*, 11(1), 314–323.

Jaramillo Marín, J. (2012). Significado e impacto de la noción de contrato social en Rousseau y Kant. Alcances y limitaciones en la teoría democrática. *Civilizar*, 12(23), 111. <https://doi.org/10.22518/16578953.105>

Laley. (2022). *La demora en los procesos civiles*. <https://laley.pe/art/2973/la-demora-en-los-procesos-civiles-peruanos>

Montañez Huancaya De Salinas, Priscila, A., Pozo Curo, C., Prado Lopez, R. H., & Chávez Sánchez, J. E. (2020). Gestión Pública Emergente: algunos rasgos desde la perspectiva teórica. *Revista Venezolana de Gerencia*, 89(89), 14. <https://doi.org/10.37960/revista.v25i89.31377>

Montemayor, D. J. D. la G., Ramírez, E. R. Y., & Ibáñez, D. B. (2018). Tendencias en la administración pública moderna: la nueva gestión pública en México. *Revista Venezolana de Gerencia*, 22(80), 31. [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/23467-Texto del artículo-36302-1-10-20180426.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/23467-Texto%20del%20articulo-36302-1-10-20180426.pdf)

Morales Saravia, F. H. (2016). *Precedente constitucional vinculante y su aplicación por el tribunal constitucional del Perú*.

Namuche Cruzado, C. (2017). La falta de motivación de las resoluciones judiciales en el delito de violación sexual en el distrito judicial de Lima Norte 2015. *Universidad César Vallejo*, 108.

Nino, E., Villanueva, L., & Luna, L. (2008). *La parálisis de la Justicia frente a los casos de corrupción*. https://acij.org.ar/wp-content/uploads/La_paralisis_de_la_Justicia_frente_a_los_casos_de_corrupcion.pdf

Okogbule, N. S. (2010). *El acceso a la justicia y la protección a los derechos humanos en Nigeria: problemas y perspectivas*. 20. <https://www.scielo.br/j/sur/a/cw3P7DkTxbwncFJTWXJ5dNK/?lang=es>

Osorio Pérez, O. (2017). Vulnerabilidad y vejez: implicaciones y orientaciones epistémicas del concepto de vulnerabilidad. *Intersticios Sociales*, 13, 34. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-49642017000100003

Palma, L. M. (2016). *MODERNIZACIÓN JUDICIAL, GESTIÓN Y ADMINISTRACIÓN EN AMÉRICA LATINA*. 149–203. <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S018660281730035X?token=879AF8346651A32B71C5D52A193E651AB92EBB59930781FAAE85ED9A48FBF29CC1D954252F1C79DD4154E8C54B0AFE7C&originRegion=us-east-1&originCreation=20220325210507>

Ródenas. (2008a). *Normas regulativas principios y reglas*. 11. <https://es.scribd.com/document/425127900/RODENAS-Normas-Regulativas-Principios-y-Reglas>

Ródenas, Á. (2008b). *Normas Regulativas Principios y reglas.pdf*. Universidad de Alicante. <https://es.scribd.com/document/425127900/RODENAS-Normas-Regulativas-Principios-y-Reglas>

Ruay Sáez, F. A. (2017). Sobre la nulidad procesal y su estado actual en Chile. A propósito de la infracción al principio de juridicidad. *Revista Boliviana de Derecho*, 24, 350–405.

Sagüés, P. N. (2008). *DERECHO PROCESAL CONSTITUCIONAL. LOGROS Y OBSTÁCULOS* (C. de estudios Constitucionales (ed.)). https://www.tc.gob.pe/wp-content/uploads/2018/10/derecho_proconstitucional.pdf

Silva Irrarázaval, L. A. (2020). Deciding about budgetary exceptions: A political defense of the supremacy of the Constitution. *Revista de Derecho*, 33(1), 209–229. <https://doi.org/10.4067/S0718-09502020000100209>

Silva, J., Ramos, C., & Abanto, W. (2018). *Curso de derecho internacional o de gentes*. <https://doi.org/10.2307/2197391>

Suelt-Cock, V. (2016). El bloque de constitucionalidad como mecanismo de interpretación constitucional. Aproximación a los contenidos del bloque en derechos en Colombia. *Vniversitas*, 65(133), 301–382. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.vj133.bcmi>

Valdez Zepeda, A. (2019). Paradigmas emergentes en la gestión pública en América Latina. *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 86, 325–339. <https://doi.org/ISSN 1315-9984>

Viteri Custodio, D. (2012). *El derecho al plazo razonable en el proceso penal: el desarrollo jurisprudencial de la Corte Interamericana de Derechos Humanos y del Tribunal Constitucional peruano*. 10. [https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/6e1af1f197b5442b05257a880019df6b/\\$file/104300574-el-plazo-razonable.pdf](https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/6e1af1f197b5442b05257a880019df6b/$file/104300574-el-plazo-razonable.pdf)

Zelada Flores, J. (2018). *El Tribunal Constitucional y la interpretación de las resoluciones emitidas por el Consejo Nacional de la Magistratura en materia de evaluación y ratificación de magistrados*. [UNMSM]. https://cybertesis.unmsm.edu.pe/bitstream/handle/20.500.12672/10744/Zelada_fj.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Zorrilla, M. S. (2011). *La Metodología En La Investigación Jurídica : Características Peculiares Y Pautas Generales*. 317–358.

METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICOS – RACIAIS

Data de submissão: 19/01/2023

Data de aceite: 01/03/2023

Márcia Ferreira da Costa

Discente do Curso de Mestrado Profissional para a Educação Básica. Instituto Federal Goiano Campus Urutaí-GO
<https://lattes.cnpq.br/8331384986208500>

Cristiane Maria Ribeiro

Docente do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano – GO
<http://lattes.cnpq.br/8450101390089471>

RESUMO: Este estudo objetiva identificar metodologias pedagógicas para a implementação da Lei 10.639/03 nas aulas de História do Ensino Médio, para tanto utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, buscando produtos educacionais que fossem elaborados em forma de Caderno Pedagógico depositados no repositório do Mestrado Profissional – EDUCAPES, e que demonstrassem a importância desse método para o auxílio aos profissionais da educação, quanto ao desenvolvimento de conteúdos que envolvam as questões de educação para relações étnicos - raciais.

Apoiou-se em Jaccoud e Theodoro (2007), Gusmão (2000), Sousa (2010), Mattos (2003) para a construção de um embasamento teórico acerca da temática e colaborar com as ações pedagógicas dos professores de História do ensino em questão para que tenham uma prática desconstruída de um currículo eurocêntrico. Após a análise realizada foi possível constatar em relação aos produtos educacionais, quanto aos desafios e objetivos da elaboração de cada um deles, as propostas estão adequadas à linguagem, capacidade de replicação, disponibilidade, acessibilidade e com evidência e aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG stricto sensu ao qual está filiado. As inquietações provocadas por essa busca, nos levou a refletir sobre a necessidade de pensar constantemente a respeito da metodologia utilizada nas salas de aulas, uma vez que, só o ato normativo não é insuficiente, e que a superação desse desafio está na aplicação de recursos didáticos e de metodologias adequadas para o estudo da temática em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639/2003. Práticas Pedagógicas. Produto Educacional. Desconstrução.

HISTORY TEACHING METHODOLOGIES IN HIGH SCHOOL AND EDUCATION FOR ETHNIC- RACIAL RELATIONS

ABSTRACT: This study aims to identify pedagogical methodologies for the implementation of Law 10.639/03 in High School History classes. Pedagogical deposited in the repository of the Professional Master's Degree - EDUCAPES, and that demonstrate the importance of this method for helping education professionals, regarding the development of contents that involve education issues for ethnic-racial relations. It relied on Jaccoud and Theodoro (2007), Gusmão(2000), Sousa(2010), Mattos (2003) for the construction of a theoretical basis about the theme and to collaborate with the pedagogical actions of the History of teaching teachers in question to who have a deconstructed practice of a Eurocentric curriculum. After the analysis carried out, it was possible to verify in relation to the educational products, regarding the challenges and objectives of the elaboration of each one of them, the proposals are adequate to the language, replication capacity, availability, accessibility and with evidence and adherence to the lines of research or projects of PPG stricto sensu survey to which it is affiliated. The concerns provoked by this search led us to reflect on the need to constantly think about the methodology used in classrooms, since the normative act alone is not enough, and that overcoming this challenge lies in the application of resources. didactic materials and adequate methodologies for the study of the theme in question.

KEYWORDS: Law 10.639/2003. Pedagogical Practices. Educational Product. Deconstruction.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo identificar metodologias pedagógicas para a implementação da Lei 10.639/03 nas aulas de História do Ensino Médio, para isso realizou-se um estado da arte em produtos educacionais depositados no repositório do Mestrado Profissional - EDUCAPES que contemplassem o trabalho em questão.

“O Mestrado Profissional destaca a produção técnica/tecnológica na área de Ensino, entendida como produtos e processos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais. Produtos educacionais podem ser, por exemplo: [...] Propostas de ensino (sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, proposta de intervenção, roteiros de oficinas, etc.) [...]” (CAPES, 2013)

Utilizando como metodologia estado da arte buscamos fontes investigativas tais como teses, artigos, dissertações com produtos educacionais, que contribuíram para um embasamento teórico acerca da temática de modo a colaborar com as ações pedagógicas dos professores de História do Ensino Médio para que tenham uma prática desconstruída de um currículo eurocêntrico marcado pela invisibilidade da população negra como nos alerta Jaccoud e Theodoro:

A situação do meio escolar brasileiro é também permeada pelo racismo e pela discriminação racial, como revelam não apenas as análises dos dados, mas inúmeros trabalhos de pesquisa que têm levantado a situação de desconforto que vivem os estudantes negros em suas escolas. O ensino tem estado

dissociado de sua realidade e de sua história. Livros e professores raramente dialogam com a experiência destes alunos no que diz respeito à sua vivência cotidiana, social e racial. Os estudantes não encontram no material didático e, em especial, nos livros de história, um retrato consistente de sua origem e da história de seus ancestrais. As crianças negras são confrontadas a versões parciais, frequentemente negativas, quando não claramente racistas, tanto no que diz respeito aos povos que foram trazidos como escravos, sua cultura e história, como no que se refere à sua luta pela liberdade, por melhores condições de vida e de trabalho, pela construção do país e pela afirmação da República. As imagens de negros, quando presentes nos livros e material didático, estão fortemente marcadas por preconceitos e estereótipos inferiorizantes. Atitudes racistas e práticas discriminatórias se reproduzem não somente fora, mas também dentro da escola. Não é surpreendente que este contexto dramático exerça forte influência sobre a auto-estima e sobre o estímulo dos estudantes negros em frequentar a escola. (Jaccoud e Theodoro 2007, p. 115)

No sentido de evitar algumas situações como as citadas em Jaccoud e Theodoro os docentes necessitam ter em sua prática, metodologias comprometidas com a formação de jovens em um ambiente que respeita a diferença e valoriza a grande contribuição do povo africano e afrodescendente na formação econômica, cultural e política do Brasil. Corroborar Gusmão (2000):

É aqui que a pluralidade cultural de grupos étnicos, sociais ou culturais necessita ser pensada como matéria-prima da aprendizagem, porém nunca como conteúdo de dias especiais, datas comemorativas ou momentos determinados em sala de aula. Fazer isso é "congelar" a cultura, reificá-la, transformá-la em recurso de folclorização e como tal acentuar as diferenças. Nesse processo, rompe-se a possibilidade de comunicação e de aprendizagem para reforçar os mecanismos discriminatórios e a desigualdade, instaurando a impossibilidade da troca e dos processos de equidade entre sujeitos diferentes. (GUSMÃO 2000, p.19)

Na busca da efetivação para a Educação das Relações Étnicas - Raciais a Lei 10.639/03 com os seus dispositivos e aparatos também é representada pelas seguintes políticas:

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminações, tais como: a Convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001. (BRASIL, 2004, p. 12).

A Lei evidencia a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira na Educação Básica brasileira:

[a lei] exige, hoje, da escola e da sociedade enquanto um todo, a responsabilidade de redimensionar a História para promover o desvelamento, o reconhecimento e a valorização das culturas e das histórias africanas e afro-brasileiras como forma de reparação desse sinistro processo de exclusão social e racial imposto à população afrodescendente, que sobreviveu e ainda sobrevive ao preconceito e aos racismos, fruto do escravismo criminoso, presente no Brasil há mais de 400 anos (SOUZA, 2012, p. 95).

Nesse sentido Mattos (2003), assevera que a disciplina de História é evidenciada como a área de passível atendimento a Lei Nº10.639/2003, pois a ela cabe as atribuições para a formação de uma consciência histórica e identitária.

Não são poucas pesquisas científicas que colocam em discussão a prática pedagógica do professor de História do Ensino Médio, quanto a implementação da educação para as relações étnicos - raciais em suas aulas, os recursos didáticos e metodologias utilizadas, desse modo ficam evidentes os desafios a serem superados pelos docentes desta área. Se faz necessário repensar a metodologia utilizada nas salas de aulas de modo que essa contribua para o alcance do objetivo deste importante componente curricular. SOUSA (2010, p. 733) argumenta que: “O ensino de história nas escolas ratifica o papel da disciplina na formação de uma consciência (histórica) identitária, como elemento fundante da vida humana prática, influenciando o aprendizado de crianças, adultos e jovens.”

Foi nessa perspectiva que ao concluir as análises de produtos educacionais, procuramos identificar a aderência das metodologias utilizadas com a disciplina de História do Ensino Médio e a contribuição de cada uma delas para a efetivação da Lei em questão em nossas salas de aulas.

METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, que buscou analisar produtos educacionais que demonstrassem como a metodologia em forma de Caderno Pedagógico, pode ser um importante auxílio aos profissionais da educação para trabalhar os conteúdos que envolvam as questões de educação para relações étnicos - raciais. Com a realização desse tipo de pesquisa é possível refletir sobre a área que se propõe estudar, identificar possíveis contribuições dos estudos existentes e a partir delas construir/reconstruir a nossa prática pedagógica.

Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação, inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las (GOMES, 2003, P. 171-172)

A Lei determina a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira na Educação Básica dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, diante disso os professores precisam ter sua prática de acordo com o recomendado pelas diretrizes dessa Lei.

é recomendado pelas diretrizes da lei 10.639 como forma de valorizar as raízes da cultura africana e elevar a autoestima do aluno afrodescendente, fazendo com que ele não apenas se reconheça nessa cultura, mas também assuma plenamente sua identidade negra” (SILVA; PEREIRA, 2014, p. 494)

No sentido de busca de conhecimentos e análises de metodologias que atendam as demandas da Lei 10.639/03 para as aulas de História do Ensino Médio buscamos selecionar Produtos Educacionais tipo Caderno Pedagógico, a pesquisa foi realizada no Repositório do Mestrado Profissional em Ensino EDUCAPES e apresentou os resultados abaixo:

- Ensino/Mestrado Profissional/Caderno Pedagógico: 13.754
- Filtros:
- LEI 10.639/03: 123
- Ensino Médio: 64
- Aula de História: 59

O critério de inclusão e exclusão dos Produtos Educacionais foram feitos logo após a análise, mesmo tendo passado por filtros nos descritores de seleção como Cadernos Pedagógicos, ao serem analisados nem todos atenderam ao modelo de material desejado, pois a maioria dos Produtos Educacionais encontrados no repositório foram metodologias tipo Sequência Didática. Apesar de não ter conseguido na busca uma quantidade razoável do formato de metodologia dos produtos solicitados nos descritores, todos foram analisados de acordo com o objetivo dessa pesquisa e alguns serão apresentados no desenvolvimento desse trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa etapa representa o resultado de uma seleção criteriosa realizada no repositório do EDUCAPES a partir dos descritores utilizados. Para a realização dessa pesquisa foram selecionados 05 Produtos Educacionais tendo em vista a finalidade da produção, a aplicação, e se a proposta de ensino atende a investigação desse estudo.

Produto Educacional	Autor	Título	Ano de Publicação	Instituição
PE-1	Rodrigues	Aplicabilidade da Lei 10.639/03 na Sala de Aula: Relação de Bibliografias.	2019	UNEMAT
PE-2	Regis	Uma Sequência Didática para o Debate e o Combate ao Racismo	2019	IFSC
PE-3	Cerqueira	Portifólio Digital de Experiências com Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira	2020	UNEB
PE-4	Nascimento	Sequência Didática para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	2020	IFPA
PE-5	Nectoux	Relações Étnico-Raciais e Filosofia Africana: uma Perspectiva Decolonial	2021	Colégio Pedro II

QUADRO 1. PRODUTOS EDUCACIONAIS SELECIONADOS DO REPOSITÓRIO DA EDUCAPES.

Diante dos produtos educacionais descritos no quadro acima e do que foi apresentado na metodologia, é notório que há um baixo número de metodologias tipo Caderno Pedagógico direcionado para a implementação da Lei 10.639/03 nas aulas de História do Ensino Médio.

Com base na apresentação dos produtos educacionais do Quadro 1, realizamos uma análise dos mesmos de acordo com as seguintes categorias: **complexidade, registro, impacto, aplicabilidade, acesso, aderência, inovação.**

<p align="center">Aplicabilidade da Lei 10.639/03 na Sala de Aula: Relação de Bibliografias.</p> <p>- Público-alvo: Professores de História da Educação Básica do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio</p>
<p>Complexidade:</p> <p>- O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese.</p> <p>-A metodologia apresentada é compreensível e objetiva quanto à forma de aplicação e análise do PE.</p>
<p>Registro:</p> <p>- Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.</p>
<p>Impacto:</p> <p>- Protótipo/Piloto com aplicação no sistema Educacional no Sistema relacionado à prática profissional do discente.</p>
<p>Aplicabilidade:</p> <p>- PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o Mestrado/é replicável.</p>
<p>Acesso:</p> <p>-PE com acesso por Repositório institucional -nacional ou internacional-com acesso público e gratuito.</p>
<p>Aderência:</p> <p>-Com evidência e aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG stricto sensu ao qual está filiado.</p>

Inovação:

-PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos).

Produto Educacional 1 – Guia de Bibliografias

Uma Sequência Didática para o Debate e o Combate ao Racismo.

Público-alvo: Professores de História e Educadores em Geral

Complexidade:

-O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese.

-A metodologia apresentada é compreensível e objetiva quanto à forma de aplicação e análise do PE.

Registro:

- Curso de Mestrado Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) – Câmpus Gaspar.

Impacto:

- Protótipo/Piloto com aplicação no sistema Educacional no Sistema relacionado à prática profissional do discente.

Aplicabilidade:

- PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o Mestrado/é replicável.

Acesso:

-PE com acesso por Repositório institucional -nacional ou internacional-com acesso público e gratuito.

Aderência:

-Com evidência e aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG stricto sensu ao qual está filiado.

Inovação:

-PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos).

Produto Educacional 2- Sequência Didática

Portifólio Digital de Experiências com Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

Público-alvo: Professores de História da Educação Básica do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

Complexidade:

- O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese.

-A metodologia apresentada é compreensível e objetiva quanto à forma de aplicação e análise do PE.

Registro:

Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA Universidade Estadual da Bahia - UNEB

Impacto:

- Protótipo/Piloto com aplicação no sistema Educacional no Sistema relacionado à prática profissional do discente.

Aplicabilidade:

- PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o Mestrado/é replicável.

Acesso:

PE com acesso por Repositório institucional -nacional ou internacional-com acesso público e gratuito.

Aderência:

-Com evidência e aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG stricto sensu ao qual está filiado.

Inovação:

-PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos).

Produto Educacional 3 – Portfólio Digital**Sequência Didática para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**

Público-alvo: Professores de História e Educadores em Geral; Estudantes do Curso técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio

Complexidade:

- O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese.
-A metodologia apresentada é compreensível e objetiva quanto à forma de aplicação e análise do PE.

Registro:

- Mestrado do Programa da Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

Impacto:

- Protótipo/Piloto com aplicação no sistema Educacional no Sistema relacionado à prática profissional do discente.

Aplicabilidade:

- PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o Mestrado/é replicável.

Acesso:

PE com acesso por Repositório institucional -nacional ou internacional-com acesso público e gratuito.

Aderência:

-Com evidência e aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG stricto sensu ao qual está filiado.

Inovação:

-PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos).

Produto Educacional 4 – Sequência Didática**Relações Étnico-Raciais e Filosofia Africana: uma Perspectiva Decolonial**

Público-alvo: Preferencialmente aos Professores de Filosofia e Alunos do Ensino Médio (podendo ser usado por outros professores de forma interdisciplinar)

Complexidade:

- O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese.
-A metodologia apresentada é compreensível e objetiva quanto à forma de aplicação e análise do PE.

Registro:

- Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica, do Colégio Pedro II- Rio de Janeiro.

Impacto:

- Protótipo/Piloto com aplicação no sistema Educacional no Sistema relacionado à prática profissional do discente.

Aplicabilidade:

- PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o Mestrado/é replicável.

Acesso:

- PE com acesso por Repositório institucional -nacional ou internacional-com acesso público e gratuito.

Aderência:

-Com evidência e aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG stricto sensu ao qual está filiado.

Inovação:

-PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos).

Produto Educacional 5- Caderno Pedagógico

O trabalho de busca e análises realizadas, nos proporcionou identificar a produção de produtos educacionais a partir dos seus desenvolvimentos e finalidades, e constatar que as produções se caracterizam como propostas metodológicas norteadoras para a implementação da Educação para as Relações Étnicas – Raciais, de acordo com as exigências da normativa em questão. Ademais se faz importante salientar a preocupação de disciplinas de outras áreas de conhecimento, quanto ao desenvolvimento de uma prática educacional que atenda as demandas da legislação no cotidiano das salas de aulas do ensino médio.

Essa revisão também contribuiu para um embasamento pedagógico quanto a elaboração de um pretense produto educacional, que será produzido com o objetivo de auxiliar no processo ensino-aprendizagem determinado pela Lei 10.639/03 nos cursos de Ensino Médio, sendo disponível também às outras áreas de conhecimento, e tendo possibilidade de ser adaptado para as outras fases do ensino. Quanto ao seu diferencial será uma metodologia tipo Caderno Pedagógico, feito a partir do diagnóstico realizado da prática da disciplina de História da modalidade em questão, em relação aos produtos educacionais analisados o único que seguiu esse modelo de metodologia foi produzido pela disciplina de Filosofia, estando os outros, a maioria voltados para a prática de Sequência Didática.

Será desenvolvido/construído de modo que atraia a atenção do público alvo (professores e alunos), e que possibilite aos professores agregar conhecimentos acerca da normativa, para que tenham auxílio em sua prática docente, propondo-se à formação do educando enquanto cidadão e protagonista no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão da análise realizada em produtos educacionais depositados no repositório da EDUCAPES, nos possibilitou identificar metodologias pedagógicas para a implementação da Lei 10.639/03 para aulas de História do Ensino Médio, e constatar que em relação aos produtos, quanto aos desafios e objetivos da elaboração de cada um deles as propostas estão adequadas à linguagem, capacidade de replicação, disponibilidade e acessibilidade.

Essa busca também nos fez refletir sobre a importância das pesquisas científicas que colocam em discussão a prática pedagógica do professor de História do Ensino Médio, contudo é coerente considerar que somente a Legislação não é suficiente para

superar o histórico preconceituoso do nosso país, apesar de 20 anos, ainda é evidente a necessidade de descolonização dos currículos para a superação de uma visão eurocêntrica e a abertura para o diálogo com as demais culturas que compõem a identidade nacional. Se faz necessário repensar a metodologia utilizada nas salas de aulas, de modo que essa contribua para o alcance do objetivo deste importante componente curricular, e destacar a relevância do Produto Educacional pretendido, tendo como maior objetivo a contribuição para a educação básica, pois entendemos que a superação desse desafio está na aplicação de recursos didáticos e de metodologias adequadas que possam ser utilizadas e facilmente adaptadas a realidades diversas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2004a.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área 2013 – Ensino 2013**.

CERQUEIRA, Silvana Reis da Silva, **Portfólio Digital de Experiências com Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA Universidade Estadual da Bahia-UNEB - 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Universidade Federal de Minas Gerais **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GUSMÃO, Neusa Maria M. Desafios da Diversidade na escola. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n.2, p.9-28, jul./dez. 2000.

JACCOUD, Luciana. THEODORO, Mário. **Raça e Educação: os limites das políticas universalistas**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, MEC: 2007.

MATTOS, Hebe Maria. **O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil**. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel(Org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

NASCIMENTO, Heloisa Helena Fonseca do, **Sequência Didática para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica -PROFEPT - Instituto Federal do Pará- IFPA – Campus Belém – 2020.

NECTOUX, Andrea Lugo, **Relações étnico-raciais e filosofia africana: uma perspectiva decolonial** / Andrea Lugo Nectoux; Flávia Vieira da Silva do Amparo; Rogério Mendes de Lima. Colégio Pedro II – n.1, Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2021.

REGIS, Leandro, **Uma Sequência Didática para o Debate e o Combate ao Racismo**, Produto Educacional apresentado ao Centro de Referência e Formação em EaD (CERFEAD), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Florianópolis, Santa Catarina – 2019.

RODRIGUES, Evandro, **Aplicabilidade da Lei 10.639/03 na Sala de Aula: Relação de Bibliografias**. Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Área de concentração: Ensino de História. 2019

SILVA, M.; PEREIRA, M. M. Apontamento sobre a lei 10.639/2003 e o ensino de literatura: uma proposta de estudo. **Poiésis** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. Unisul, Tubarão, v. 8, n.14, p. 488-495, jul/dez 2014.

SOUSA, Claudia Morais de. A construção do pensar histórico: questões da formação histórica no Ensino. **Revista Antítese**. Vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, p. 729-742.

SOUZA, Glória Maria Anselmo de. **A Lei 10.639/03 no cotidiano das escolas municipais de Niterói/RJ**. In: BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa (orgs.). *Africanidade(s) e afrodescendência(s): perspectivas para a formação de professores*. Vitória: Edufes, 2012. p. 87-104.

CAPÍTULO 8

O QUE É INVASÃO BIOLÓGICA E QUAIS IMPACTOS NA BIODIVERSIDADE? VENHA APRENDER JOGANDO!

Data de submissão: 06/01/2023

Data de aceite: 01/03/2023

Isabela Lombardo Meniz

Universidade de São Paulo, Instituto de Biociências, Departamento de Ecologia
São Paulo, SP
<http://lattes.cnpq.br/1264200174790353>

Maria Tereza Grombone Guaratini

Instituto de Pesquisas Ambientais - Núcleo de Uso Sustentável de Recursos Naturais
São Paulo, SP
<http://lattes.cnpq.br/5774910805378453>

Magda Medhat Pechliye

Universidade Presbiteriana Mackenzie.
São Paulo, SP
<https://lattes.cnpq.br/9935151459255531>

Vânia Regina Pivello

Universidade de São Paulo, Instituto de Biociências, Departamento de Ecologia
São Paulo, SP
<http://lattes.cnpq.br/4281923164086080>

RESUMO: A invasão biológica é uma das mais graves ameaças aos ecossistemas, afetando a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos e processos ecológicos. O Parque Estadual do Vassununga e a Estação Ecológica de Santa Maria, no estado de São Paulo, estão sofrendo

graves impactos pela presença massiva de espécies exóticas invasoras (EEI). A educação ambiental tem importante papel tanto para prevenir invasões biológicas como para auxiliar no manejo das EEI já instaladas. Dentro deste contexto, este trabalho se propôs a desenvolver um jogo educativo que proporcionasse uma forma simples e didática de trazer à população do entorno das unidades de conservação (UCs) o conhecimento sobre a invasão biológica, seus impactos e formas de minimizar esse problema. Foram realizadas entrevistas com professores de três escolas participantes, gestores das UCs e agricultores do entorno, para alinhar o contexto e conteúdo do jogo à realidade local. O material educativo criado é composto por um jogo de fichas sobre espécies invasoras e nativas, cartas-elemento, cartas-desafio, um dado e materiais complementares (manual do jogo, material do mediador, glossário e vídeo explicativo) e três formas de jogar. Após a aplicação do jogo em três escolas, os resultados confirmaram sua eficácia como uma ferramenta construtiva para a aprendizagem sobre o tema, levando o participante a refletir e a se perceber na realidade em que está inserido, assim como seu papel nas questões socioambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizado lúdico; Cerrado; educação ambiental crítica; invasão biológica; unidade de conservação.

WHAT'S BIOLOGICAL INVASION AND IT'S IMPACTS ON BIODIVERSITY? LET'S LEARN PLAYING!

ABSTRACT: Biological invasion is one of the most serious threats to ecosystems, affecting biodiversity, ecosystem services and ecological processes. The Vassununga State Park and the Santa Maria Ecological Station, in São Paulo state, are suffering serious impacts from the massive presence of invasive alien species (IAS). Environmental education has an important role both in preventing biological invasions and in helping to manage already established IAS. Thus, we aimed to develop an educational game that would provide a simple and didactic way to bring to the population around protected areas (PA) the knowledge about biological invasion, its impacts, and the ways to minimize this problem. Interviews were conducted with teachers from three participating schools, PA managers, and farmers from the surroundings, to align the context and content of the game to the local reality. The educational game created is composed of cards about invasive and native species, element cards, challenge cards, a dice, and complementary materials (a manual, instructions for the mediator, a glossary, and a video), and there are three ways to play. After applying the game in three schools, the results confirmed its effectiveness as a constructive tool for learning about the theme, leading the participant to reflect and perceive the reality in which she/he is inserted, as well as her/his role in socio-environmental issues.

KEYWORDS: Biological invasion; Cerrado; critical environmental education; ludic learning; protected area.

1 | INTRODUÇÃO

As espécies exóticas invasoras (EEI) são protagonistas do processo de invasão biológica; elas se estabelecem em um novo território, proliferam, dispersam e persistem, em detrimento das espécies nativas (MACK et al., 2000). A invasão biológica é uma das ameaças mais graves para um ecossistema, levando ao declínio de espécies nativas, afetando os processos ecológicos (teias alimentares, ciclos biogeoquímicos, dentre outros) e os serviços ecossistêmicos (CHARLES; DUKES, 2007; GARCIA et al., 2017; SIMBERLOFF et al., 2013)

Dentre as possíveis ferramentas de enfrentamento desta situação, a compreensão das questões socioambientais é fundamental. Levar o problema ao conhecimento da população, assim como o entendimento acerca dos males causados pelas EEI, ajuda a não promover novas invasões biológicas, assim como no manejo das já existentes (FRASER, 2006). Conforme a resolução CONABIO nº7 (2018), é necessário informar o público em geral sobre ações simples e cotidianas que possam impactar a biodiversidade, porém, a temática de invasão biológica é raramente abordada nos materiais didáticos de ensino fundamental e médio. Ademais, de acordo com a decisão VI/23 da Convenção da Diversidade Biológica

(CBD, 1993), a prevenção é a maneira mais econômica e ambientalmente desejável para o manejo das EEI. Medidas tomadas após sua introdução e estabelecimento são sempre muito mais difíceis e custosas.

A educação ambiental (EA) é necessária nesse contexto (MMA, 2018), encaixando-se como uma prática preventiva ou como complemento para técnicas de manejo das EEI, quando já estão instaladas. Assim, entende-se as atividades lúdicas como uma maneira de aplicação desses conhecimentos, pois fornecem um ambiente propício ao aprendizado de várias habilidades, através de momentos prazerosos e enriquecedores (PEDROSO, 2009). Nesse sentido, podemos enquadrar os jogos educativos, que vêm a auxiliar no aprendizado de conceitos abstratos e complexos (SILVA, 2016).

No Parque Estadual do Vassununga (PEV) e na Estação Ecológica de Santa Maria (EESM), uma variedade de EEI, tanto da fauna quanto da flora, constituem motivo de grande preocupação, conforme consta de seus planos de manejo (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019a; 2019b),

Em face dessas colocações, o objetivo deste estudo foi desenvolver um jogo, destinado a alunos de ensino fundamental e médio, que permitisse compreender as consequências do processo de invasão biológica no contexto das unidades de conservação (UCs) do Cerrado, além de proporcionar uma atmosfera de questionamento e reflexão acerca dos temas envolvidos nas questões socioambientais.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Área de estudo e espécies focais

O estudo foi realizado nos municípios de São Simão, onde se situa a EESM, e Santa Rita do Passa Quatro, onde se encontra o PEV. Em São Simão, contamos com duas escolas colaboradoras: E.E. Capitão Virgílio Garcia e E.E. Agenor de Medeiros; em Santa Rita do Passa Quatro participou a escola E.E. Ignez Giaretta Guerra.

As espécies abordadas no jogo foram selecionadas pelos seguintes critérios: a) preferência a plantas com dispersão zoocórica, para facilitar conexões com espécies da fauna; b) grau de ameaça de extinção; c) alta importância ecológica para a UC; d) quando invasora, o impacto na fauna e flora; e) facilidade de avistamento; f) interesse conservacionista e potencial carismático. Na categoria de plantas invasoras foram incluídas gramíneas africanas introduzidas para pastagem: capim-gordura e as braquiárias, que se tornaram as EEI mais problemáticas do Cerrado, responsáveis pelo declínio e perda da biodiversidade (HOFFMANN et al., 2004; KLINK; MOREIRA, 2002; PIVELLO et al., 1999a; 1999b). Dentre os animais invasores, o javali é o que atualmente apresenta maior impacto nas UCs consideradas, por seu poder destrutivo.

2.2 Entrevistas e piloto

Para que houvesse um alinhamento do conteúdo e da dinâmica do jogo com o contexto em que o material seria aplicado, foram realizadas entrevistas com professores das três escolas participantes do projeto, gestores do PEV e EESM e agricultores da região, seguindo um roteiro de entrevista semiestruturada que pudesse guiar a conversa, mas que permitisse uma livre troca de informações entre a entrevistadora e o entrevistado. Foram abordados tópicos como o conhecimento prévio sobre as EEI e a educação ambiental. As entrevistas auxiliaram no direcionamento da construção do jogo, especialmente quanto à escolha das espécies de fauna e flora que comporiam o material educativo. Todas as entrevistas foram gravadas, após autorizadas pelo entrevistado.

Nas escolas, o critério de seleção para professores entrevistados foi lecionar preferencialmente Ciências da Natureza no ensino fundamental II. Os funcionários das UCs foram entrevistados conforme sua disponibilidade. Para os agricultores, o critério estabelecido foi residir na zona rural contígua à UC ou proximidades.

Após a entrevista, realizamos uma jogada piloto com os professores das escolas de São Simão. Na E.E. Agenor de Medeiros, o material foi testado com dois professores na E.E. Capitão Virgílio Garcia, reunimos um corpo docente de 15 pessoas de todas as áreas de ensino.

2.3 Desenvolvimento do jogo

Utilizamos como modelo o jogo desenvolvido por Mello-Silva e colaboradores (2022), que tratava de problemas do ambiente costeiro-marinho, no bioma Atlântico. Para uso no PEV e EESM, estabelecidos no bioma Cerrado, o material foi adaptado de acordo com as espécies e problemáticas locais. Portanto, o jogo deve ser preferencialmente utilizado em escolas inseridas no bioma Cerrado e próximas a uma UC, para que haja a complementação do aprendizado com visita à UC. O jogo pode ocorrer antes ou após a visita à UC, com diferentes objetivos: antes da visita, para despertar o interesse e curiosidade sobre o que poderá ser encontrado durante a visita e, após, para identificar as espécies citadas no jogo. É voltado aos estudantes a partir de 12 anos de idade, podendo ser usado desde o ensino fundamental II até a graduação do nível superior, sendo também possível sua utilização por diferentes públicos (como visitantes das UCs). A aplicação do jogo deve ser feita por professores ou mediadores, capazes de sustentar a dinâmica do jogo e os debates.

2.4 Avaliação do conhecimento adquirido

Após a realização do jogo, foi aplicado um questionário (Anexo I) aos participantes, contendo três seções: a primeira sobre EEI, a segunda sobre meio ambiente e a terceira acerca da opinião dos participantes sobre o jogo. Foi esclarecido que a resposta ao questionário era facultativa, mas importante para que se pudesse avaliar a eficácia do jogo.

Os questionários respondidos foram analisados com base no método da Análise de Conteúdo de Bardin (BARDIN, 1977). Cinco questionários foram desconsiderados, ou porque havia menos de 50% das questões respondidas, ou porque a letra era totalmente incompreensível.

Cada seção do questionário obteve uma categorização de análise: as respostas à seção 1 foram classificadas em “Alinhado”, quando a resposta era alinhada à proposta e temática do jogo, considerando os assuntos contidos no material e durante a atividade; a categoria “Generalista” consistiu em respostas descontextualizadas e padronizadas sobre meio ambiente como “reciclar, não poluir, não desmatar” entre outras; e a categoria “Sem resposta”, incluindo ausência de escrita ou respostas como “não sei”. Na seção 2, a questão 2 foi grupada em duas categorias: “Humanos/Seres vivos”, quando a resposta era focada nos seres humanos, e “Bióticos e Abióticos” quando se referiam apenas a animais, plantas, água, terra, oxigênio. As questões 2.1 e 2.2 seguiram a mesma categorização da seção 1. A seção 3 traz respostas pessoais dos participantes e sua experiência com o jogo e as respostas foram classificadas nas categorias “Sim”, “Não”, “Mediano” e “Sem resposta”.

3 | RESULTADOS

3.1 O jogo

O material pedagógico que compõe o jogo é apresentado no formato de fichas, abrangendo as categorias: a) espécies nativas da fauna e da flora, e b) espécies invasoras da fauna e flora (estas cartas são numeradas de zero a 12); c) cartas-elemento, contendo os elementos naturais ar, água, terra e fogo; d) cartas desafio, que contêm atores sociais, como a população local, o governo municipal, cientistas etc.; e) um dado de 12 lados e f) materiais complementares: manual do jogo, material de apoio ao mediador, glossário e vídeo explicativo. Todas as fichas contêm informações sobre a espécie (características e hábitos) ou o elemento em questão. O material de apoio ao mediador pretende subsidiar o conhecimento sobre o tema, tendo em vista a lacuna dessa área de conhecimento no ensino fundamental I e II; também traz informações que facilitam o encontro de conexões entre as espécies invasoras e nativas que constam do jogo. O glossário contém termos e conceitos ecológicos, assim como termos que pudessem ficar duvidosos. O vídeo explicativo contém as instruções do jogo, descrição dos materiais e exemplificação das formas de jogar, com a simulação de uma jogada. São também indicados materiais disponíveis na internet que possam subsidiar os alunos. Um QR Code presente no manual do jogo direciona para um *site online* que disponibiliza todo o material do jogo (ficha, materiais complementares e de apoio).

3.2 Formas de jogar

Sugerimos a formação de grupos de até 6 participantes para cada partida. O jogo

inicia por uma seleção de fichas, feita pelos alunos ou pelos mediadores (a depender do modo de jogar), contendo uma ficha de espécie invasora, até duas fichas de espécies nativas e, opcionalmente, uma carta elemento. As informações contidas nas fichas deverão servir de base para a criação de uma narrativa ou uma situação problema, baseada no cenário do Cerrado e da UC, com auxílio do mediador, buscando encontrar as inter-relações entre as espécies (considerando sua atuação na cadeia alimentar) e entre as espécies e a natureza como um todo. O glossário pode ser consultado durante o processo. Os elementos das fichas podem ser repetidos entre os grupos, pois há uma diversidade de combinações dos fatores para a elaboração das narrativas. A seguir, os jogadores recebem uma carta-desafio, na qual haverá uma pergunta que trará a sugestão do papel dos possíveis atores sociais e que dará o desfecho à história, com possível solução do problema apontado na narrativa criada. Pretende-se, assim, que os participantes reflitam sobre as questões levantadas nas discussões e compreendam as relações ecológicas que envolvem as espécies, no contexto da UC. Ao final, espera-se que pelo menos um grupo se voluntarie para compartilhar sua narrativa com todos os grupos e abrir espaço para um debate ou para tirar dúvidas surgidas durante o processo.

Foram desenvolvidas três formas de conduzir o processo inicial do jogo, considerando os diferentes contextos e possibilidades de aplicação: o MODO PRÁTICO deve ser utilizado quando há menor disponibilidade de tempo. Nesta modalidade, os mediadores são responsáveis por escolher as fichas que irão compor a partida de cada grupo e então o jogo ocorre como descrito acima. No MODO LIVRE, a primeira carta referente à EEI é sorteada por meio do dado de 12 lados (lembrando que estas cartas são numeradas de zero a 12) e os participantes passam a buscar conexões com as outras fichas disponíveis, de espécies nativas e cartas dos elementos. No modo “ATORES SOCIAIS”, ocorre uma atividade em conjunto com professores de outras disciplinas (Geografia, História, Sociologia, dentre outras), onde o foco é a discussão dos diferentes papéis sociais. Sorteia-se, então, a ficha de espécie invasora e, em sequência, todos os participantes buscam as ligações entre a EEI sorteada, as espécies nativas e a carta elemento, formando uma narrativa, como anteriormente, porém, neste processo também deve haver seis grupos pequenos que participaram como atores sociais, cada um defendendo sua solução para a questão ambiental discutida.

3.3 Piloto com professores

Na E.E. Agenor de Medeiros, o jogo ocorreu no modo prático, por haver pouco tempo disponível. Contudo, foi possível desenvolver plenamente a dinâmica, além de coletar dicas e sugestões, como o uso do QR Code e acesso ao *site* do jogo. Na E.E. Capitão Virgílio Garcia, o jogo se deu no modo livre, com maior tempo para realizar a atividade. Foi possível explorar diversas conexões entre as fichas e perceber a necessidade de adicionar determinadas informações, tais como a especificação do hábito alimentar das espécies

animais, facilitando, assim, a busca da ligação entre as espécies. Foi uma partida muito rica e produtiva, pois havia professores de todas as áreas do conhecimento, surgindo diferentes perspectivas sobre um mesmo tópico, que possibilitou trabalhar integralmente o contexto ambiental, abordando questões de Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Além disso, a compreensão acerca da realidade da escola e dos professores, como educadores e como moradores locais, pode ser ampliada, dada sua participação ativa e interessada. Ao lerem as fichas do jogo, reconheceram as espécies, resgatando memórias e compartilhando-as com o grupo. Esta sensação de pertencimento por parte dos educadores e sua identificação destes com o contexto do jogo possibilitou uma atmosfera repleta de trocas de saberes populares e técnicos.

3.4 Aplicação do jogo nas UCs

O jogo foi aplicado separadamente em cada UC, com a participação de 89 estudantes no total (25 na E.E. Agenor de Medeiros, na E.E. Capitão Virgílio Garcia e 35 na E.E. Ignez Giaretta). Seguimos o mesmo roteiro com todas as escolas: após o encontro na UC correspondente (EESM ou PEV), fizemos uma roda de apresentação, um momento de descontração e alongamentos para então explicar a atividade. Caminhamos na trilha mais acessível e breve em cada UC antes de realizar a aplicação do jogo (“Trilha do Pequi” na EESM e “Trilha do trilho do trem” no PEV), por cerca de 30 minutos. Durante a caminhada, foi possível observar algumas das espécies presentes no material, como o capim-flechinha (*Echinolaena inflexa*) e sua competição com os capins invasores, a palmeira a ariri (*Syagrus petraea*), os galhos retorcidos das árvores do Cerrado, o solo arenoso e seco, as árvores queimadas de antigos incêndios florestais, permitindo abordar a temática do fogo e a transição de Cerrado para Mata Atlântica, característica da região. Muitos alunos se envolveram, fazendo perguntas e reflexões conjuntas, enquanto outros se dispersaram, desinteressados, então os deixamos livres para participar ou não do jogo. Ainda assim, essa caminhada foi essencial para introduzir a temática e possibilitar uma compreensão mais concreta sobre o Cerrado e todo o contexto que o jogo abarca.

A seguir, no centro de visitantes da UC, foi explicado o “modo prático” de jogar, em que as fichas eram pré-selecionadas e entregues aos grupos de alunos, que deveriam então investigar as relações entre as espécies nativas e invasoras. Esse modo foi aplicado nas atividades de todas as escolas participantes. Enquanto os alunos discutiam entre si, passamos em cada grupo para auxiliar em dúvidas e dar pistas. Ao final, cada grupo apresentou brevemente sua narrativa e, a partir delas, levantamos discussões e reflexões sobre conceitos ecológicos e impactos das EEI, bem como a relação dos humanos com a natureza, conduzindo um questionamento que estimulou a reflexão, de forma construtiva. Foi um espaço muito rico e aberto, no qual todos puderam compartilhar suas ideias e pensamentos, tirando dúvidas não apenas em relação à temática abordada no jogo, como sobre questões ecológicas mais gerais.

3.5 Aplicação dos questionários

O preenchimento dos questionários durou em média 15 minutos e quatro alunos se recusaram a respondê-lo. A análise das respostas foi feita de forma conjunta entre as três escolas.

As questões 1 e 1.1 obtiveram o maior número de respostas, demonstrando ser o tema em que os participantes tiveram maior confiança em responder, dentre as três dissertativas desta seção. Estas questões versam sobre a definição de EEI e seus impactos, respectivamente, um tema que foi explicitado em todos os momentos da atividade, considerado o principal foco do material. A questão 1.3 sobre o tratamento que deveria ser dado às EEI, teve como destaque a resposta “Generalista” (Figura 1). A maioria dos participantes (37%) acredita que um dos possíveis tratamentos para as EEI é alertar as pessoas sobre os riscos que elas podem causar, seguido da diminuição da quantidade de indivíduos do local (32%) e a retirada total destas (22%). É possível notar que apesar da justificativa da alternativa ter sido majoritariamente generalista, houve um entendimento de que a inclusão da população na solução dos impactos das EEI é uma grande ferramenta, juntamente com sua remoção. Assim, mesmo sendo um tema complexo, o conceito e as principais questões sobre as EEI demonstraram ter sido compreendidas pelos participantes do jogo. Na categoria “Sem resposta” entende-se que não houve atenção ou interesse do estudante, dada a centralidade e as diversas explicações dadas sobre o conceito de EEI e seus impactos.

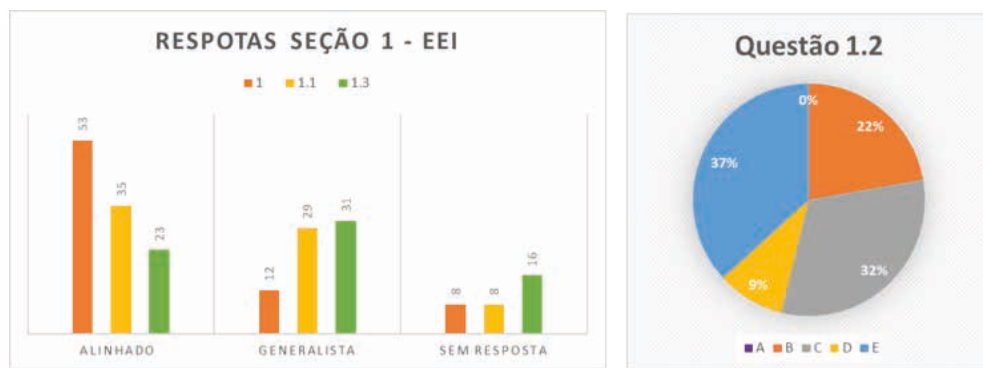


Figura 1- Respostas dissertativas referentes à seção 1 do questionário avaliativo (Anexo I), que discute sobre as espécies exóticas invasoras e respostas ao item 1.2 do questionário avaliativo (Anexo I).

Na seção 2, que buscava entender a constituição do meio ambiente, foi marcante o fato de que apenas 33% dos alunos consideraram o ser humano como parte da natureza (Figura 2, questão 2). Ainda assim, o jogo teve alguma influência sobre os alunos, já que era um dos assuntos levantados na discussão das narrativas, na etapa final da atividade.

As respostas incluídas como “Generalista” (23%) eram algo como “tudo” “tudo que vive” “tudo e todos”.

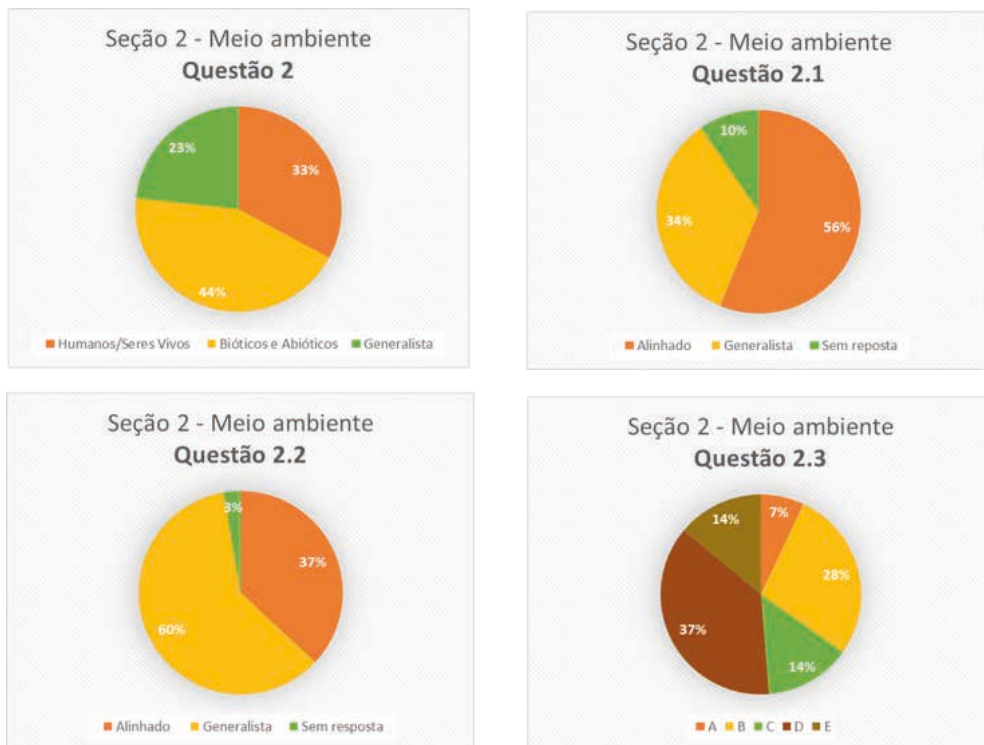


Figura 2: Respostas às questões da seção 2 do questionário avaliativo (Anexo II), referentes ao “meio ambiente”.

A questão 2.1 revela o que os estudantes consideram como biodiversidade, onde cerca de 34% das respostas não se relacionam ao conceito de biodiversidade propriamente (Figura 2), mas ao “conjunto de biomas”, “natureza”, dentre outros. Ao se perguntar sobre ações para preservar a natureza (questão 2.2), 60% das respostas foram enquadradas como “Generalista”, havendo respostas como “não poluir”, “não desmatar”, “cuidar”; 37% das respostas demonstravam uma relação com o Cerrado e as EEI, como “evitar queimadas”, “reduzir ou evitar novas introduções de EEI” entre outras. A última questão desta seção 2.3, perguntava sobre a responsabilidade pela conservação da natureza, obtendo respostas distribuídas, com destaque aos 37% que responderam “todos aqueles que compõem e usufruem da natureza” e os 28% que responderam “a população”. Este dado sugere que houve um entendimento abrangente sobre aqueles que compõem a natureza e sobre suas responsabilidades na conservação.

Na seção 3 (opinião), buscamos entender a relação que se estabeleceu entre o participante e a temática do jogo, bem como seu interesse na UC. A maioria das respostas

foi positiva, pois cerca de 90% dos estudantes gostaram de jogar, de caminhar na UC e iriam a outras UCs. Destaca-se os aspectos positivos do jogo (questão 3), nos quais foram “aprender mais”, “divertido”, “obter conhecimentos gerais sobre a natureza”, “trabalhar em grupo”, “conhecer novas espécies”, entre outros. Os aspectos negativos foram “difícil para pensar”, “falar em público”, “execução um pouco confusa”, por exemplo. Três participantes não gostaram do jogo, por achá-lo difícil ou complicado (Figura 3).

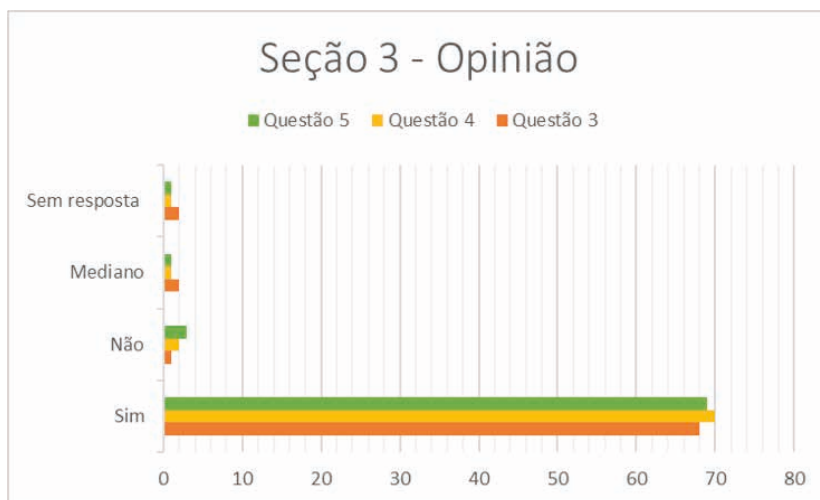


Figura 3. Respostas às questões da seção 3 do questionário avaliativo (Anexo I), referentes à opinião sobre a atividade.

4 | DISCUSSÃO

A análise dos resultados nos permite observar que o jogo foi uma ferramenta positiva para a aprendizagem dos alunos, no que se refere ao entendimento do conceito das EEI e seus efeitos sobre o ecossistema. As respostas referentes à seção 1 do questionário demonstram isso, a grande maioria soube colocar o conceito de EEI, os impactos e a importância do envolvimento da população no combate a esse problema. Como enaltece Reaser (2001), a problemática das espécies invasoras é mais do que uma questão científica, mas também é uma questão social, abrangendo fatores políticos, uma vez que resulta dos valores, comportamentos e decisões dos seres humanos. Ou seja, quando um indivíduo compreende a importância da incorporação das pessoas no combate às EEI, é possível que isso se torne uma ferramenta efetiva para a solução do problema, a partir de uma mudança de postura da população. Ademais, observamos que houve um despertar dos estudantes para com as EEI, ao reconhecerem a possibilidade de extinções, o que os deixou interessados em buscar novas possíveis relações entre as espécies e maneiras em que pudessem intervir para colaborar na solução do problema. Neste ponto,

destacamos a importância de se aderir a uma lógica de aprendizagem, com atividades experimentais, que não se esgotam numa atividade prática ou teórica, mas sim, consideram as interações sociais capazes de surgir a partir delas. Essas atividades têm por objetivo promover interações sociais que possibilitem o aprendizado originado perante o conteúdo apresentado e, por meio dessas interações, tornar as explicações mais acessíveis e eficientes (GASPAR, 2013).

Os dados da seção 2 nos elucidam o que os estudantes têm como perspectiva em relação ao meio ambiente, percebendo-se um certo discurso-padrão, pois muitas respostas tinham uma lógica muito parecida, um tanto superficial e desconexa do tema apresentado. Segundo Guimarães (2004), isso se dá pela reprodução de uma EA conservadora, que, nas últimas décadas, tem tomado um viés reducionista e, muitas vezes, contraditório, em que simplesmente se adota o ensino de algumas disciplinas sob o aspecto de uma “receita” para melhorar o meio ambiente no sistema vigente, como se os problemas ambientais fossem decorrentes apenas de uma ordem educacional (RAMOS, 1996). Ainda, esta autora enaltece que esta lógica reforça a cisão entre o sujeito (ser humano) e o objeto (natureza), partindo de uma concepção mecanicista da natureza, que também afeta o desenvolvimento da EA. Nessa perspectiva, adota-se uma compreensão de mundo fragmentada, com certos bloqueios para se pensar de forma totalizante e coletiva. Não obstante, a EA tem um importante papel em desenvolver os saberes científicos com a população, para informar e difundir os processos de mitigação e reduzir os impactos das EEI (REASER, 2001), além de fomentar reflexões acerca do contexto ambiental em que as EEI estão inseridas, as causas e questões da crise ambiental vigente, e as responsabilidades dos diversos atores da sociedade. Devido a isso, pensou-se na dinâmica do jogo em abordar a questão das EEI de uma forma integradora, que pensasse no todo e considerasse diversos aspectos para se chegar numa problemática tão complexa, que instigasse os participantes a pensar na inserção do ser humano como parte da natureza e, por isso, responsável pelos seus impactos, num compromisso coletivo sobre o meio ambiente. Ou seja, as respostas da seção 2 evidenciaram um cenário estudantil que permeia a EA Conservacionista, que não desenvolve uma lógica de compreensão, mas de reprodução de falas desconexas, que não se aproximam de fato do cerne da questão ambiental, mas centrada nos valores, atitudes e objetivos que permeiam a nossa sociedade. Ainda assim, foi possível verificar que uma parte das respostas (33%) considerou os seres humanos como parte da natureza, o que pode denotar uma certa influência do jogo para esta perspectiva dos alunos, um indício de compreensão da nossa participação e responsabilidade perante as questões ambientais e a natureza.

Já na seção 3, o fato dos alunos citarem muitos aspectos positivos do jogo - como realizarem uma atividade em grupo, ao ar livre e de forma divertida - reforça que as atividades realizadas em grupo possibilitam aos participantes integrar-se ao coletivo, compartilhar ocupações, exercer responsabilidades e coordenar esforços para encontrar

alternativas e solução aos problemas, abrindo espaço para a troca e construção de saberes para todos (SANMARTÍ, 2002). E com base na EA Crítica, a utilização de jogos torna-se um instrumento importante e estratégico para a construção dos saberes, por aliar aspectos lúdicos e cognitivos (CAMPOS et al., 2003).

Dentre poucas respostas alegando não gostarem do jogo, por ser o muito difícil, entendemos que o jogo possa ter uma exigência lógico-cognitivo além do que se está acostumado com os métodos usados no ensino formal. Assim, o papel do mediador é essencial, pois ele vai não apenas proporcionar o funcionamento da dinâmica do jogo e auxiliar nas conexões, mas prestar auxílio para os alunos fazerem o mesmo. Justamente por isso, foi desenvolvido o material de apoio ao professor, para que tenha as ferramentas necessárias para atender aos alunos e cumprir com a dinâmica do jogo.

O jogo educativo pode ser uma maneira de aplicar certos conceitos socioambientais, que podem, assim, ser compreendidos de forma mais dinâmica e aberta, considerando a bagagem dos educandos como ferramenta para argumentação, resolução de problemas e interação com outros participantes (DUARTE, 2009). Ainda, ultrapassa o sentido apenas metodológico e se estabelece a partir das concepções interacionistas de aprendizagem, na qual o sujeito se relaciona com o meio físico e social, dependendo da condição de ambos (DARSIE, 1999). Visto isso, não deixamos de considerar a importância da bagagem dos estudantes para poder realizar as conexões e se desenvolver junto à dinâmica do jogo. Nesse sentido, percebemos uma defasagem nos alunos participantes, pois não foram muitos os que facilmente se adaptaram ao raciocínio do jogo e souberam desenvolver o pensamento sobre a cadeia alimentar das espécies invasoras e refletir em uma macro-perspectiva.

Não obstante, a grande maioria dos estudantes pode construir o entendimento junto aos mediadores e participantes do grupo, ao passo que íamos dialogando e explicitando elementos, com o uso de experiências obtidas na caminhada pela trilha na UC, das imagens e exemplos presentes no jogo. Segundo Dallabona e Mendes (2004), o lúdico viabiliza um desenvolvimento global e uma visão de mundo mais real, por meio das descobertas e da criatividade, permitindo que a criança ou o jovem se expresse, análise, critique e transforme a realidade. Assim, quando as atividades lúdicas são bem aplicadas e compreendidas, podem contribuir para a melhoria do ensino, tanto na qualificação como na formação crítica do educando. Ou seja, se bem trabalhado, o jogo desenvolvido pode proporcionar o aprendizado de forma fluida, estimulando um entendimento integral sobre os fatores que circundam os problemas ambientais. Esse processo de construção do conhecimento possibilita que a pessoa perceba a significância daquele espaço, para as plantas, os animais humanos e os não-humanos, para a manutenção dos processos ecológicos e a sustentação da vida (KISHIMOTO, 2017). Além disso, ao se tratar de jovens, é interessante utilizar abordagens diferenciadas, uma vez que as atividades práticas podem ter um desenvolvimento mais fluido do que aulas e palestras expositivas, buscando

trazer um caráter mais motivador (ROMERA et al., 2007; VERBRUGGE et al., 2021). Através de atividades lúdicas e jogos, os aprendizados são adquiridos de forma dinâmica e enriquecedora, podendo levar o conhecimento adiante e colaborar para a conservação da biodiversidade.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio financeiro recebido (Projetos 2019/19293-4 e 2021/07944-0). Paulo Henrique Ruffino e Maico Damiano Corrêa Porto prestaram apoio fundamental à realização deste trabalho. Agradecemos também aos diretores e docentes da E.E. Agenor de Medeiros, E.E. Capitão Virgílio Garcia e E.E. Ignez Giaretta por sua valiosa colaboração. Por fim, agradecemos à Carolina de Mello Silva, seu trabalho nos proporcionou grande inspiração e caminhos para realização do presente material educativo.

Acesso ao material educativo completo disponível em: <https://cerradooquedeerr.wixsite.com/website>

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

CAMPOS, L.M.L. et al. A produção de jogos didáticos para o ensino de ciências e biologia: uma proposta para favorecer a aprendizagem. **Caderno dos núcleos de Ensino**, v. 47, p. 47-60, 2003.

CBD, Convention on Biological Diversity. COP 6, DECISION VI/23, 1993.

CONABIO, Comissão Nacional de Biodiversidade. Resolução nº 07. Diário Oficial da União: 29 maio 2018.

CHARLES, H.; DUKES J.S. Impacts of invasive species on ecosystem services. *Biological invasions*. **Ecological Studies**, v.193, Springer, Berlin, Heidelberg, 2008, p.217-237

DALLABONA, S.R.; MENDES, S.M.S. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 1, n. 4, p. 107-112, 2004.

DARSIE, M.M.P. Perspectivas Epistemológicas e suas Implicações no Processo de Ensino e de Aprendizagem. **UNICIÊNCIAS**, v. 3, n. 1, 1999.

DUARTE, J.A. **O jogo e a criança**. Tese de Mestrado. Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa, Portugal, 2009

FRASER, A. Public attitudes to pest control. A literature review. Science & Technical Publishing Department of Conservation, Wellington, New Zealand, p.1-36, 2006.

GARCIA, M.R. et al. How to assess professional competencies in Education for Sustainability?: An approach from a perspective of complexity. *Internacional Journal of Sustainability in Higher Education*, v.18, n.5, p.772–797, 2017

- GASPAR, A. **Experiências de Ciências para o ensino fundamental**. J. Chem. Inf. Model. 53, Editora Livraria da Física, 2013. pag. 1689–1699.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano Manejo do Parque Estadual do Vassununga, 2019a.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano de Manejo da Estação Ecológica Santa Maria, 2019b.
- GUIMARÃES, M. **Educação ambiental crítica. Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. pag. 25-34.
- HOFFMANN, W.A. et al. Impact of the invasive alien grass *Melinis minutiflora* at the savanna-forest ecotone in the Brazilian Cerrado. **Diversity and Distributions**, v.10, n.2, p.99-103, 2004.
- KISHIMOTO, T.M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez Editora, v.142, 2017, p.479-482.
- KLINK, C.A.; MOREIRA, A.G. Past and Current Human Occupation, and Land Use. The cerrados of Brazil. **Columbia University Press**, p.69-88, 2002.
- MACK, R.N. et al. Biotic invasions: causes, epidemiology, global consequences, and control. **Ecological Applications**, v.10, p.689-710, 2000.
- MELLO-SILVA, C. et al. Um Jogo colaborativo como ferramenta de Educação Ambiental crítica na região da Baía de Guanabara (RJ). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 3, p. 512-528, 2022.
- MMA-Ministério do Meio Ambiente. Resolução no 7, de 29 de maio de 2018.
- PEDROSO, C.V. Jogos didáticos no ensino de biologia: uma proposta metodológica baseada em módulo didático. In: Congresso Nacional de Educação, v. 9, p. 3182-3190, 2009.
- PIVELLO, V.R. et al. Abundance and distribution of native and alien grasses in a “Cerrado” (Brazilian Savanna) Biological Reserve 1. **Biotropica**, v. 31, n. 1, p. 71-82, 1999a.
- PIVELLO, V.R., et al. Alien grasses in Brazilian savannas: A threat to the biodiversity. **Biodiversity & Conservation**, v.8, n.9, p.1281–1294, 1999b.
- RAMOS, E.C. Educação ambiental: evolução histórica, implicações teóricas e sociais: uma avaliação crítica. 1996. Dissertação. (Mestrado em Educação Ambiental), 1996.
- REASER, J.K. Invasive alien species prevention and control: the art and science of managing people. The great reshuffling: Human dimensions of invasive alien species), p.89-104, 2001.
- ROMERA, L. et al. O lúdico no processo pedagógico da educação infantil: importante, porém ausente. **Movimento**, v.13, n.2, p.131-152, 2007.
- SANMARTÍ, N. Didáctica de las ciencias en la educación secundaria obligatoria. **Síntesis**. Madrid. 2002.

SILVA, A.D.F. O jogo didático como instrumento para educação ambiental nas séries finais do ensino fundamental: proposta para trabalhar os temas diversidade da vida nos ambientes e diversidade dos materiais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.11, n.5, p.167-183, 2016.

SIMBERLOFF, D. et al. Impacts of biological invasions: what's what and the way forward. **Trends in ecology & evolution**, v.28, n.1, p.58-66, 2013.

VERBRUGGE, L.N.H. et al. Novel tools and best practices for education about invasive alien species. **Management of Biological Invasions**, v.12, n.1, p.8-24, 2021.

ANEXO I

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Instituto de Biociências – Departamento de Ecologia

Questionário para estudantes - Projeto “Jogo educativo sobre espécies invasoras e biodiversidade em Unidades de Conservação de São Paulo”

Versão a ser aplicada posteriormente à realização do jogo

Seção 1 – EEI

1. O que são as espécies exóticas invasoras? Dê um exemplo.

1.1 Que efeitos uma espécie exótica invasora pode ter no ambiente?

1.2 Que tratamento deve ser feito com as espécies exóticas invasoras? (uma ou mais respostas)

- () não necessita de nenhum tratamento;
- () retirada de todos os indivíduos do local;
- () diminuição da quantidade de indivíduos;
- () deixar crescer, e retirar apenas se causar algum um problema;
- () alertar as pessoas sobre os riscos que uma EEI pode causar;

1.3 – Justifique sua resposta anterior

Seção 2 – Meio ambiente

2. O que faz parte da natureza?

2.1. O que é biodiversidade?

2.2. O que deve ser feito para preservar a natureza?

2.3. Quem é responsável pela preservação da natureza? (uma ou mais respostas)

- A própria natureza
- A população
- Os governantes
- Todos que compõem e usufruem da natureza
- Os órgãos ambientais

Seção 3 – opinião

3. Você gostou de jogar o jogo? Mencione aspecto(s) positivo(s) e negativo(s).

4. Você gostou da visita à Unidade de Conservação? Mencione aspecto(s) positivo(s) e negativo(s).

5. Você gostaria de visitar outros parques? Por quê?

PRÁTICAS ARTÍSTICAS NO CONTEXTO PRISIONAL: UM OLHAR DA PEDAGOGIA DAS ARTES PARA ALÉM DAS GRADES QUE NOS SEPARAM

Data de aceite: 01/03/2023

Gleice Kely Aparecida da Silva

Nº currículo lattes: 1933431482525266

São Paulo

Verônica Veloso

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo a observação e análise de práticas artístico pedagógicas realizadas em ambientes prisionais com mulheres em situação de privação de liberdade. O recorte temporal da pesquisa se refere a práticas efetuadas entre os anos de 2016 a 2018, quando ainda em módulo presencial, realizadas em duas penitenciárias de dois estados do Brasil: uma em uma penitenciária feminina da cidade de Belo Horizonte com criação e atuação das mulheres da Zula Cia. de Teatro, que inspirou a obra “Banho de Sol” e outra na Penitenciária Feminina da Capital (PFC), em São Paulo, com criação de artistas do Coletivo Teatro Dodecafônico e do Rubro Obsceno, que originou o projeto “Mulheres Possíveis”. Durante os meses de pesquisa foram retomadas e analisadas anotações sobre as leituras e entrevistas realizadas com as artistas dos dois projetos citados e de duas egressas participantes de uma das oficinas, quando estas estavam em

contexto prisional. Esta pesquisa tem um olhar específico voltado para as mulheres, por serem estas as que sofrem as maiores penalidades e estão sujeitas a inúmeras situações de desrespeito e falta de estrutura pelas instituições prisionais, se comparadas a situação dos homens no mesmo contexto. Serão trazidas para a discussão também a questão da arte na contramão da política atual - o conceito de Necropolítica levantado pelo filósofo contemporâneo Achille Mbembe - a importância das práticas artístico pedagógicas em ambientes prisionais, suas provocações e desafios neste contexto e o impacto de tais práticas na rotina cotidiana dessas mulheres. Por fim, serão analisadas as implicações desses projetos a posteriori - na vida dessas mulheres já em condição de liberdade - sua reinserção na sociedade e as afetações de tais propostas em um contexto mais amplo, englobando a população livre. Ao final do arquivo encontram-se, na íntegra, as entrevistas com as duas arte-educadoras e as duas egressas participantes de um dos projetos.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia das artes, sistema penitenciário, ação artística.

Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo.

Angela Davis

As sociedades, em específico a brasileira, herdou do modo patriarcal, o tratamento machista endereçado às mulheres, um comportamento arraigado e facilmente identificável em muitas situações no dia a dia dessa população. O preconceito, o conceito de inferioridade, de fragilidade e de pureza estão no imaginário e nas ações praticadas tanto no micro - o indivíduo no seu cotidiano, quanto no macro, as pequenas e grandes instituições. No caso das instituições prisionais, o agravamento desses preconceitos gera desigualdade de direitos e privação de preservação à condição feminina, além de um maior índice de rejeição social e familiar.

E a sociedade, a nossa sociedade brasileira acha que porque a pessoa foi presa é porque a pessoa é marginal, que a pessoa não serve pra nada. Não é bem assim! Tem mulheres lá muito inteligentes, fazem muitos trabalhos manuais, só que lá é muito difícil você fazer trabalhos manuais, porque tem que ter autorização, tem que ter visita, então as pessoas que não tem visita que, vai pra lá e é abandonada pela família também - porque a família erra muito em abandonar as pessoas naquele lugar - as pessoas não são nada lá dentro. (Trecho da entrevista com Scheine Rosângela)

Pesquisas e dados apontam as desigualdades sofridas pelas mulheres que cometem crimes tendo na aplicação de suas penas um tempo maior de reclusão se comparado a dos homens que cometeram os mesmos delitos. Há ainda mulheres que sequer foram julgadas e encontram-se esquecidas nas prisões, sem amparo legal por sua condição social. A maioria dessas mulheres, quase 70% do total de encarceradas são pretas e pobres, vivem no sistema do quarto país que mais encarcera e mata mulheres no mundo. Além dessa *expansão da indústria da punição*¹, os direitos dessas mulheres são afetados pela desigualdade de penas.

A situação da mulher não melhora dentro dessas instituições, pelo contrário. A falta de estrutura para receber o público feminino nessas instituições evidencia o descaso do sistema com as especificidades de um corpo feminino. Em muitos desses lugares não há atendimento ginecológico, adequação sanitária - falta absorventes e, em muitos casos, estrutura nos banheiros pela falta de vasos sanitários - além das unidades serem feitas para homens, pois não há recursos para o atendimento às questões próprias do público feminino, tais como falta de atendimento humanitário para as gestantes e puérperas, berçários para as puérperas deixarem seus bebês, salas de emergência para partos e acesso ao telefone que garanta que as encarceradas tenham contato com seus filhos. A violência com que são tratadas essas mulheres quando em condições de maternidade são um agravante. Não sendo suficientes as condições com que são tratadas nesses ambientes, elas estão

¹ Termo usado pela atriz e advogada Dina Alves em seu artigo Mulheres negras: as mais vigiadas, punidas e mal pagas pelo Sesc. Disponível em: <https://www.secsop.org.br/mulheres-negras-as-mais-vigiadas-punidas-e-mal-pagas/>

sujeitas ao preconceito da sociedade que não concebe à mulher o erro dentro do núcleo social, ao abandono da família por rejeição, falta de recursos financeiros e/ou vergonha. A falta dos filhos que ficam sob a tutela dos parentes ou mesmo do estado, quando em caso de perda de guarda, afeta o emocional dessas pessoas que também são privadas de um acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico dentro das prisões².

Pensando sobre todas as circunstâncias que envolvem o aprisionamento de muitas dessas mulheres, houve um movimento de trazer mais para perto essa discussão da mulher em estado de cárcere e da importância de ações artístico-pedagógicas dentro desses espaços de hostilidade e embate aos direitos essenciais garantidos pelo artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Devido à obrigatoriedade do distanciamento social causado pela pandemia da Covid-19, não foi possível um encontro físico com as realizadoras e as participantes dos projetos analisados. No entanto, pelas entrevistas e conversas telefônicas pode-se perceber a importância dessas pessoas na vida das egressas e do carinho que estas sentem pelo apoio e acolhida que tiveram em momentos difíceis enquanto em estado de cárcere. As artistas Talita Braga, da Zula Cia de Teatro, Letícia Olivares, do Coletivo Rubro Obsceno e as egressas Scheine Rosângela Ferreira e Miriam Baião, participantes das oficinas do projeto “Mulheres Possíveis”, aceitaram conceder entrevistas para a presente pesquisa como um momento de compartilhamento das experiências e de reforço à importância do que viveram, para que ações parecidas e o direito à educação possam chegar a mais mulheres. Como afirma Talita Braga, trata-se de uma maneira de “lançar um olhar humano para essas mulheres e entender que a humanidade e que a vida tem muitos pontos de vista”.

Ao adentrarem os complexos penitenciários, as artistas contam com o que se depararam: mulheres. Mulheres como quaisquer outras, mas com um histórico de faltas, privações de direitos, abandonos e sucessivas violências ao longo da vida e que, ao serem presas, envelopadas em um discurso de ordem e cumprimento de regras da instituição. Os privilégios de mulheres brancas de classe média foram frisados por Talita e Letícia, as artistas entrevistadas condutoras dos projetos, como uma diferença que aumenta o grau de desigualdade entre estas e as mulheres em privação de liberdade.

E a nossa vida continua, a gente sai dali e vai comer pastel, vai para a homeopatia, vai procurar uma terapia, vai chegar em casa e seu marido fez uma comida gostosa e você acabou de ouvir que o marido da outra matou o filho dela de 5 meses e ela está pagando por esse crime. Então é um abismo imenso e a gente sai de lá com a sensação de que o que a gente tá fazendo ali dentro é nada perto do que precisa mudar dentro desse sistema. É nada!
(Trecho da entrevista com Talita Braga)

Como citado anteriormente, é um dado revelador e incontestável sobre o racismo, a discriminação e a diferença de tratamentos que as mulheres pretas e pobres vivem ao

2 Há mulheres que necessitam de tratamentos contínuos e sofrem pela falta de medicamentos, o que agrava as crises e o quadro clínico de suas doenças psicológicas.

longo de toda a sua vida.

Olhando para as mulheres encarceradas, traçando um paralelo com aquelas que estão em liberdade, notamos que: “a diferença enorme é a sucessão de violências em que elas são expostas, a desigualdade social, o racismo estrutural e o machismo”³. Quando se encontram, são pessoas querendo ajudar e mulheres curiosas com vontade de que os caminhos sejam diferentes a partir dali. Cada exercício proposto é uma maneira de apoiar, passar direcionamento e compartilhar experiências que fazem daquele espaço algo além de muros que oprimem. Os dois projetos aqui analisados diferem na sua maneira de condução e na forma como foram recebidos pelas instituições, mas convergem na vontade do diálogo, da escuta e do cuidado com corpos semelhantes, por meio daquilo que elas sabem fazer: arte. No “jogo do olhar” proposto pelas artistas do “Mulheres Possíveis”, por exemplo, o estranhamento de ter outra mulher olhando dentro de seus olhos e vendo uma pessoa para além do “invólucro da mulher presa” imposta pela sociedade é um movimento de trazer à memória a mulher que aquela pessoa que está presa realmente é. Tal gesto evoca seus sentimentos, sua liberdade em poder olhar para os olhos de outra pessoa sem represálias e não somente ter seu olhar condicionado para o chão, como é imposto pelas regras locais. O tempo, que cronologicamente dura de 5 a 10 minutos de exercício, é desafiador na medida em que tem alguém em pé olhando de verdade para outra pessoa. No entanto, o motivo desse embate de corpos é outro, mais do que a relação entre duas pessoas, “tem um espaço de vontade de expressão, de reconhecimento mesmo, de ser vista, de dizer “eu existo” que é muito forte”.⁴ Há uma troca de diálogos mudos, de sentimentos que constantemente são apagados dentro desses lugares.

Nesse mesmo projeto, quando trazem uma mala com 80 roupas para que essas mulheres possam se trocar e tirar o uniforme que as padronizam, trazem também a lembrança da individualidade de cada uma, do gosto, do estilo, da escolha. Essa questão da escolha é muito forte no teatro, pois a partir dela você toma decisões que mudam todo o sentido de uma vida. Então, quando esses exercícios são trazidos para dentro desses complexos, não é para se fazer desfile de moda, é para trabalhar questões muito mais profundas, identitárias, íntimas, que reverberam em cada decisão na vida dessas pessoas. “Cada uma escolhia a roupa que acha que combinasse com ela, né, e a gente colocou as roupas e a gente dançava, às vezes fazia paradas assim, de estátua, sem mover. Assim desse gênero e eu amava muito fazer artes.”⁵ Esse tipo de atividade vai na contramão da política de apagamento do sujeito que existe nas instituições punitivas do país. O foco dessas instituições não está na ressocialização dessas pessoas, mas na punição. O rememoramento dos erros e o olhar sempre para o passado impedem que a pessoa que cometeu um crime possa enxergar outras possibilidades de vida fora das prisões e que ela

3 Trecho da entrevista com Talita Braga

4 Trecho da entrevista com Letícia Olivares.

5 Trecho da entrevista com Miriam Baião.

tenha autonomia para enfrentar circunstâncias que podem levá-la de volta ao crime.

Os gestos cotidianos sendo trabalhados com exercícios de teatro - como os de contato físico - trazem também o sentimento de existência para além dos muros da penitenciária. Quando se propõe uma roda de conversa, de massagens ou de abraços, é trazido à memória do corpo que aquele ser humano é feito de afetos. A prerrogativa de que essas pessoas precisam sempre estar isoladas de qualquer outro, ou de um mínimo contato poder gerar conflitos cai por terra quando se tem quem possa dar e receber um abraço, uma palavra, um consolo. Por conta dessas questões tão fortes que foram levadas pelos projetos, o toque, o encontro, as lembranças e a conversa de como era a vida dessas pessoas antes do cárcere, essas pessoas voltam a ver suas vidas para além dos erros que cometeram. Talita Braga conta sobre um exercício marcante para ela e para uma das mulheres do complexo: uma dessas mulheres não se lembrava de nada de sua vida antes do momento da prisão e, graças aos encontros nas oficinas de teatro, conseguiu recuperar suas lembranças. Com a vivência de exercícios que trabalham a memória como material disparador, essa moça lembrou que ouvia a música “Secretária” do cantor Amado Batista, aos domingos, com sua mãe. Lembrou-se do que ambas comiam e faziam enquanto a música tocava. O resultado dessa experiência virou material de cena para o espetáculo “Banho de Sol”, que resgatou memórias preciosas de uma mulher dos momentos em que sua vida não estava reduzida a um número de registro através do qual passou a ser identificada (o INFOPEN). Esse número caracteriza o erro cometido e reforça o tempo todo um estado de sofrimento e rejeição.

Uma das egressas entrevistadas, Scheine Rosângela, falou da importância das pessoas nesse momento de privação da liberdade, apelando para essa dimensão humana que tanto faz falta nos ambientes prisionais. Miriam Baião também traz isso em seu discurso quando diz: “Eu digo como eu sempre falo, que eu estava passando e de repente uma mão me estendeu e eu entrelacei nessa mão. Eu falo sempre essa fala, que é fazer parte”. A pessoa que está ali presa não é somente um INFOPEN, ela tem um nome, uma identidade. Não são letras juntas formando um som, é uma palavra que foi escolhida para cada pessoa ao nascer e que pode identificá-la para sempre. A importância de fazer o jogo de dizer o seu nome e o nome do outro dentro de um presídio é de uma pequena forma devolver essa identidade, essa vida que segue de maneira violenta, mas que não é resumida a este momento. É não deixar esquecer que há nomes, registros, histórias, lembranças e um futuro. Quando você fala o seu nome em voz alta e quando você diz o nome do outro em voz alta, aquilo ganha forma. O nome tem um som, um significado e dá o sentimento de pertencimento.

É assim: é um sentimento que supera todas as dores e impulsiona a gente na vida. Eu aprendi muito e eu me sentia muito só, porque eu sou uma pessoa muito difícil de me enturmar. Desde criança eu sempre fui muito reservada, então era muito difícil de eu me enturmar. Então essa oficina fez eu me enturmar mais com as meninas, conversar mais, sabe? Me sentir melhor lá

dentro, porque antes de participar, eu me sentia muito reservada, eu não gostava muito de conversar, não sei se é porque eu não tinha assunto. Quer dizer, assunto eu tenho, porque eu sempre li muito, eu sempre gostei muito de estudar, eu estudei lá na PFC, completei meu segundo grau. (Trecho da entrevista com Scheine Rosângela)

Quando o jogo “Oprimido e opressor”, referente ao *Teatro do Oprimido* de Augusto Boal é experimentado, uma outra maneira de viver e de se relacionar é apresentada. Nele, essas mulheres têm a possibilidade de parar para pensar sobre a situação que elas estão vivendo naquele momento, sobre o que estão presenciando, sobre tudo o que acontece no dia a dia e nas diferentes maneiras de reagir à opressão, ao castigo e ao abuso de poder, além de serem convidadas a analisar o contexto, refletir sobre os rumos que aquela situação pode levar e ter consciência de que as ações podem ser múltiplas e não necessariamente só de violência. O jogo as encoraja a buscar novas possibilidades de encarar tais situações dentro deste mundo violento, caracterizado pela sucessão de violências e faltas. E assim, com o convívio, os jogos e as práticas artísticas, vão trazendo de volta a essas mulheres os gostos, os desejos, os sonhos, as alegrias e a esperança de uma vida fora dos muros da penitenciária. Esse é um dos maiores objetivos das educadoras com essas oficinas. Deixando um pouco de lado essa ideia de uma arte relacionada a apresentações em cima dos palcos, elas vão “saindo” de cena para dar espaço a outras mulheres que a sociedade não quer ouvir. Mulheres que carregam o título de criminosas viram um problema a ser colocado à margem em lugares fechados, longe do convívio dos demais, geralmente em cidades do interior. Assim, não têm que lidar com o problema da criminalidade crescente que vem acompanhado de um pacote contendo racismo, machismo estrutural e desigualdade.

A gente tem muitos preconceitos, a gente não faz ideia do que está atrás daquele muro e a gente fantasia muito, fantasia com os nossos preconceitos; fantasia por causa do racismo estrutural; fantasia por causa de filme que a gente vê e foi muito chocante para nós o primeiro dia, porque a gente encontrou mulheres muito abertas; com muita vontade de fazer teatro (Trecho da entrevista com Talita Braga)

A ARTE NA CONTRAMÃO DA NECROPOLÍTICA

Em seus estudos, Foucault observa a organização dos poderes e a dominação do governo na gestão da vida, por meio do conceito de Biopolítica. Ou seja, a pessoa que está no poder tem o direito sobre a vida e a morte, decide quem deixa viver e quem pode morrer. Recentemente, o teórico e filósofo Achille Mbembe desenvolveu o conceito de Necropolítica, segundo o qual legitima a morte de alguns para a segurança de outros. Tal conceito é aplicado na dinâmica das instituições penais, nas quais se nota um paralelo direto com a estrutura da dita sociedade livre. Nas condições insalubres de sobrevivência de muitas das prisões e penitenciárias do país identifica-se a Necropolítica operante, no

abandono dos corpos para a morte, na imposição de severos castigos, na qualidade da alimentação e na falta de tratamento médico. Quando alguém adquire alguma doença é muito fácil perceber, isso decorre das condições sanitárias das celas, ocupadas com um contingente muito maior de pessoas do que suportam. A superlotação das cadeias somada à falta de medicamentos e a má alimentação geram as mais diversas doenças, inclusive doenças de pele.

Além do controle sobre esses corpos no que se refere à saúde, há também o controle do comportamento. Cabeças baixas, olhos sempre fitando os pés, mãos para atrás das costas, fila ao se locomover, corpos direcionados com frequência para a parede. São regras que robotizam o ser humano fazendo-o perder o controle sobre sua própria maneira de estar no mundo. E por fim, há o controle sobre as mentes, reduzindo-os somente ao “sim senhor” e “não senhor”, rememorando a cada oportunidade os erros cometidos por essas pessoas, fazendo-os sempre olhar para o seu passado. Não há chances e nem iniciativas para uma projeção de futuro, de uma vida diferente, de uma real ressocialização dentro da sociedade, de alimentar sonhos e construir projetos. A Necropolítica é o sistema que rege as prisões e instituições penitenciárias, deixando a pessoa que está em privação de liberdade em privação de desenvolvimento, de aprendizado, de afeto, de cuidado, de vida. A lei que vale dentro de muitos desses muros é a lei do castigo, do abandono, do descaso. Esses são os corpos deixados para morrer que a grande parcela da sociedade não quer ter que lidar.⁶

Então elas também sabem os limites daquele lugar e qualquer liberdade é vista como rebeldia, então a gente foi aprendendo a jogar com isso e escutar isso para poder continuar, porque eu acho que se você não fingir que tá com o sistema, você não fica dentro dele, você sai. (Trecho da entrevista com Talita Braga)

É nesse contexto, que a arte faz o caminho contrário e vai de encontro a tudo aquilo que desumaniza uma pessoa. No caso dos dois projetos aqui relatados, as oficinas não aconteceram e foram desenvolvidas “com” mulheres presas, foram desenvolvidas com e para mulheres, com suas individualidades, pensamentos e sua bagagem de vida como qualquer outra mulher. Ali naqueles ambientes das oficinas desenvolvidas pelas quatro educadoras, tanto no projeto realizado na penitenciária de Minas Gerais quanto nos realizados na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, não se via o erro, via-se a pessoa para além dos atos cometidos. Essa é a função primeira da arte educação realizada em contextos prisionais: trazer para a roda questões que elevem os pensamentos, que trabalhem a comunicação, o encontro, o gesto, o toque, o cuidado, o tratamento, os pensamentos críticos, ou seja, tudo aquilo que o sistema carcerário não quer. “Além de ser um momento onde elas conversam, essa ação traz o movimento do corpo, uma proximidade

⁶ A Penitenciária Feminina da Capital é diferenciada quanto a algumas assistências na área da saúde e as atividades para as mulheres encarceradas. Lá as mulheres têm oficinas, projetos de alfabetização e profissionais especialistas no cuidado com o corpo da mulher.

afetiva umas com as outras através dessa movimentação que a ação gera” (Artista Vânia do Coletivo Dodecafônico citada na fala de Letícia Olivares em entrevista)

Além da relação consigo mesma, as práticas artísticas proporcionadas nessas oficinas trabalham com as mulheres a questão do outro, a percepção da alteridade. Olhar para alguém além de você e do afeto que essa pessoa possa receber de você; olhar o outro e se colocar no lugar dessa pessoa muda sua visão e te faz cultivar um sentimento de empatia. Se colocar no lugar do outro, na pele do outro e receber aquilo que o outro está recebendo é de uma potência que muda a maneira de enxergar o mundo ao seu redor. A importância desses encontros está nas palavras de Miriam Baião, quando relata momentos significativos da sua experiência: “Às vezes era quando a gente fazia rodas ou mesmo, eu não lembro bem o nome, que a gente poderia abraçar, andar, fazer gestos com as mãos”.

Com esse trabalho sendo construído em conjunto houve uma transformação na rotina do dia das mulheres que viviam nesses espaços. A mudança no comportamento e na relação entre detentas foi sendo vista de uma outra maneira, uma condição não mais de corpos em alerta, em situação de embate e sim, pessoas com histórias de vida parecidas, que podiam se apoiar umas nas outras para passar por uma fase comum de suas vidas. As oficinas de artes - não se pode dizer para todas, mas para muitas delas - foi uma surpresa agradável, na qual se descobriram como artistas. Não aquele artista midiático relacionado à fama e às bajulações, nessas mulheres foi germinando a artista que estava ali há muito tempo, mas que não se revelava pelos entraves de uma vida difícil. Toda uma consciência se transformava nos encontros. A hora das atividades nunca foi um momento escapista da realidade. Pelo contrário, foi lidando com a realidade da condição do momento, com todas as camadas por trás da subjetividade de que se constrói um ser humano, que o novo aconteceu: o novo das perspectivas, das maneiras de se comportar, de dialogar, de lidar com situações difíceis, de lidar com a violência, com as colegas, com as escolhas, com elas mesmas. “É maravilhoso, porque a gente descobre um talento que a gente nem sabia que tinha. É muito bom, porque você descobre tanta coisa que você não sabia que você conseguia fazer, que você acaba descobrindo a si mesma”. (Trecho da entrevista com Scheine Rosângela).

E quando a mudança acontece em um meio, o entorno se transforma. A maneira de funcionar de uma instituição é estipulada por uma relação vertical - de cima para baixo, de modo que os comportamentos dos agentes de segurança seguem um padrão segundo o qual eles foram treinados e que se repete quase mecanicamente. Quando se tem um perfil generalizado de pessoas em privação de liberdade, pressupõe-se que tais pessoas sejam violentas e indisciplinadas, o que gera automaticamente uma devolutiva pautada na imposição de regras por meio da repressão. É uma característica humana repreender com violência aquilo que não se consegue no diálogo. No caso das prisões, a etapa do diálogo é, na maioria das vezes, suprimida, quase como se fosse inútil recorrer a essa alternativa nesse espaço. Essa lógica carrega em si o sentimento de vingança a essas pessoas pelos

crimes cometidos - fiscalizados em forma de castigos e violência, mesmo quando vem acompanhado de um discurso de ressocialização como legitimação dos comportamentos e decisões tomadas pelas direções das unidades. Quando a arte e a educação conseguem penetrar nessa engrenagem, toda uma dinâmica, também vertical, começa a mudar, só que no sentido contrário.

Então elas receberam com todo o cuidado esse público, tanto que as agentes penitenciárias que estavam de pé atrás, que estavam até de capuz - que só se vê o olho - e com a escopeta na mão, durante a apresentação, no final da apresentação, na hora que teve uma cena que a gente canta "Evidências" - que foi uma das nossas alunas que escolheu cantar e contou a história dela, as agentes penitenciárias começaram a cantar. Com escopeta, começaram a cantar "Evidências" junto com elas e foram baixando a arma e se assentaram para ver até o final. (Trecho da entrevista com Talita Braga)

Desse movimento saem para fora dos muros pessoas que conseguem olhar nos olhos de outra pessoa, que conseguem pensar um outro caminho na vida que não o de mais violência, que procuram ser a melhor versão delas para elas mesmas e sua família. Elas passam a se sentir protagonistas de suas próprias vidas, sentem-se pertencentes e responsáveis pela construção da dinâmica social na qual se inserem. O trecho seguinte, da entrevista realizada com Miriam Baião, demonstra bem isso: "Eu sempre gostei muito de desenhar, mais paisagem. Ali eu comecei a dominar um outro lado que eu não sabia que tinha, que é começar a olhar mais para as pessoas e comecei também a ganhar gosto de fazer caricaturas gráficas a lápis". E aqui ela explicita os efeitos desses projetos em sua vida: "(...) quando você aprende a se controlar, você mesmo se enxergar e aproveitar as oportunidades que lá tiver de projetos, eu acho que você sai uma pessoa grande de lá e foi o que eu fiz. Eu me apeguei muito aos projetos."

E longe de serem tentativas mágicas de salvação, tais iniciativas fazem valer o direito dessas mulheres de terem educação garantida, de terem acesso ao básico para a formação intelectual e física do cidadão. "Isso me fez continuar para poder mostrar para outras mulheres a acreditar mais em si e que elas são capazes de ir (muito mais) além" (Trecho da entrevista com Miriam Baião). Essas práticas educativas e artísticas funcionam como fissuras, exceções, onde deveriam ser regra, revelando o poder de uma sociedade educada para o respeito, a dignidade, o amor e a reciprocidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto neste artigo, pode-se validar a imensa importância das artes na vida de mulheres que são colocadas à margem do convívio social e abaixo de muitos dos problemas sobre os quais nem a sociedade civil, nem as autoridades governamentais, têm interesse em trabalhar. A diferença que a arte, a educação e o cuidado fazem na vida das pessoas pode ressignificar o passado, transformar o presente e construir futuros diferentes

daqueles aos quais uma parcela da sociedade está condenada a seguir. Nos projetos citados, foi possível perceber a preocupação com o indivíduo colocado em primeiro plano, ao invés de suas ações pregressas. Com o foco na pessoa, pode-se esperar e receber ações diferentes. Ou seja, a potência dos atos se concentra na pessoa faz toda diferença, não se trata de focar na ação do passado, em algo que não se tem mais como reverter, mas nos resultados, fruto também da ação dessas pessoas.

Ouvir essas mulheres foi um dos pontos chave para essas considerações. Ouvilas e poder acompanhar um pouco de seus passos já em liberdade foi uma forma de comprovar a potência de tais projetos no seguimento das vidas e das decisões tomadas pelas egressas. Estas, agora artistas, são pessoas que se veem pertencentes, não somente a uma sociedade possível, que as aceita, como também em uma profissão que lhes garante o contato com suas subjetividades.

Em um movimento de escuta e de abertura para conversas, deu-se o espaço que elas dificilmente conseguem por sua condição de egressas. Essas mulheres estão marcadas sempre como egressas de um sistema prisional, a concepção de egressa no imaginário da sociedade vem antes da mulher que conquistou a liberdade. Nessa pesquisa, o importante foi poder registrar a voz dessas mulheres para além de qualquer rótulo e acima de qualquer preconceito. Assim, a boca que fala não é aquela cheia de receios, medos e vergonha; é uma boca livre para declarar sua superação e nova fase da vida.

Como resistência a um sistema punitivo, demonstra-se a necessidade de permitir a criação de pensamentos críticos, de análise de ideias, de debate de opiniões. Pensar é natural e necessário à humanidade. Sabemos que pensar pode ser perigoso, mas impedir que essas pessoas tenham suas próprias ideias e tirar seu direito ao diálogo é muito mais letal para a sociedade. Estimular o exercício de criação e cultivo de ideias pode ser sim perigoso, mas não pensar é ainda mais perigoso, pois quem não pensa não avalia suas ações, nem mede consequências.

Com as afetações e mudanças de tratamento, não é somente o comportamento e as decisões dessas mulheres que mudam, muda-se também toda uma dinâmica da sociedade. Não se pode negar o pertencimento dessas pessoas à sociedade, isto é um erro grave, pois as mudanças pelas quais essas pessoas passam transformam a maneira com que a engrenagem social funcionará, visto que uma população é composta por todos os agentes pertencentes a ela. Ao serem reintegradas na sociedade, mudam-se as relações, o convívio, os encontros, as conversas, as oportunidades.

Os resultados dessa pesquisa foram positivos e esperançosos. Sabe-se que muita coisa ainda se pode fazer, mas notar que a mudança em uma vida altera o destino de toda uma família, toda uma descendência, já é um sinal relevante. Encontrar pessoas que amam a arte e que se veem fazendo parte desse universo fortalece o pensamento de que a arte é verdadeiramente para todas, pertence a todo aquele que dela se preencher e que a educação transforma vidas.

Como intenção maior fica a esperança de que esse tema, essas conversas, ações, ideias, vontades e tudo o que envolve a questão do direito das pessoas em privação de liberdade não pare neste artigo. Que mais pesquisas, mais projetos e mais braços se abram para esse diálogo e que esta seja somente mais uma dentre as fissuras feitas em um muro que um dia poderá deixar de existir.⁷

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bruno Rotta. “Prisão e Desumanidade no Brasil: Uma crítica baseada na história do presente”. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, V. 1, n. 75, p. 43-64, Dez. 2019. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/2026>>. Acessado em: 12/07/2021.

ALVES, Dina. “Mulheres negras: as mais vigiadas, punidas e mal pagas”. **Sesc São Paulo**, 10 de Fev. de 2021. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/mulheres-negras-as-mais-vigiadas-punidas-e-mal-pagas/>. Acessado em: 20/05/2021.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BRAGA, Talita. **Banho de Sol**. Belo Horizonte: Editora Javali, 2020.

CONCÍLIO, Vicente. “Teatro e prisão: dentro da cena e da cadeia”. **Sala Preta**, v.5, p. 151- 158, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v5i0p151-158>>. Acessado em: 26/07/2021.

CONCÍLIO, Vicente. **Teatro e Prisão: dilemas da liberdade artística**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2008

CRUZ, Beatriz; OLIVARES, Letícia; XIMENEZ; Sandra; MEDEIROS, Vânia (org.). **Mulheres Possíveis: corpo, gênero e encarceramento**. Conspire Edições, 2019.

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia**. Ed. Boitempo. São Paulo. Abril, 2019.

DUBATTI, Jorge. **O teatro dos Mortos**. Edições Sesc; 1ª Edição. Novembro, 2016.

DURANT, José Carlos. “Cultura como Objeto de Políticas Públicas”. **São Paulo em Perspectiva** v.15 n.2 2001. p. 66-72. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/spp/a/fHHZxHX7XDrdPYTMypGQ Rzd/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: 10/11/2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Ed. Paz e Terra; 23ª reimpressão.

GODOI, R. (2019). “A prisão fora e acima da lei”. **Tempo Social - Revistas USP**, v.31, n.3, p.141-160. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/161053>. Acessado em: 28/07/2021.

LUCAS, Ashley e CONCÍLIO, Vicente. “Uma conversa sobre arte e teatro nas prisões”. **Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v.2, nº 29, p. 145- 156, 2017. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573102292017145/7157>>. Acessado em: 01/09/2021.

⁷ As entrevistas, na íntegra, estão em anexo neste artigo.

MARTINS, Valdir Borges. “O ensino da arte nas prisões: Desafios, possibilidades e limites para uma educação humanizadora”. Dissertação de Mestrado: Universidade do Tuiuti do Paraná, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acessado em: 06/09/2021.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. “A educação nas prisões brasileiras: a responsabilidade da universidade pública”. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2017.

PELBART, Peter Pál. Vida e Morte em contexto de Dominação Biopolítica. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/textos>. Acessado em: 30/08/2021.

PUPO, MARIA Lúcia e VELOSO, Verônica. “Ação Cultural e Ação Artística: territórios moveáveis”. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**. v.10, nº 2, p. 01- 21, Março de 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/presenca/article/view/96342>> Acessado em: 03/08/2021.

SILVA, M. B. Mulheres e algemas: a relação maternal das mulheres encarceradas à luz das ciências sociais. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, v. 32, n. 2, p. 3-21, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://revista.trf1.jus.br/trf1/article/view/135>. Acessado em: 09/08/2021.

SZYMANSKI, Heloisa. **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Ed. Autores Associados; 5ª edição, 2018.

PRÁTICAS E GOSTOS CULTURAIS NO BRASIL

Data de aceite: 01/03/2023

Carlos Augusto Araújo da Costa

Bolsista: Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas

Edison Ricardo Emiliano Bertencelo

Orientador: Departamento: Departamento
de Sociologia

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe o levantamento e a análise de estudos que tematizaram gostos e práticas culturais, o que nos permite submeter as bases de dados produzidas a análises secundárias com o objetivo de identificar regularidades ou padrões de comportamento e de revelar os sentidos das práticas para os indivíduos.

Para responder a um conjunto de questões sobre a formação do capital cultural, é necessário, inicialmente, utilizar diversas fontes de dados e mobilizar várias técnicas de pesquisa para produções de dados quantitativos e qualitativos. Uma parte importante dessas tarefas consiste na pesquisa e análise de dados sobre

práticas culturais obtidos a partir de fontes secundárias representativas da cidade de São Paulo ou, mais amplamente, da população brasileira e da população de outros países do mundo. Tais fontes podem incluir estudos produzidos por pesquisadores acadêmicos e por institutos de pesquisa, públicos ou privados.

Ao contrário do que o título da pesquisa possa vir a sugerir como objetivo final (“estudar as práticas e gostos culturais no Brasil”), este projeto não se restringe à análise de bases de dados produzidas somente em território brasileiro. As razões disso estão no fato de que nossa pesquisa tem algumas preocupações fundamentais com o entendimento de “cultura”, em termos teóricos e metodológicos. Levando isso em consideração, nos debruçamos não tão somente nos padrões comportamentais das pessoas com relação a bens culturais, mas no próprio modo como as pesquisas produzidas nesse âmbito concebem, mensuram e relacionam esses padrões (“participação”, “gosto”, “interesse”, “uso do tempo”, “conhecimento” etc.) e esses

bens culturais (“ler”, “ir ao cinema”, “pintar”, “divulgar eventos” etc.).

Em outras palavras, com base em pesquisas feitas anteriormente, além de cruzarmos e verificarmos comportamentos culturais dos respondentes de acordo com critérios como “sexo”, “idade”, “escolaridade”, “renda” etc., buscamos entender como essas pesquisas mensuram todos esses aspectos – através, por exemplo, da elaboração do questionário e da operacionalização dos dados – bem como a interpretação que fazem daquilo que é considerado uma prática ou uma atividade propriamente cultural.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Com a finalidade de cumprir os objetivos propostos pela pesquisa, foram feitos levantamentos de fontes secundárias de dados sobre práticas culturais na cidade de São Paulo, no Brasil e em outros países. Tal busca ocorreu em repositórios de dados (ex. Consórcio de Informações Sociais, Scielo), bem como por meio do contato com pesquisadores ou institutos de pesquisa (ex. JLeiva, Fundação Perseu Abramo, OEI, *Statistics Denmark* etc.) que produziram dados relevantes a esta pesquisa. Foram levantados, ao todo, os dados de oito pesquisas, sendo três delas nacionais, uma do México, uma da Espanha, uma da Dinamarca, uma do Reino Unido e outra da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)

Os levantamentos de cada uma das pesquisas se constituíram a partir de descrições e análises sobre o propósito, a fonte de coleta de dados (modo de aplicação da pesquisa, ex. questionário online ou entrevistas presenciais, e da operacionalização dos dados obtidos), as características e o perfil da amostra (relação e representatividade do universo e da população amostral), os aspectos culturais abordados (por nós classificados, por ex., como “gosto”, “participação”, “interesse”, “conhecimento”), os resultados obtidos com o cruzamento destes aspectos e variáveis como gênero, idade, renda e escolaridade (quando não fornecidos pela própria pesquisa analisada, esses cruzamentos foram realizados através do software SPSS) e o significado de “cultura” para cada pesquisa.

RESULTADOS

Os resultados são organizados em dois arquivos de tabelas (.xlsx), permitindo visualizar, em primeiro lugar, o modo pelo qual cada pesquisa de práticas e gostos culturais levantada aborda os aspectos culturais (“participação”, “uso do tempo”, “conhecimento”, “interesse”, “acessibilidade”, “gosto”, “motivação” etc.) - estabelecidos por nós de acordo com a literatura sobre o tema e com a recorrência e os padrões com que esses aspectos apareciam nas pesquisas. Num segundo momento, os dados organizados evidenciam os padrões comportamentais de práticas e gostos culturais, devidamente atestados, de acordo com as variáveis da amostra (“gênero”, “idade”, “escolaridade”, “renda” etc.). Com

isso, queremos dizer que o perfil do respondente persiste, na atualidade, como um fator determinante do seu consumo cultural e, por esta mesma razão, as práticas e gostos culturais permanecem como meios de distinção social.

A integralidade dos resultados da pesquisa poderá ser encontrada em: https://drive.google.com/drive/folders/1Nz9Gp6usPMRdAGIRv5oT_qQk89yCJgUR?usp=sha_ring (acesso disponível somente com e-mail USP).

PARTICIPAÇÃO

Na apresentação dos resultados obtidos pela pesquisa, este trabalho seguirá uma ordem do que acreditamos ser uma subjetivação progressiva na captação de aspectos culturais. É importante frisar, desde já, que uma mesma pesquisa pode e muitas vezes aborda mais de um aspecto cultural com uma mesma pergunta. Por isso, as delimitamos ao que consideramos o principal aspecto cultural abordado. Embora o aspecto cultural de “participação”, por exemplo, não deixe de captar disposições subjetivas de práticas, hábitos e gostos do respondente, as perguntas remetem, em geral, a quantidade e frequência, obtidas através da memória do entrevistado, com que este realizou ou compareceu à determinada atividade ou equipamento cultural.

Nesse sentido, algumas expressões chave da mensuração da participação por pesquisas que tematizam práticas e gostos culturais são “há quanto tempo...?”, “com que frequência...?”, “quantos livros...?”, “quantos dias...?”. E, para estas perguntas, as respostas costumam ser classificadas em intervalos temporais: “no último mês”, “há mais de três meses”, “há mais de um ano”. É por esses motivos que as pesquisas utilizam, quase sem exceção, respostas estimuladas e únicas, bastante diretas e objetivas, para a captação da participação.

A depender da atividade ou equipamento cultural, as perguntas, bem como as respostas, se adequam. Nos questionários, equipamentos culturais consideravelmente menos acessíveis como museu ou ópera possuem intervalos de tempo mais extensos para captar a visita do respondente do que os da realização de atividades mais acessíveis, que não envolvem deslocamentos ou maiores custos, como assistir TV ou ouvir música (“diariamente”, “mais de uma vez ao dia”, “quase todos os dias da semana” etc.), por exemplo. A acessibilidade não é o único fator envolvido, porém. Para a leitura de livros, por exemplo, ainda que consideremos uma atividade acessível nos termos aqui colocados, alguns questionários ampliam o recorte temporal investigado: “no último mês”, “nos últimos três meses”, “no último ano, há mais de três meses”.

A seguir, apresentamos, resumidamente, alguns resultados em comum encontrados em duas ou mais pesquisas. Embora existam outras variáveis que tenham sido mensuradas e operacionalizadas por nós e pelas pesquisas, as variáveis idade, gênero, escolaridade e renda, de um modo ou de outro, são as mais presentes em todas as pesquisas, bem como

aquelas que apresentaram os resultados mais significativos:

- **Idade:** Apesar de uma ou outra pesquisa apresentar resultados conflitantes, é consistente a observação de que os mais velhos, em geral, se engajam menos com atividades e equipamentos culturais. A diferença, ainda que significativa, é menor nas atividades realizadas em casa, que não envolvem deslocamento, como assistir TV e ler livros – em leituras de jornais ou revistas impressos, meios tradicionais de consumo, os mais velhos, inclusive, se engajam mais que os jovens. Para visita a equipamentos culturais, contudo, atividades que envolvem deslocamento (cinema, museus, exposições etc.), a diferença entre as idades é acentuada.
- **Gênero:** Aqui, a diferença entre os dois grupos, homens e mulheres, diz respeito mais ao tipo de engajamento do que à frequência deste. Homens dizem se engajar mais com concertos de música atual, tocar um instrumento, ler jornais e revistas e ouvir rádio, enquanto as mulheres se engajam mais com bibliotecas, canto, pintura e artes cênicas, literatura em geral e assistir TV.
- **Escolaridade e Renda:** A similaridade dos resultados em ambas as variáveis na maioria das pesquisas, para o aspecto cultural da participação, corrobora para que as comparemos em conjunto. Nesse sentido, constatamos que a participação ou engajamento com as atividades e equipamentos culturais, presencial ou digitalmente, aumenta conforme a escolaridade e a renda do respondente. Isso é verdade para todas as atividades: “visita a museus”, “leitura de livros”, “canto”, “turismo”, mesmo para aquelas ditas “menos eruditas”, como “assistir TV” ou “assistir ou comparecer a eventos esportivos”.

USO DO TEMPO

O segundo aspecto cultural, que denominamos de “uso do tempo”, está bastante atrelado ao primeiro, de participação. A diferença sensível que observamos entre esses dois, que levou à classificação separadamente, se dá em razão de o uso do tempo ser coletado principalmente por perguntas concernentes à quantidade de horas dedicadas a atividades, frequentemente diferenciadas entre dias da semana e finais de semana.

Pensando nisso, é comum as perguntas serem caracterizadas por expressões como “quantas horas na semana...”, “quantas horas nos finais de semana...”, “no seu tempo livre, desprovido de trabalho e estudo...”. Por essas razões, os tipos de respostas empregados são quase que totalmente espontâneas.

- **Idade:** Além da frequência menor no uso de redes sociais, como visto em “participação”, os mais velhos também afirmam gastar menos tempo que os mais novos assistindo TV, ouvindo rádio, navegando na Internet e usando redes sociais. Um dado curioso, porém, é que, assim como visto em “participação”, embora a frequência dos mais velhos em ler livros impressos e praticar atividades físicas seja menor, o tempo gasto por eles é maior; ou seja, quando o fazem,

fazem mais.

- **Gênero:** (Dados apenas de “Públicos de Cultura, 2014”) Em afazeres domésticos durante a semana, 30% dos homens disseram não gastar nenhum tempo com essa atividade, enquanto apenas 7% das mulheres afirmaram o mesmo. Para 10h ou mais, encontramos uma proporção de aproximadamente 55% de mulheres e apenas 14% de homens.
- **Escolaridade:** Nas perguntas espontâneas que pedem que o respondente mencione quais atividades culturais faz ou gosta de fazer no tempo livre, notamos que a menção a atividades consideradas propriamente “culturais” pelas pesquisas aumenta conforme o grau de escolaridade do respondente.
- **Renda:** Há duas contraposições bastante claras: enquanto os maiores intervalos de renda mencionam mais a leitura e mais tempo gasto com ela, os menores intervalos mencionam mais assistir TV e mais tempo gasto com esta atividade.

HÁBITOS DE INFORMAÇÃO

Por vezes separadas em uma seção específica dos questionários, as perguntas deste aspecto cultural buscam compreender os hábitos do respondente a respeito dos usos de plataformas e tecnologias digitais de informação, como computador, Internet, redes sociais e smartphones, através da frequência e dos dispositivos utilizados. Em seguida, as pesquisas coletam o tipo de atividade realizado nesses meios, bem como a influência destes como métodos de informação para atividades culturais: as pesquisas direcionam perguntas sobre o uso do computador, Internet, redes sociais e smartphones como meios de interação e informação com e sobre atividades, eventos e equipamentos culturais.

- **Idade:** Como esperado, os intervalos de idade menores são os mais familiarizados com as novas tecnologias, se utilizando mais destas para se informar sobre atividades culturais. Porém, tanto jornais e revistas impressos, meios mais tradicionais, como jornais e revistas digitais são mais utilizados pelos mais velhos para se informar sobre atividades culturais.
- **Renda:** O uso de “Internet”, “divulgação na mídia” e “jornais e revistas” (digitais e impressas) para se informar sobre atividades culturais aumenta conforme a renda do respondente.

CONHECIMENTO

Apesar de ter sido encontrado em apenas três das oito pesquisas levantadas, esse aspecto cultural possui características consideravelmente particulares, o que confere sua classificação própria. Bem precisamente, as perguntas destinadas a coletar “conhecimento” indagam se o respondente “conhece ou não” ou se “já ouviu falar” de uma série de eventos ou espaços culturais específicos e previamente selecionados (MIS, MASP, MAC, Museu do

Amanhã, Cine Sabesp, *Her Majesty the Queen's Platinum Jubilee*, *Coventry City of Culture* etc.), bem como, a depender do questionário, se ele “conhece e já foi”, “conhece e costuma ir” etc.

- **Idade e Renda:** (Dados apenas da “Participation Survey, 2022”): Embora os mais velhos e os mais ricos conheçam maior número de grandes eventos, notamos que, a depender do evento, o conhecimento de acordo com a idade e a renda pode variar, invertendo tendências.

ACESSIBILIDADE

Posteriormente, veremos no aspecto cultural do “gosto” os motivos e razões pelos quais os indivíduos afirmam realizar uma determinada atividade. Aqui, porém, nos atentamos, mais precisamente, aos motivos e razões pelos quais os indivíduos não realizam determinada atividade. Em sua maioria, as perguntas sobre “acessibilidade” são direcionadas àqueles respondentes que afirmaram não ter realizado ou ter realizado pouco determinada atividade ou não ter visitado ou visitado pouco determinado equipamento cultural. As perguntas têm como expressões chave “qual a principal razão”, “quais as principais razões...”, “por quais motivos...”, e as respostas (quase sem exceção, estimuladas), “falta de interesse”, “falta de tempo”, “não tenho dinheiro” etc.

Uma segunda maneira pela qual este aspecto cultural é abordado é perguntando ao respondente como ele acessa determinada atividade ou equipamento cultural: se é pago, gratuito, por meio de assinatura etc., bem como se o entrevistado consumiria mais ou menos determinada atividade ou equipamento a depender do seu caráter de acesso.

- **Idade:** Enquanto os mais jovens são os que menos afirmam pagar por atividades culturais online, quanto maior a idade maior é o consumo de jornais por assinaturas impressas ou digitais pagas.
- **Gênero:** Comparando com os dados obtidos em participação, vemos que os homens declaram mais desinteresse em participar de alguma disciplina artística, e as mulheres, mais falta de tempo.
- **Escolaridade:** Além de mais dispostos a pagar pelas atividades, os respondentes com maior escolaridade são os que menos usam as justificativas “não gosta” e “não tem na cidade” para não realizar ou ter realizado atividades.
- **Renda:** Respondentes com maior renda, além de mais dispostos a pagar, alegam menos “falta de interesse” e “falta de tempo”.

MODO DE CONSUMO

Para diversas atividades culturais - como assistir filmes e séries, ouvir música, ler livros ou jogar videogames – é perguntado o modo pelo qual essas atividades são realizadas.

Geralmente, dizem respeito a um meio, podendo este ser dispositivos (smartphones, kindles, computador, TV etc.), formatos (impresso, digital etc.) ou plataformas digitais (apps, serviços de streaming, diretamente da Internet, download pago, download gratuito etc.). Para visitas a equipamentos culturais, as perguntas costumam coletar com quem o respondente vai acompanhado quando visita museus, bibliotecas, cinemas etc.

- **Idade:** O consumo de filmes e séries em canais de TV é majoritariamente mais velho, enquanto o consumo de filmes e séries em serviços de streaming é majoritariamente jovem. O mesmo ocorre com a música: para a maioria das atividades, em geral, o uso de meios tradicionais (TV, CDs, LPs, rádio) cresce com a idade, enquanto o de novas tecnologias (smartphone, streaming, Internet) decresce.
- **Gênero:** (Dados apenas da “Cultural Habits Survey, 2021”) Em geral, as mulheres também fazem maior uso de meios mais tradicionais para consumir atividades culturais. A exceção disto está nos videogames, os quais os homens consomem através de computador e console, e as mulheres, através de smartphones e tablets.
- **Escolaridade e Renda:** Talvez pela maior acessibilidade das novas tecnologias nos dias de hoje, não encontramos resultados muito expressivos sobre o modo de consumo em escolaridade e renda. Aparentemente, porém, modos de consumo pagos, como filmes sob demanda, por exemplo, aumentam conforme o grau de escolaridade e renda.

LUGAR

Bastante semelhante à seção anterior, de modo de consumo, o aspecto cultural do “Lugar” assume um componente físico e geográfico, ligado não necessariamente a um dispositivo ou aparelho, mas a uma localidade. Nesse sentido, àqueles que realizaram determinada atividade, é perguntado o local de realização (“casa”, “escola, faculdade”, “trabalho”, “biblioteca”, “no transporte” etc.). Para visita a equipamentos culturais, as perguntas geralmente investigam se ela foi realizada “na vizinhança ou áreas próximas”, “em outra cidade” etc. No caso de cinema, ocorre de indagar, por exemplo, se a ida ocorreu em “salas de cinema em shoppings”, “salas de cinema localizadas em ruas e avenidas” etc.

INTERESSE

Penúltimo aspecto cultural analisado, as disposições e preferências subjetivas dos entrevistados começam a ganhar contornos bem expressivos. Uma das maneiras bastante comuns com que o “interesse” é mensurado é elencando uma série de atividades culturais ao respondente, às quais ele deve responder com um grau de interesse entre 0 e 10. Outra maneira frequente é a apresentação de cenários hipotéticos (“com o fim das restrições da

Covid...”, “Se os eventos tivessem uma introdução ao assunto tratado...”, “De qual destes eventos você teria interesse...”, “Quais atividades você gostaria que fossem colocadas à disposição...” etc.), para investigar quão disposto o respondente estaria a realizar ou a participar da atividade a depender da situação.

- **Gênero:** Em geral, mulheres declaram maior interesse na realização de atividades culturais. Tais diferenças ficam ainda mais ressaltadas na prática de artes cênicas.
- **Escolaridade e Renda:** Os maiores intervalos de escolaridade e renda demonstram-se mais dispostos à realização de atividades culturais.

GOSTO

Chegamos, afinal, ao último dos aspectos culturais analisados. O “gosto”, podemos afirmar, é o aspecto cultural que mais capta hábitos, preferências e disposições subjetivas dos indivíduos. Por isso, é comum que haja bastante perguntas espontâneas, solicitando que o respondente responda ao que “mais prefere”, “mais gosta” e “mais costuma” consumir, e mesmo requisitando-o que classifique seus gostos musicais ou de filmes, por exemplo, em ordem de preferência. Outro elemento característico desse aspecto cultural é a coleta das razões e das motivações que levam o respondente a realizar uma atividade, bem como a influência de outras pessoas nas escolhas e preferências do respondente.

Para filmes, música, livros, televisão, teatro e dança, por exemplo, são captados os tipos de conteúdo consumidos – gênero, nacionalidade, programação, estilo, ritmo etc. Muitas vezes, solicita-se, ainda, que o respondente classifique esses tipos de conteúdo (“em 1º lugar”, “em 2º lugar”, “em 3º lugar”). Na escolha do conteúdo, inserem-se as motivações: para a escolha do filme, por exemplo, a pesquisa pode perguntar se o entrevistado escolheu o filme em razão de “boas críticas na imprensa”, “do diretor”, “dos efeitos especiais” etc. Quando visitando equipamentos culturais (cinema, teatro, museus etc.), indaga-se ao respondente, também, as motivações de sua visita (“namorar, paquerar”, “levar as crianças / filhos”, “refletir, adquirir conhecimento”). Além disso, enquanto algumas pesquisas perguntam de maneira bastante direta ao entrevistado quem teve maior influência no seu gosto por atividades culturais, outras analisam isso investigando o gosto dos pais e dos convivas mais jovens do respondente, por exemplo.

- **Idade:** Há uma clara preferência dos mais velhos por filmes nacionais, enquanto os mais jovens preferem filmes estrangeiros, sobretudo norte-americanos. Quanto maior a idade, também, maior a preferência do respondente por música clássica e ópera. Peças infantis de teatro e circos, por sua vez, se concentram nos intervalos intermediários de idade.
- **Gênero:** Mais uma vez, mulheres demonstram ter maior preferência pelas artes cênicas do que os homens, com exceção de stand up. As preferências pela

nacionalidade dos filmes também variam: mulheres preferem mais filmes nacionais que homens, e estes preferem mais filmes norte-americanos que as mulheres.

- Escolaridade e Renda: Embora sejam mais flexíveis com o conteúdo dos filmes consumidos, entrevistados com maior grau de escolaridade têm preferência maior por filmes estrangeiros, sejam eles europeus ou norte-americanos, enquanto os entrevistados com menor grau de escolaridade e renda têm preferência maior por filmes nacionais. Em geral, ainda que lidere em todos os intervalos, a preferência pelo gênero drama e comédia aumenta conforme a escolaridade e a renda do respondente.

CONCLUSÃO

Após inúmeros cruzamentos e análise de dados de diversas pesquisas tematizando práticas e gostos culturais nos últimos anos, pudemos identificar uma série de padrões acerca da mensuração daquilo que denominamos aspectos culturais. De uma forma ou de outra, estas pesquisas buscam, objetivamente, captar os hábitos, práticas, gostos e disposições subjetivas daquilo que determinam como sendo propriamente cultural. A este respeito, é fácil notar como as pesquisas associam, até hoje, a prática cultural como um meio fundamentalmente erudito, de aprimoração, aperfeiçoamento, contemplação e consumo da arte e cultura legítimas. Ora, ainda que isto possa ser problematizado pela investigação progressiva de práticas mais modernas e dinâmicas, como jogar videogames ou assistir filmes e séries por streaming, as pesquisas esforçam-se para atingir sentidos de legitimação simbólica nessas práticas. Tudo isso que afirmamos, porém, não passa de uma constatação, e não uma crítica, visto que, como analisamos e como as pesquisas verificaram, tais hábitos, práticas, gostos e disposições, isto é, bens culturais, continuam sendo meios de legitimação e, por isto, de distinção social.

Discutindo alguns possíveis encaminhamentos futuros para a pesquisa, é importante destacar quão proveitoso seria ampliar o recorte temporal das pesquisas analisadas, bem como a diversidade de países. Isso permitiria, além de um comparativo dos resultados entre países, uma análise comparativa entre as mudanças nas abordagens pelas pesquisas e as mudanças de comportamento cultural dos indivíduos. A base de dados do presente trabalho, muito em razão de restrições de acesso, teve isso limitado. Outra possibilidade, mais concreta, seria a de interrelacionar variáveis de aspectos culturais. Com o que foi possível experimentar, obtivemos resultados bastante interessantes, problematizando, inclusive, o caráter distintivo de determinada prática cultural.

REFERÊNCIAS

CulturaUNAM. Encuesta Nacional Sobre Hábitos y Consumo Cultural. Cidade do México, 2020.

JLEIVA. Cultura em SP – Hábitos Culturais dos Paulistas. São Paulo, 2014. JLEIVA. Cultura nas Capitais. São Paulo, 2017.

Ministerio de Cultura y Deporte. Encuesta de Hábitos y Prácticas Culturales en España. Madrid, 2019.

OEI. Encuesta Latinoamericana de Hábitos y Prácticas Culturales. Madrid, 2013. SESC e Fundação Perseu Abramo. Públicos de Cultura. São Paulo, 2014.

Statistics Denmark. Cultural Habits Survey. Copenhagen, 2021. UK Government. Participation Survey. Londres, 2022.

ADILSON TADEU BASQUEROTE - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Práticas pedagógicas interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Médio (UNIFACVEST). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de editoras e revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica e Ambiental, dedicando-se em especial ao uso das TIDCs no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar. <http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

A

Alunos 87, 92, 93, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107

Análise 3, 6, 7, 9, 10, 15, 19, 22, 29, 33, 35, 37, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 100, 103, 105, 107, 108, 112, 121, 124, 132

Aprendizagem 87, 93, 96, 105, 106, 107, 108, 134

Aula 4, 9, 87, 89, 90, 95

Avaliação 1, 3, 11, 12, 99, 109

C

Cidade 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 53, 112, 124, 125, 129, 130, 132

Classe 9, 22, 23, 24, 26, 30, 114

Conhecimento 12, 14, 24, 36, 54, 56, 57, 93, 96, 97, 99, 100, 102, 107, 108, 124, 125, 128, 129, 131

Contexto 4, 6, 9, 11, 13, 14, 22, 35, 38, 40, 44, 46, 48, 57, 62, 65, 66, 87, 96, 98, 99, 101, 102, 106, 112, 117, 118, 123

Covid 114, 131

Criança 55, 58, 107, 108, 116

D

Desenvolvimento 1, 6, 9, 10, 21, 27, 34, 35, 85, 89, 93, 99, 106, 107, 118, 134

Deus 108

E

Educação 4, 5, 10, 11, 25, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 108, 109, 110, 114, 118, 120, 121, 123, 134

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 56, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 109, 110, 123, 134

Escola 4, 9, 31, 33, 87, 88, 94, 98, 102, 108, 130

Espaço 5, 19, 25, 26, 30, 48, 52, 55, 57, 59, 88, 101, 102, 107, 115, 117, 119, 121

Estudo 1, 3, 6, 9, 10, 15, 17, 22, 31, 33, 36, 37, 44, 45, 46, 85, 89, 95, 98, 127

F

Fogo 26, 51, 100, 102

Fonte 6, 7, 8, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 125

Formação 4, 16, 22, 31, 33, 49, 56, 57, 58, 59, 87, 88, 93, 94, 95, 100, 107, 120, 124

H

Humano 28, 65, 103, 106, 114, 116, 118, 119

I

Identidade 22, 28, 29, 31, 34, 47, 48, 49, 56, 58, 59, 88, 89, 94, 116

Importância 1, 3, 6, 16, 19, 28, 33, 35, 36, 37, 44, 48, 58, 85, 93, 98, 105, 106, 107, 112, 114, 116, 119, 120

Indígena 28

L

Liberdade 36, 87, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122

Linguagem 21, 36, 40, 46, 85, 93

Lugar 13, 15, 18, 20, 49, 51, 54, 64, 65, 70, 80, 113, 118, 119, 125, 130, 131

M

Metodologia 15, 35, 44, 45, 55, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

O

Organização 24, 27, 36, 55, 59, 117, 125

P

Pandemia 71, 114

Participação 18, 29, 57, 102, 106, 124, 125, 126, 127, 129

Pesquisa 3, 4, 6, 7, 8, 11, 12, 15, 16, 19, 33, 34, 35, 36, 45, 47, 52, 55, 56, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 108, 112, 114, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 134

Poder 4, 22, 27, 31, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 74, 94, 98, 107, 115, 116, 117, 118, 120, 121

R

Relações 10, 14, 17, 19, 24, 25, 45, 49, 85, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 101, 102, 105, 121

S

Social 5, 8, 9, 17, 18, 24, 25, 26, 28, 30, 45, 49, 55, 56, 58, 60, 83, 87, 88, 105, 107, 113, 114, 115, 120, 121, 122, 126, 132

Sociedade 4, 10, 13, 14, 17, 19, 22, 24, 25, 26, 27, 31, 45, 48, 88, 106, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 121

T

Tecnologia 91, 92, 95

Terra 29, 31, 32, 100, 116, 122

Trabalho 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 19, 21, 24, 35, 37, 47, 48, 50, 53, 54, 56,
86, 87, 89, 93, 96, 108, 119, 124, 126, 127, 130, 132

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

CIÊNCIAS HUMANAS:

Como impedir que a sociedade
seja tragada pela ignorância

?

 **Atena**
Editora
Ano 2023

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

CIÊNCIAS HUMANAS:

Como impedir que a sociedade
seja tragada pela ignorância

?



 **Atena**
Editora
Ano 2023